

RELATÓRIO DE GESTÃO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2020



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



RELATÓRIO DE GESTÃO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2020

Relatório de Gestão do exercício de 2020 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 84/2020 e da Decisão Normativa nº 187/2020 do Tribunal de Contas da União e das orientações do órgão de controle interno.

BRASÍLIA, 2021

SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE.....	4
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	5
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	6
1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	7
Conselheiros.....	9
1.3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	11
1.4. MODELO DE NEGÓCIOS E CADEIA DE VALOR.....	16
1.5. AMBIENTE EXTERNO.....	19
Canais de comunicação	19
Eventos que repercutiram junto à sociedade	23
Ouvidoria	26
1.6. DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES.....	27
2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	28
2.1. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	28
3. ESTRATÉGIA, GOVERNANÇA E DESEMPENHO.....	29
3.1. ESTRATÉGIA.....	29
3.2. APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À GERAÇÃO DE VALOR.....	31
3.3. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO.....	32
VISÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ANUAL.....	50
Ações de destaque.....	51
3.4. RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	55
3.4.1. Gestão orçamentária e financeira.....	55
3.4.2. Gestão de custos.....	61
3.4.3. Gestão de pessoas.....	62
3.4.4. Gestão de licitações e contratos.....	73
3.4.5. Gestão patrimonial e infraestrutura.....	76
3.4.6. Gestão da Tecnologia da Informação.....	80
3.4.7. Sustentabilidade ambiental.....	86

4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	89
4.1. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS.....	89
4.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	89
4.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	90
4.4. BALANÇO PATRIMONIAL.....	93
4.5. BALANÇO FINANCEIRO	95
4.6. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	96
4.7. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	97
4.8. INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE NO ÂMBITO DO CNMP.....	97
4.9. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	97

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	99
---	-----------

LISTA DE QUADROS.....	100
------------------------------	------------

LISTA DE FIGURAS.....	101
------------------------------	------------

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

Em tempos de distanciamento social e em meio a tantas alterações vivenciadas na rotina, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) conclui mais um ano com avanços na consolidação de seu papel constitucional e com a superação de significativos desafios.

Mais do que um órgão de controle externo, este Conselho pretende também concretizar sua finalidade de ser catalisador da unidade e da coordenação dos esforços dos que compõem os quadros do Ministério Público brasileiro e do CNMP.

É notório que, desde junho de 2005, esta Instituição vem exercendo sua atividade de controle em sentido estrito, contudo, ao longo do tempo, o Conselho voltou-se não só às atividades de inspeções e de julgamentos de casos disciplinares mas também à atuação preventiva, ao fortalecimento das estruturas locais e à intensificação de seu perfil de indutor de políticas institucionais e de principal responsável pela unidade nacional do Ministério Público.

No ano de 2020, este Órgão comemorou seus quinze anos de instalação, concluindo mais uma etapa de sua história institucional, marcada pela inovação e pela cooperação em benefício da unidade do Ministério Público.

Nesse mesmo ano, em razão de uma pandemia, as diversas atividades deste Órgão de controle tiveram de ser reinventadas e adaptadas a uma rotina diferente, uma adversidade que acabou por ensejar uma atuação mais produtiva e, certamente, mais econômica.

De modo a conseguir concretizar todos os objetivos institucionais do CNMP em um contexto atípico, impuseram-se ainda maiores desafios às atividades administrativas e às de gestão.

É nessa conjuntura que se realizaram diversas ações voltadas à reestruturação e à modernização administrativa do Conselho, notadamente relativas a investimentos em inovação tecnológica.

Tais atividades compõem o presente relatório, que é resultado do empenho coletivo deste Órgão em elaborar um documento com ênfase na integração das informações e no desempenho da organização, em movimento de fortalecimento da *accountability* pública.

Pautado no engajamento com a transparência institucional, o CNMP apresenta este Relatório de Gestão de forma consolidada, com o fim de facilitar ao cidadão o acompanhamento e a fiscalização da atuação desta Instituição.

Ademais, com o compromisso de garantir que este relatório esteja de acordo com a estrutura de decisão normativa exarada pelo Tribunal de Contas da União, o signatário, responsável pela governança desta Instituição, atuou no sentido de assegurar a integridade das informações constantes deste documento, alinhadas aos parâmetros de fidedignidade, precisão e completude.

Verificou-se, também, que esse compromisso esteve presente em todas as instâncias responsáveis pela elaboração do Relatório de Gestão, produto do esforço realizado pelo CNMP, na certeza de que, cada vez mais, aprimorar a elaboração e a publicação do texto se perpetuará nos demais exercícios financeiros.

A apresentação das atividades desempenhadas ajuda-nos a fortalecer a missão do CNMP, pois retrata a contínua concretização de suas funções constitucionalmente estabelecidas, além de fomentar atividades que contribuam para o reconhecimento da Instituição como eficiente, transparente e inovadora.

O CNMP pretende prosseguir, em tempos mais salubres ou mais desafiadores, para que a inovação e a cooperação estejam postas a favor do desenvolvimento humano e da unidade institucional do Ministério Público brasileiro.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público



1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), criado em 30 de dezembro de 2004 pela Emenda Constitucional nº 45/2004 e instalado em 21 de junho de 2005 em Brasília (DF), atua em prol do cidadão executando a fiscalização administrativa, financeira e disciplinar de todas as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro¹.

Nos termos do art. 130-A, § 2º, da Constituição Federal, “competete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros [...]”.

Figura 1. Estrutura do Ministério Público brasileiro



1 O Ministério Público de Contas não se submete ao controle do CNMP, conforme decisão plenária durante a 16ª Sessão Ordinária realizada em **23 de agosto de 2016**. Mais recentemente, foi proposta a edição de um enunciado sobre o tema, mas a proposição (nº 1.00973/2017-77) foi rejeitada pelo Plenário na 18ª Sessão Ordinária, em **26 de novembro de 2019**. A rejeição da proposição, contudo, não reconhece a competência do CNMP para a matéria, apenas confirma que não é caso de edição de enunciado, já que a interpretação majoritária do Plenário deriva diretamente do texto constitucional.

O papel de controle envolve zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares no âmbito de sua competência, ou recomendar providências, imprimindo assim uma visão nacional à Instituição; zelar pela observância do art. 37 da Constituição da República e apreciar a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados.

Sem prejuízo da competência disciplinar e correccional da instituição, o CNMP estimula o controle social pelos cidadãos e entidades, que podem encaminhar reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados.

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

O CNMP caracteriza-se como Órgão de Controle Constitucional. Tal posicionamento sobre sua natureza jurídica já foi inclusive manifestado pelo Plenário do CNMP quando da apreciação do Procedimento Interno da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP nº 337/2016-92, ocorrida na 2ª Sessão Extraordinária de 2016, realizada em 14 de junho. O procedimento foi iniciado com base em deliberação do Tribunal de Contas da União, que recomendou ao CNMP a elaboração de modelo de governança com o intuito de aprimorar a atuação das organizações públicas brasileiras.

Na oportunidade, debateu-se a possibilidade de enquadramento do CNMP como Órgão Governante Superior (OGS) da Administração Pública Federal, assim como a abrangência de sua atuação no exercício do controle administrativo e financeiro do Ministério Público (MP) brasileiro. O colegiado do CNMP, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator, Conselheiro Orlando Rochadel, no sentido de que o Conselho não se enquadra na definição de OGS e que sua natureza é de Órgão de Controle Constitucional.

Também foi destacado que o CNMP não integra funcionalmente a União, nem as suas entidades de Administração Direta e Indireta, tendo em vista que a Constituição da República lhe confere, no concernente às suas atividades finalísticas, a função de órgão de controle externo do MP brasileiro como instituição de caráter nacional, o que abrange o controle externo do Ministério Público da

União e dos Estados. Nesse contexto, verifica-se que o CNMP atua em circunstâncias relacionadas ao controle externo de relevante instituição voltada à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme o art. 127 da Constituição Federal, que baliza as atribuições do Ministério Público brasileiro.

Além da Constituição Federal, outras normas direcionam a atuação do CNMP, tais como:

- a **Lei Complementar nº 75/1993**, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União;
- o Regimento Interno, publicado por meio da **Resolução CNMP nº 92/2013**;
- a **Resolução CNMP nº 147/2016**, que dispõe sobre o planejamento estratégico nacional do Ministério Público e do CNMP;
- a **Portaria CNMP-PRESI nº 25/2018**, que regulamenta o planejamento estratégico do CNMP; e
- a **Portaria CNMP-PRESI nº 197/2020**, que institui a Política e o Sistema de Governança da Instituição.

Observada sua competência constitucional, bem como todos os demais normativos mencionados, e atento às necessidades da sociedade, o CNMP estabeleceu no seu planejamento estratégico, para o intervalo de 2018 a 2023, sua missão, visão e valores, conforme a seguir:

Figura 2. Missão, visão e valores do CNMP de 2018 a 2023



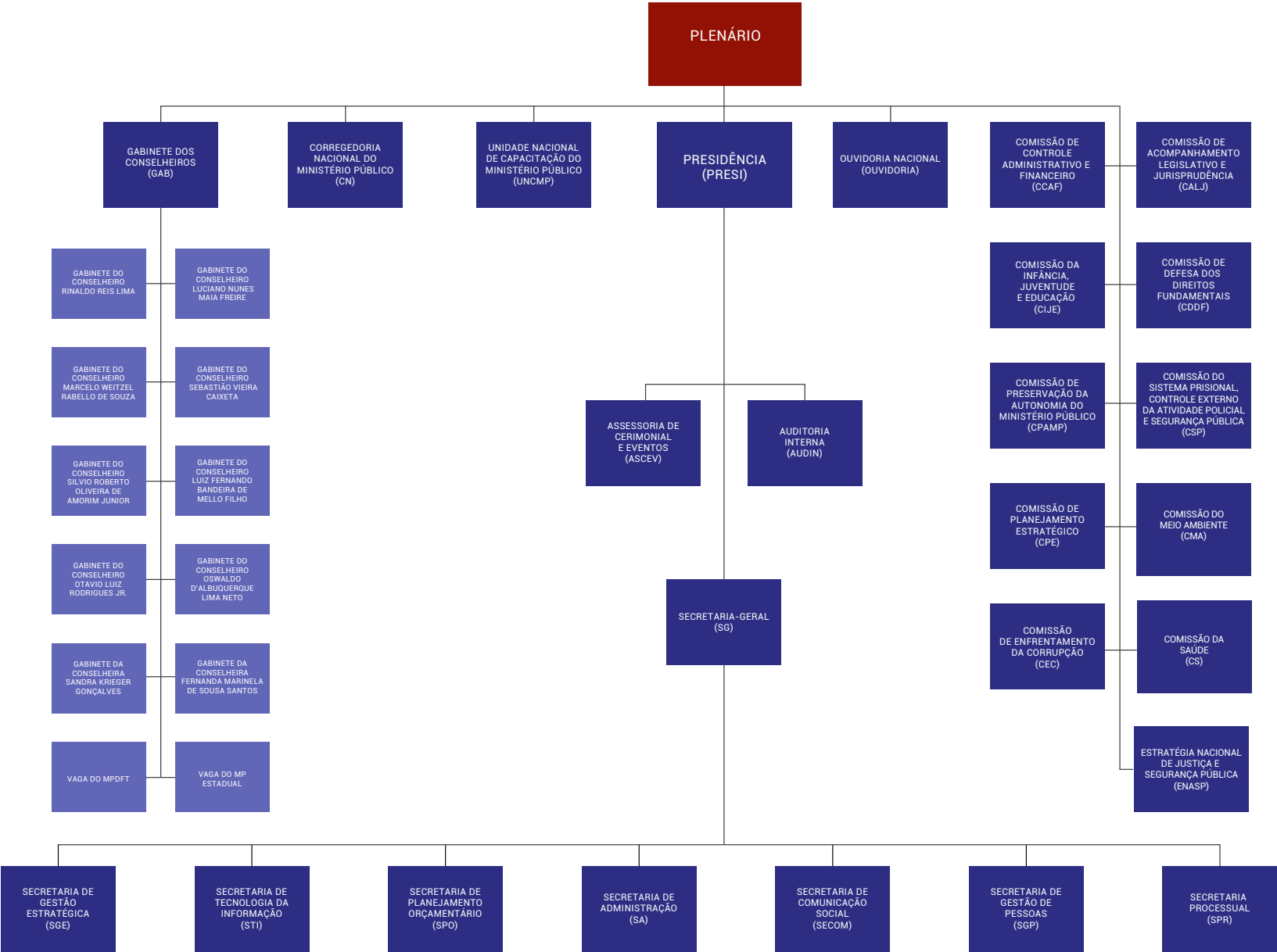
Incumbe ao CNMP promover a unidade institucional do Ministério Público brasileiro. Dessa forma, cabe ao CNMP encorajar uma atuação do Ministério Público alinhada à atual agenda brasileira, sobretudo de desenvolvimento econômico sustentável, incremento da segurança jurídica, aprimoramento da segurança pública, promoção da transparência, da desburocratização, do compartilhamento das boas práticas e do desenvolvimento da inovação. Também, cabe-lhe o aprimoramento da atividade de controle que o *Parquet* exerce nas atividades da sociedade, o qual deve, prioritariamente, ser preventivo e orientativo.

1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Nos termos do **Regimento Interno do CNMP** e da **Portaria CNMP-PRESI nº 95/2017**, a **estrutura organizacional do CNMP** é composta por: **Plenário, Presidência, Corregedoria Nacional do Ministério Público², Gabinetes dos Conselheiros, Comissões, Ouvidoria Nacional, Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, Estratégia Nacional de Segurança Pública e Secretaria-Geral**, conforme figura abaixo:

2 A organização interna e as atribuições da Corregedoria Nacional do Ministério Público foram descritas mais recentemente pela Portaria CNMP-CN nº 165/2018, pois a Corregedoria possui autonomia para disciplinar por ato próprio sua organização, conforme estabelecido no art. 16 do Regimento Interno do CNMP.

Figura 3. Estrutura Organizacional do CNMP³

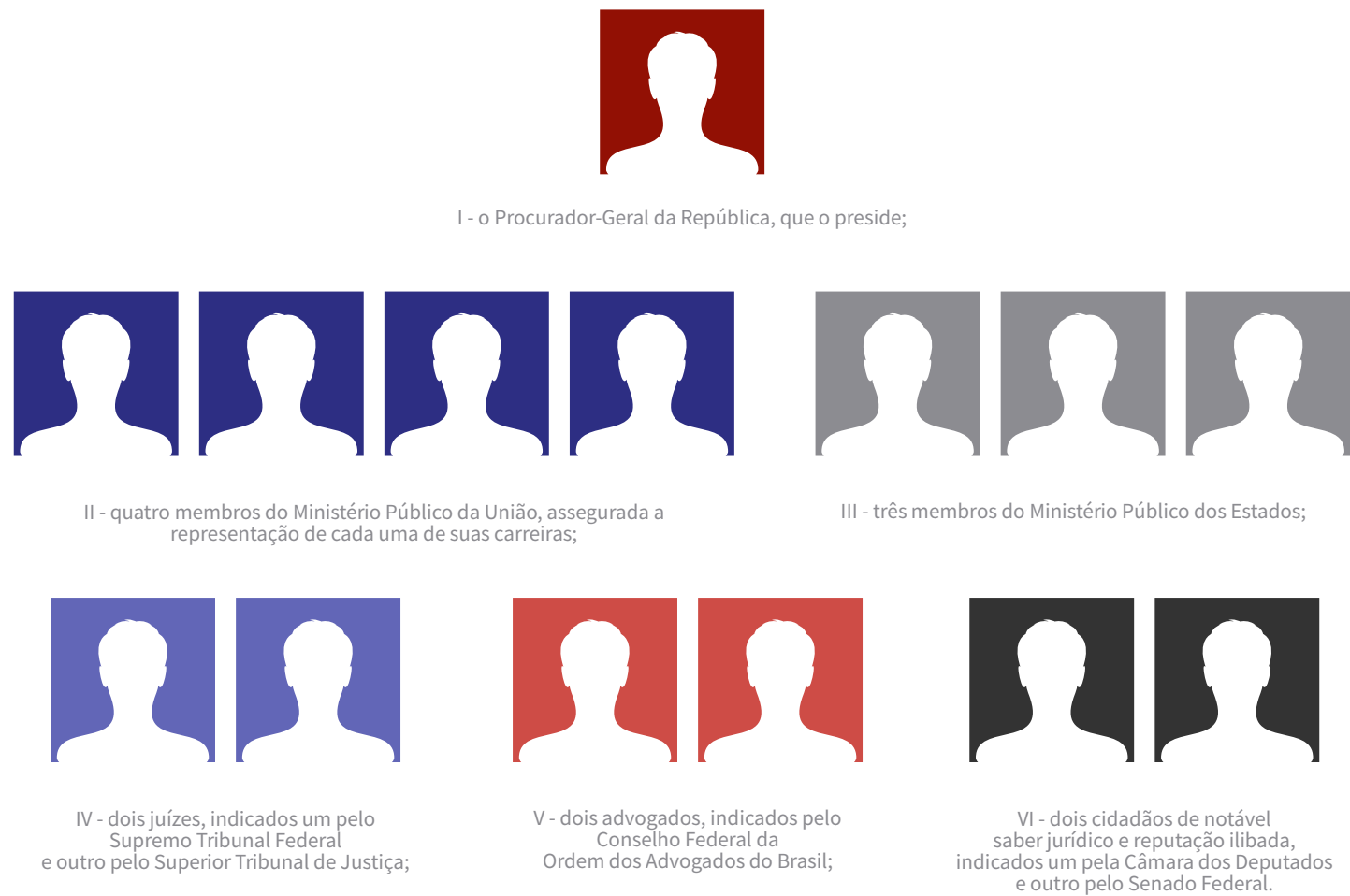


3 Os Gabinetes dos Conselheiros foram dispostos da esquerda para a direita e de cima para baixo por ordem de precedência (biênio 2019-2021).

CONSELHEIROS

Nos termos do art. 130-A da Constituição Federal e do art. 1º da **Lei nº 11.372/2006**, o CNMP é composto por 14 conselheiros, que são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

Figura 4. Composição do CNMP



Os conselheiros têm como obrigação participar das reuniões do Plenário e/ou das Comissões, quando convocados, com direito a palavra e voto. Cabe a eles também elaborar projetos, propostas ou estudos sobre matérias de competência do CNMP.

Atualmente, os seguintes **nomes** integram o CNMP:

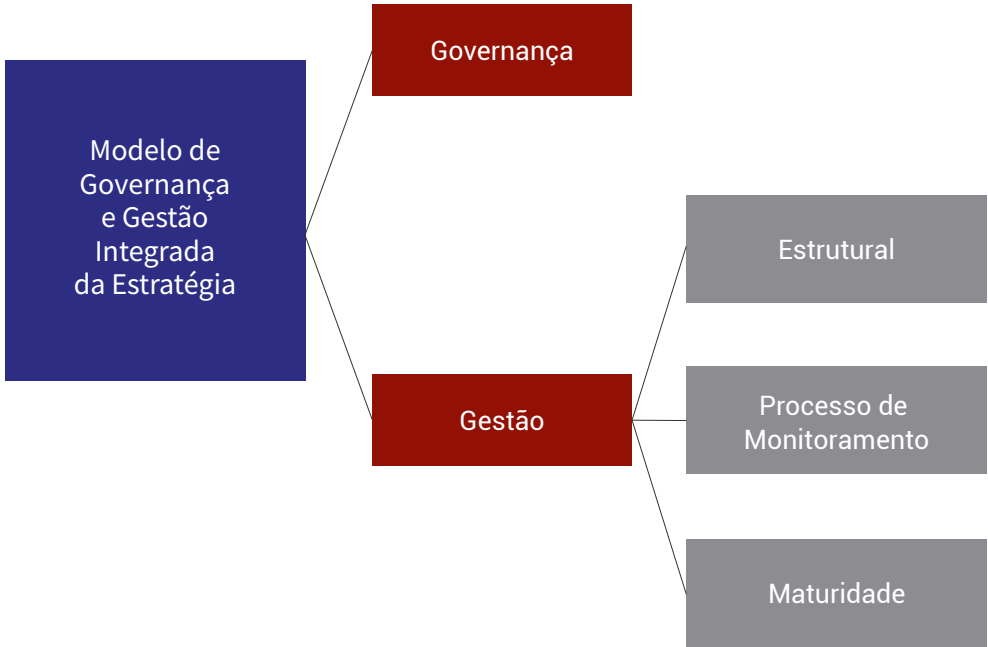
Figura 5. Composição atual do CNMP



1.3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

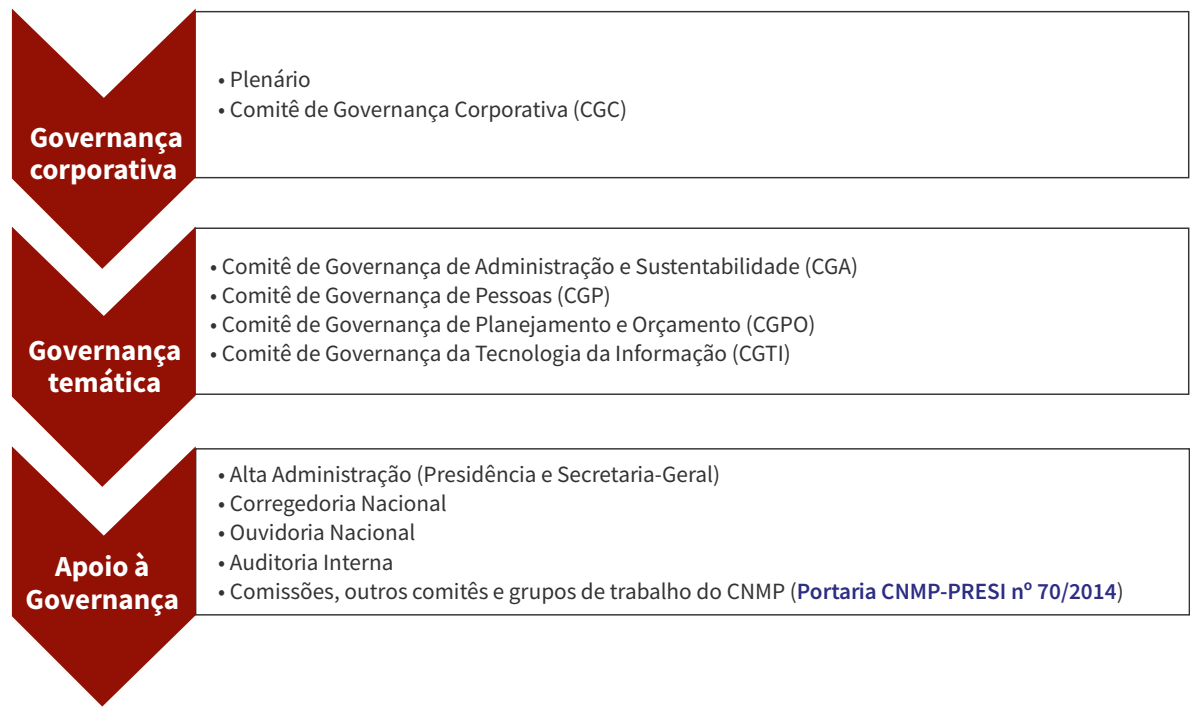
Para implementar a estratégia definida de forma alinhada com a missão institucional, o CNMP dispõe de seu modelo de governança denominado “Modelo de Governança e Gestão Integrada da Estratégia (MGGIE)”. Normatizado pela [Portaria CNMP-PRESI nº 25/2018](#), o modelo estrutura-se em dois grandes eixos: governança e gestão.

Figura 6. Modelo de Governança e Gestão Integrada da Estratégia



Em relação ao primeiro eixo, governança, a [Portaria CNMP-PRESI nº 197/2020](#) (publicada em substituição ao antigo normativo, Portaria CNMP-PRESI nº 160/2014) estabeleceu as seguintes instâncias de governança no CNMP:

Figura 7. Sistema de Governança Institucional do CNMP



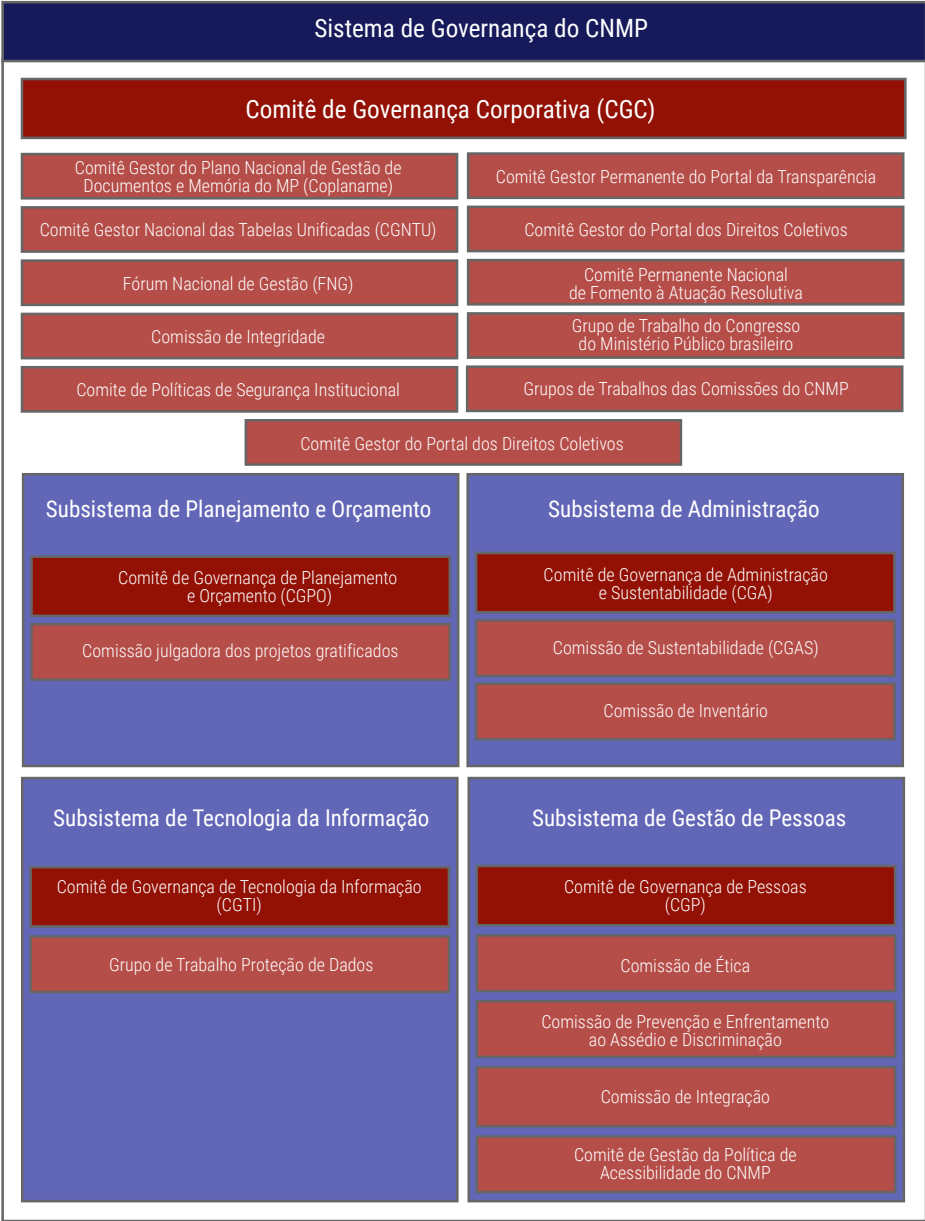
Destaca-se que, diferentemente do modelo de governança anterior, os comitês de governança configuram órgãos colegiados de natureza deliberativa, com a função de avaliar, direcionar e controlar a gestão da Instituição, além de possuírem natureza consultiva, no sentido de apoiar o Plenário, instância máxima do Conselho, em suas atribuições, conforme definido no Regimento Interno do CNMP.

Outra alteração do novo normativo foi a definição de subsistemas temáticos de governança, coordenados pelos comitês de governança temáticos e integrados por outros comitês, comissões, grupos de trabalho e colegiados que possuam por objeto assuntos

correlatos. Nesse sentido, os comitês temáticos ficam responsáveis pela validação e interlocução entre Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho que tenham por objeto temas afetos ao respectivo subsistema, garantindo o alinhamento entre essas instâncias, as políticas e o Planejamento Estratégico do CNMP, podendo lhes encaminhar ou delas receber questões para deliberação, resguardada a competência de cada uma.

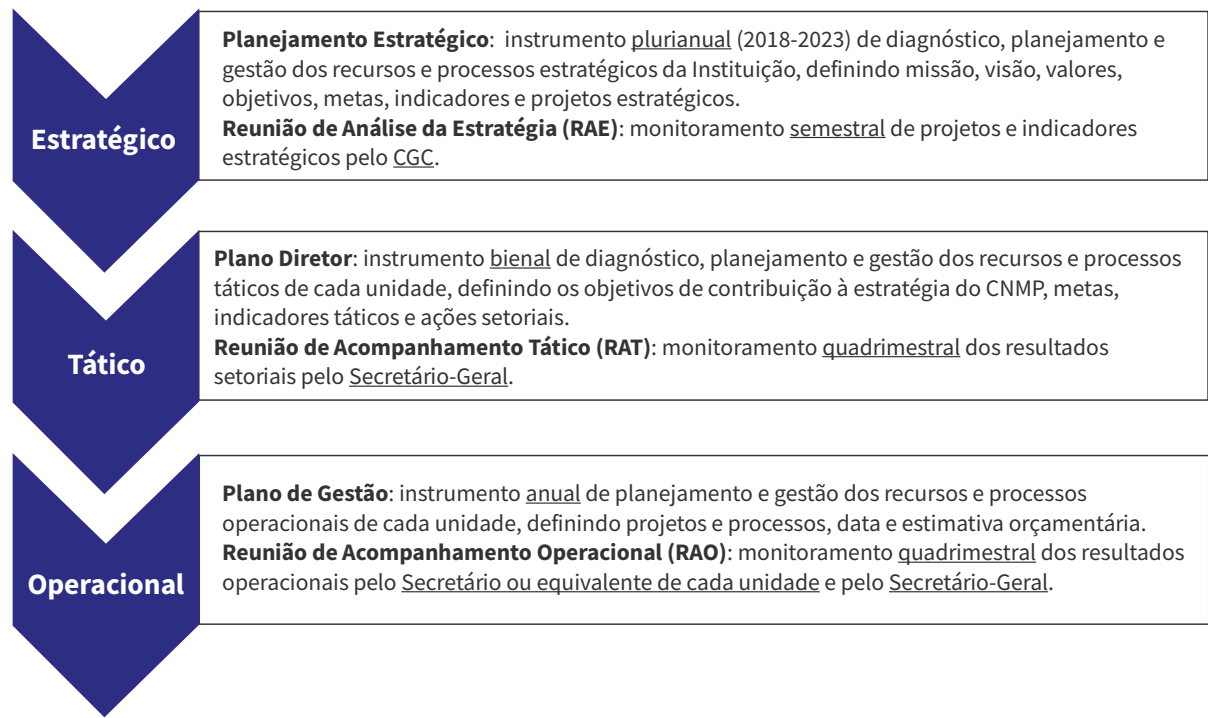
Logo, o CNMP passa a ter quatro subsistemas de governança temáticos, dentro do sistema de governança:

Figura 8. Sistema e subsistemas temáticos de governança do CNMP



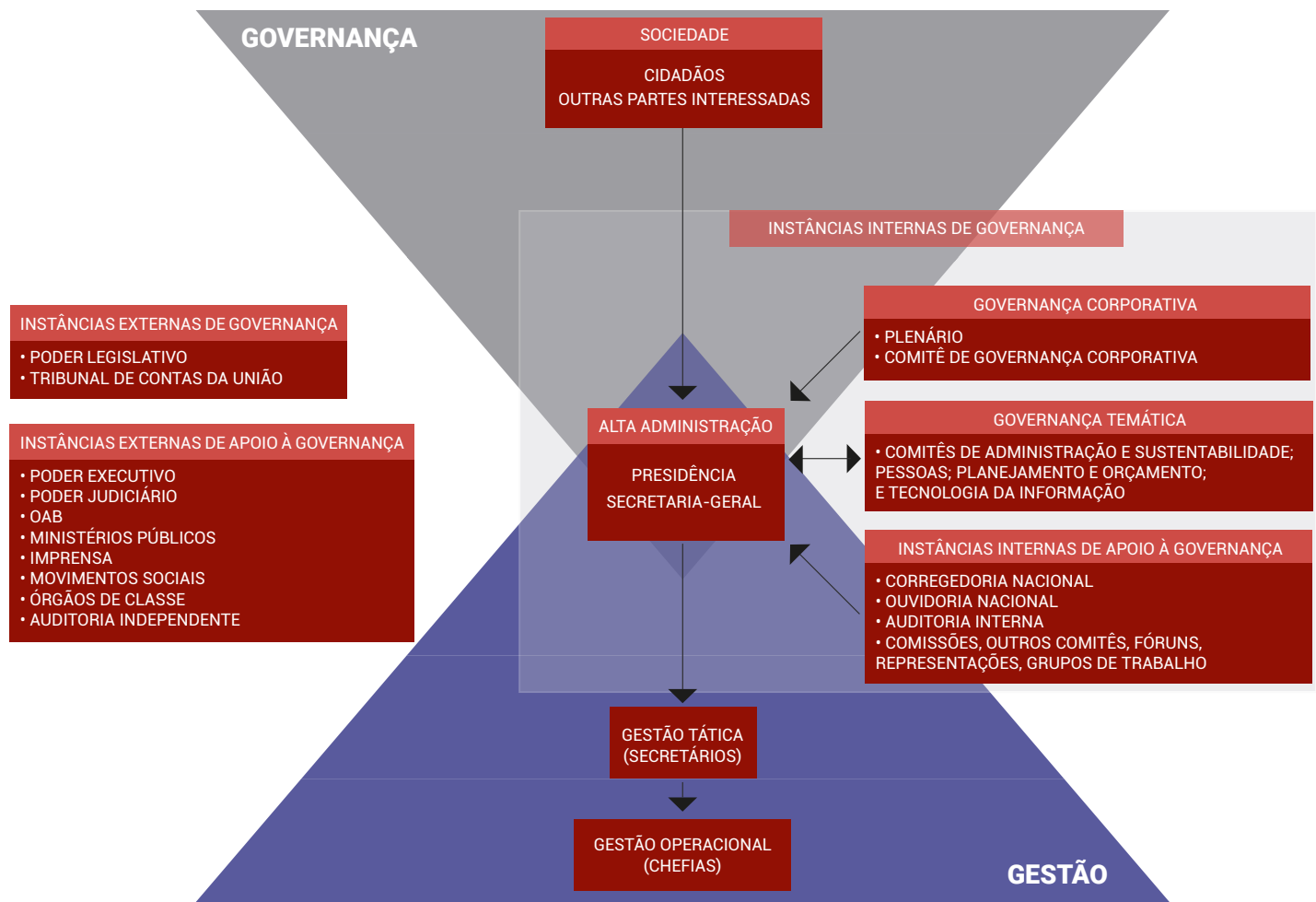
Quanto ao eixo da gestão, conforme **Portaria CNMP-PRESI nº 25/2018**, as dimensões estrutural e do processo de monitoramento se dividem em três níveis: estratégico, tático e operacional, conforme figura a seguir:

Figura 9. Níveis de planejamento do CNMP, instrumentos e monitoramento



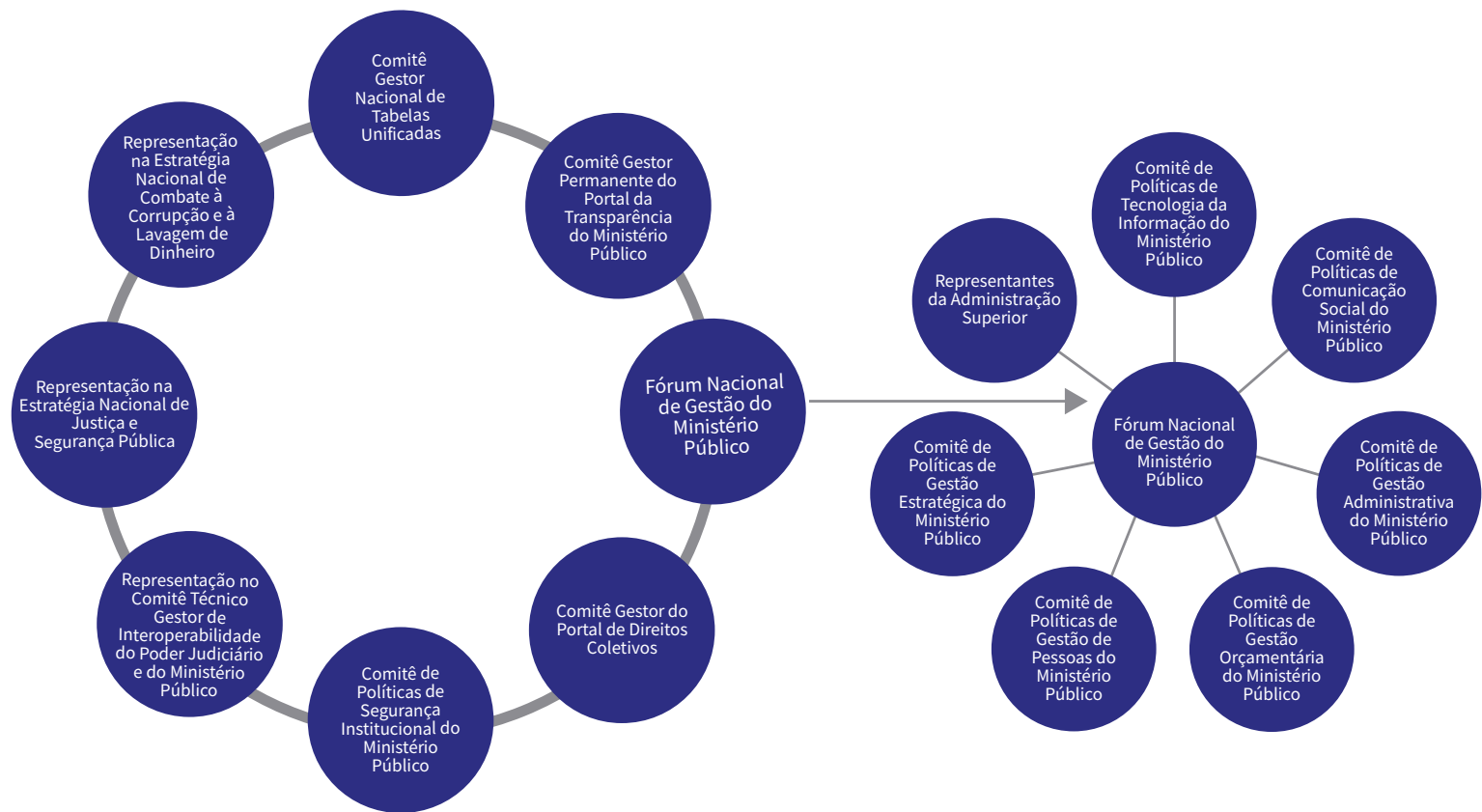
A figura a seguir apresenta de maneira esquemática o sistema de governança corporativa do CNMP, adaptado do Referencial Básico de Governança Organizacional, 3ª edição, do Tribunal de Contas da União:

Figura 10. Sistema de Governança Corporativa do CNMP



Já a figura abaixo detalha melhor as instâncias internas de apoio à Governança, em especial os Comitês, Fóruns, Representações, Grupos de Trabalho e congêneres, sob a coordenação do CNMP, nos termos da [Portaria CNMP-PRESI nº 70/2014](#):

Figura 11. Instâncias internas de apoio à Governança



1.4. MODELO DE NEGÓCIOS E CADEIA DE VALOR

As entregas do CNMP, para o cumprimento de sua missão institucional e de seu planejamento estratégico, podem ser visualizadas em seu modelo de negócio, conforme figura abaixo:

Figura 12. Modelo de negócio do CNMP

Nossos Insumos	Nossos Macroprocessos (Cadeia de Valor)	Nossos Produtos	Partes Interessadas
Processos finalísticos Processos remanescentes de 2019 = 996 Processos instaurados = 1.085 Plenário = 529 Comissões Temáticas = 62 Corregedoria Nacional = 494 Processos em andamento = 415 Plenário = 232 Comissões Temáticas = 33 Corregedoria Nacional = 150 Força de Trabalho Conselheiros = 14 (3 vagos) Servidores = 279 Quadro Ativo = 210 Quadro Inativo = 1 Requisitados = 50 Sem vínculo = 18 Estagiários = 41 Terceirizados = 113 Orçamento Dotação autorizada = R\$ 90.105.835,00 Despesas de pessoal executadas = R\$ 52.481.269,88 Outras despesas correntes (custeio) executadas = R\$ 31.721.983,95 Investimentos executados = R\$ 3.544.642,15	CADEIA DE VALOR DO CNMP  >> Clique na figura para ampliar	Atuação finalística Processos apreciados e finalizados = 670 Plenário = 297 Comissões Temáticas = 29 Corregedoria Nacional = 344 Decisões monocráticas proferidas = 714 Plenário = 275 Comissões Temáticas = 30 Corregedoria Nacional = 409 Correições realizadas = 12 6 Extraordinárias 6 Ordinárias em Órgãos de Controle Disciplinar 181 unidades internas de 6 MPs correccionados Julgamentos realizados = 321 Sessões plenárias realizadas = 19 Presenciais = 12 Remotas = 7 Resoluções editadas = 17 Recomendações emitidas = 10 Emendas Regimentais = 6 Macroprodutos Legalidade e eficiência da atuação administrativa e financeira do MP brasileiro e cumprimento dos deveres funcionais de membros e servidores Aperfeiçoamento da atuação do MP brasileiro para melhor atendimento ao cidadão Gestão para Excelência Estrutura eficiente e operacional	Sociedade Ministério Público brasileiro Órgãos de Controle Externo Executivo Legislativo Judiciário

O modelo de negócio do CNMP se inicia com a demanda de processos administrativos referentes ao controle da atuação dos membros do Ministério Público, principal entrada diretamente relacionada à atividade finalística. Para o processamento e o julgamento dos processos, são necessários, essencialmente, recursos humanos e orçamentários, além de um bom gerenciamento desses processos. Assim, conforme descrito no quadro a seguir, os macroprocessos do CNMP, definidos em sua **Cadeia de Valor**, subdividem-se em:

Quadro 1. Macroprocessos da Cadeia de Valor

Macroprocessos da Cadeia de valor	Descrição
Controle da atuação administrativa e financeira dos MPs e cumprimento dos deveres funcionais de seus membros e servidores	Envolve processos e atividades relacionados ao atendimento da atribuição constitucional do órgão, previstos no Art. 130-A, §2º, caput da CF/88. Dessa forma, esses processos configuram-se como finalísticos, pois compreendem a atividade-fim do órgão, seguindo os incisos desse artigo da Constituição Federal, assim como as atribuições determinadas no Regimento Interno do CNMP - RICNMP (Resolução nº 92, de 13 de março de 2013).
Integração e fortalecimento do Ministério Público brasileiro	Envolve processos e atividades relacionados ao atendimento da atribuição constitucional do órgão, previsto no artigo 130-A, §2º, caput da CF/88. Dessa forma, esses processos configuram-se como finalísticos, pois compreendem a atividade-fim do órgão.
Governança e Gestão	A governança corporativa compreende o conjunto de processos, regulamentos, decisões, costumes e ideias que demonstram a forma como a Instituição é gerenciada, com a principal preocupação de desenvolver mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas a alcançar a missão da Instituição e a otimizar os resultados oferecidos aos cidadãos e aos usuários dos seus serviços.
Comunicação Institucional	A comunicação institucional compreende o conjunto de processos, regulamentos, decisões, costumes e ideias que demonstram a forma como a Instituição realiza suas políticas de comunicação interna e externa.
Segurança Institucional	Compreende o conjunto de medidas voltadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda da Instituição e de seus integrantes, inclusive no que tange à sua imagem e reputação.
Suporte Organizacional	Tem o objetivo principal de prover o CNMP da devida estrutura para viabilizar a execução das atividades atribuídas ao Órgão.

O principal produto do CNMP é o controle da atuação administrativa e funcional dos membros do MP. Esse serviço impacta positivamente na sociedade, pois assegura o zelo da atuação do MP e preserva os princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito. As partes críticas interessadas são o Ministério Público brasileiro diretamente e, indiretamente, toda a sociedade.

1.5. AMBIENTE EXTERNO

O CNMP, no cumprimento de sua missão constitucional, no exercício de 2020, buscou a eficiência alinhada à atuação resolutiva e dialógica em atividades que promovam **desenvolvimento econômico sustentável, incremento da segurança jurídica e aprimoramento da segurança pública**, envidando esforços para desenvolver e aprimorar mecanismos e instituições dedicadas ao combate da macro e da microcriminalidade, sobretudo na atuação do Ministério Público.

Destaca-se que essa nova direção foi consequência do **diagnóstico** sobre os anseios da sociedade realizado para a elaboração do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público brasileiro 2020-2029.

Na oportunidade, aproximadamente nove mil pessoas responderam a um questionário eletrônico, para definição dos temas que deveriam ser prioritários na atuação do Ministério Público para o referido período.

Cabe ressaltar ainda que, na construção do diagnóstico, foram envolvidos todos os ramos e unidades do Ministério Público brasileiro, por meio da realização de encontros regionais e nacionais.

O resultado desse processo de escuta ampla e democrática foi o **Mapa Estratégico Nacional 2020-2029**, cuja visão para o Ministério Público brasileiro nos próximos dez anos é **“ser uma instituição com atuação resolutiva na defesa da sociedade, no combate à corrupção e criminalidade e na garantia da implementação de políticas públicas”**.

Nesse contexto, passou a ser adotada a diretriz de atuação que promova participação e inovação nas pautas mencionadas, em promoção da unidade nacional do Ministério Público.

No ano de 2020, além desse contexto, houve também a realidade de uma pandemia, que impôs, às diversas atividades desenvolvidas pelo CNMP, **a necessidade de se reinventar e de se adaptar a uma rotina de distanciamento social, de uso de recursos tecnológicos e de aprimoramento na gestão de recursos públicos**.

De modo a conseguir dar suporte para a concretização de todos os objetivos institucionais do CNMP em um contexto atípico, foram

impostos ainda maiores desafios às atividades administrativas e de gestão.

Por conseguinte, verifica-se que esses temas relevantes da opinião pública e da realidade brasileira influenciam a atuação do CNMP não só na atividade-fim como também em sua atividade-meio.

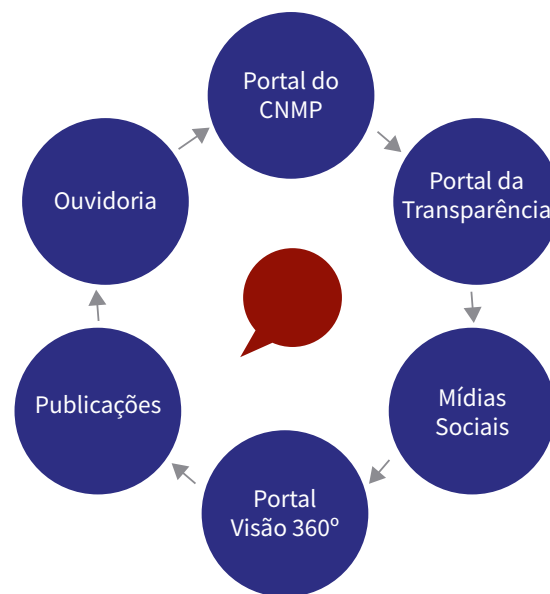
Isso porque, somente com uma Administração inovadora, eficiente e de resultados, é possível ensejar atuação uniforme do Ministério Público brasileiro, absolutamente comprometido com os anseios da sociedade e com a realidade brasileira.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

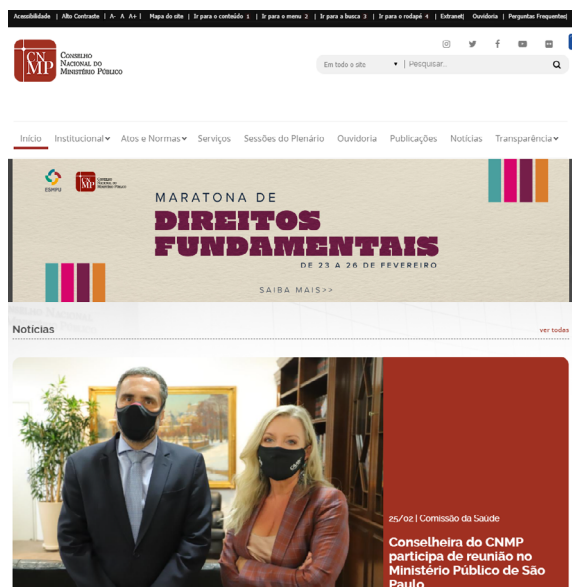
O CNMP possui canais de comunicação que visam à promoção da transparência e da prestação de seus serviços públicos digitais de forma acessível e intuitiva.

Os principais canais de comunicação com a sociedade são:

Figura 13. Principais canais de comunicação com a sociedade



A. PORTAL DO CNMP



Veículo de comunicação mais acessado pelo cidadão, o **Portal do CNMP** possui uma interface acessível, intuitiva e amigável. O site oferece informações sobre a atuação do Órgão, organizadas a partir das áreas de maior procura pelo usuário. Ícones de acesso aos canais de diálogo mais relevantes, como a Ouvidoria, o Serviço de Atendimento ao Cidadão e o Portal da Transparência, encontram-se fixos na primeira página, em área de visualização privilegiada.

Entre janeiro e dezembro de 2020, o Portal do Conselho Nacional do Ministério Público recebeu **1.948.896 acessos**.

B. MÍDIAS SOCIAIS

Com o objetivo de facilitar o acesso dos cidadãos à Instituição, os canais de mídias sociais do CNMP trazem conteúdos de utilidade pública e de promoção da cidadania. Destaca-se que o Conselho não realiza compra de espaço de veiculação em nenhum de seus canais de comunicação.

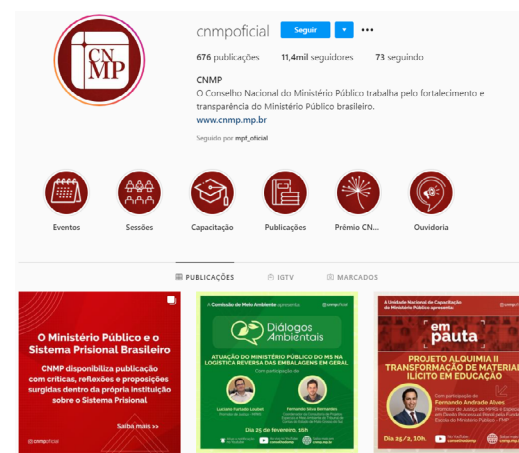
Facebook: @cnmpoficial



A página do CNMP na plataforma encerrou o ano de 2020 com **172.405 seguidores**. Entre janeiro e dezembro foram **215 postagens**, que alcançaram, em média, **1.489 pessoas**.

Desde 2017, a Ouvidoria do CNMP responde ao cidadão pelo *inbox* da página do Facebook. O formato trouxe credibilidade ao canal, e as respostas do Órgão agora são elaboradas por profissionais qualificados e treinados em atendimento ao público.

Instagram: @cnmpoficial



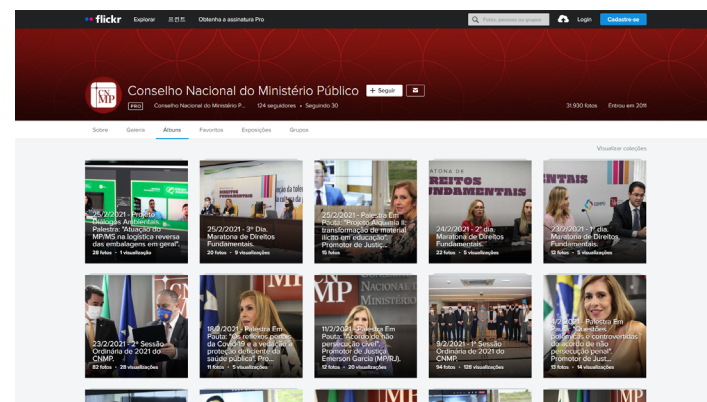
De janeiro a dezembro de 2020, o CNMP realizou **282 postagens** no perfil oficial e aumentou em **36%** sua base de seguidores, finalizando o ano com **10.600 seguidores**. O objetivo é mostrar o dia a dia e a atuação do Conselho por meio de imagens, vídeos e *cards*.

Desde meados desse ano, a Ouvidoria do CNMP responde ao cidadão pelo *direct* do perfil do Instagram, o que promove uma relação mais transparente e participativa entre o CNMP e a sociedade.

YouTube: conselhodomp



Flickr: @conselhodomp

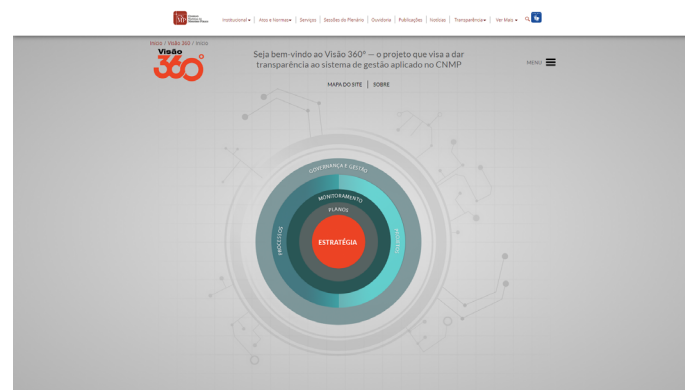


O CNMP também mantém canal de comunicação no Twitter, onde possui **58.508 seguidores**, e banco de fotos no Flickr. Além disso, todas as sessões plenárias podem ser assistidas ao vivo ou, posteriormente à sua realização, por meio do canal oficial da Instituição no YouTube. Até dezembro de 2020, o canal teve **533.768 visualizações**.

Twitter: @cnmp_oficial



C. PORTAL VISÃO 360º



O **Portal Visão 360º** possibilita, de forma moderna e interativa, o conhecimento da estratégia do CNMP, por meio de seus planos, projetos, processos e por sua governança e gestão. O objetivo é mostrar para a sociedade e para o Ministério Público os resultados reais dos esforços da atuação do CNMP.

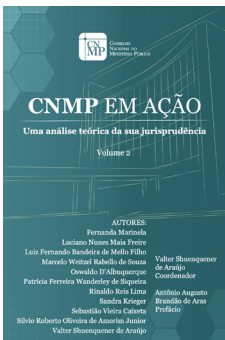
D. PUBLICAÇÕES

Anualmente são produzidos livros, relatórios e revistas contendo informações compiladas sobre a atuação do Ministério Público brasileiro e do próprio Conselho. Em 2020, o CNMP elaborou **25 publicações** com os mais variados temas, entre eles: sistema prisional, infância e juventude, saúde, violência contra a mulher, meio ambiente, direitos humanos, entre outros temas. Importante destacar que o Conselho passou a editar, a partir desse ano, publicações interativas, a exemplo da obra **“Cenários, oportunidades e desafios do Ministério Público Ambiental”**, o que facilita a navegação do usuário pelos conteúdos apresentados e estimula a redução de edições impressas.

Com o objetivo de atender aos princípios de sustentabilidade e otimizar recursos, o CNMP regulamentou a produção de publicações, por meio da **Portaria CNMP-PRESI nº 12/2017**, estabelecendo que, preferencialmente, as publicações do CNMP serão veiculadas em versão digital e divulgadas em seu portal eletrônico na internet.

Figura 14. Principais publicações de 2020

CNMP em ação: uma análise teórica da sua jurisprudência



Orientações sobre orçamento e fundos dos direitos da criança e do adolescente



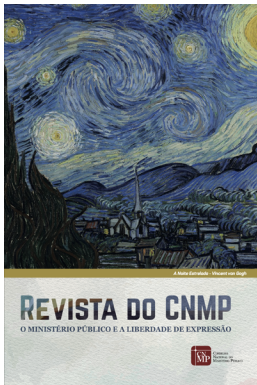
Roteiro prático de atuação no Conselho Nacional do Ministério Público



O CNMP e as boas práticas de combate à corrupção e de gestão e Governança dos Ministérios Públicos



Revista do CNMP, 8ª edição — O Ministério Público e a Liberdade de Expressão



Bem Viver: Saúde Mental no Ministério Público



Revista de Direito Sanitário com o tema "Saúde e Ministério Público — Desafios e Perspectivas"



Quadro 2. Comunicação Social em números

Estatísticas	Quantidade
Número de acessos ao portal do CNMP	1.948.896
Número de postagens no Facebook	215
Número de postagens no Instagram	282
Número de visualizações no YouTube	134.146
Número de seguidores no Twitter	58.508
Número de registros fotográficos publicados no Flickr	2.494
Número de notícias publicadas no site	804
Número de matérias publicadas sobre o CNMP na imprensa	10.692
Número de publicações (livros, cartilhas, manuais, guias, relatórios)	25
Número de campanhas de abrangência nacional	1

EVENTOS QUE REPERCUTIRAM JUNTO À SOCIEDADE

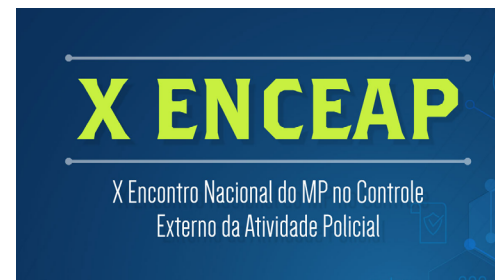
Encontro de Ouvidores – 11/03/2020



Evento Virtual "Tráfico de Pessoas: Abordagem Social e Legal" – 30/07/2020



Evento Virtual: X Encontro Nacional do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial – 14 e 15/09/2020



Evento Virtual em Comemoração aos 30 anos do Estatuto da Criança e Adolescente – 31/07/2020



Evento Virtual: IV Encontro Nacional do Ministério Público do Tribunal do Júri – 1º e 02/10/2020



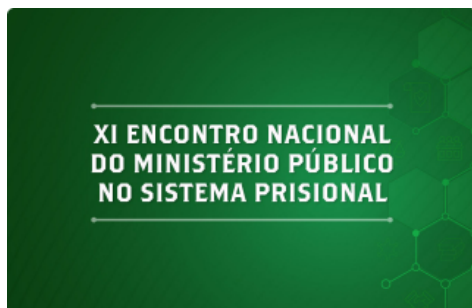
Evento Virtual: Em Pauta – 06/08/2020 a 17/12/2020



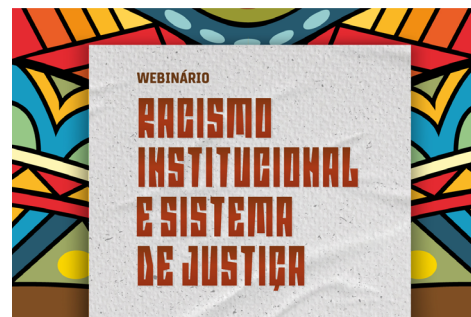
Assinatura do Acordo de Cooperação com o Ministério da Saúde – 15/10/2020



Evento Virtual: Encontro Nacional do MP no Sistema Prisional — 19 e 20/10/2020



Webinário: Racismo Institucional e Sistema de Justiça — 26/11/2020



Evento Virtual: 1º Congresso do MP Brasileiro — 11 e 12/11/2020



Lançamento do Projeto Respeito e Diversidade — 10/12/2020



Evento Virtual: Lançamento do Volume I da obra Pacote Anticrime — 25/11/2020



Evento Virtual: Programa Integrado de Capacitação na Análise de Crimes Ambientais Complexos e Transnacionais — 10 e 11/2020



Evento Virtual: Workshop em Alusão ao Dia Internacional de Enfrentamento da Corrupção – 15/12/2020



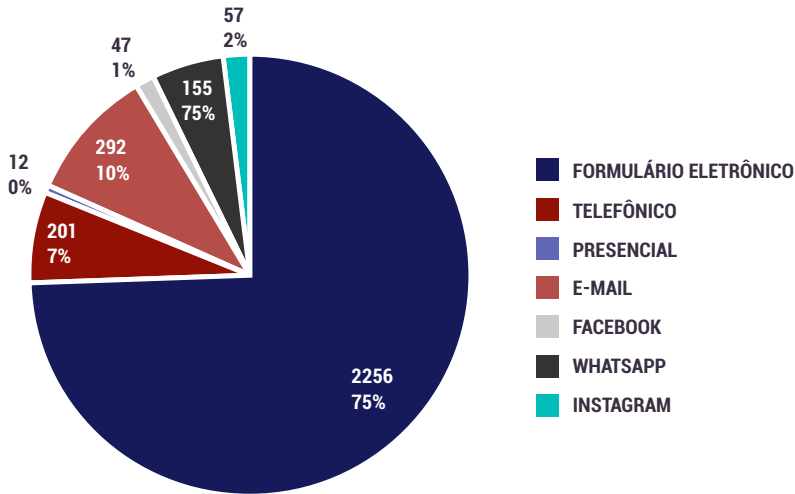
OUVIDORIA

A Ouvidoria Nacional do Ministério Público é o órgão de comunicação direta e simplificada entre o CNMP e a sociedade, e tem por objetivo principal o aperfeiçoamento e o esclarecimento aos cidadãos das atividades realizadas pelo CNMP e pelo Ministério Público.

Os cidadãos poderão apresentar suas demandas à Ouvidoria Nacional pessoalmente, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, por telefone, por formulário eletrônico disponível no site do CNMP, mediante o aplicativo de mensagens WhatsApp ou por meio das redes sociais, Facebook, Instagram ou Twitter.

No ano de 2020, a Ouvidoria Nacional realizou 3.020 atendimentos, conforme detalhado por canal na figura a seguir:

Figura 15. Atendimentos realizados pela Ouvidoria Nacional em 2020 por canal utilizado



No exercício de sua missão institucional de integrar as Ouvidorias do Ministério Público de todo o Brasil, com o objetivo primordial de aperfeiçoar o atendimento prestado ao usuário e os serviços disponibilizados ao público, a Ouvidoria Nacional instituiu em 2020 a **Rede de Ouvidorias do Ministério Público brasileiro**.

Ainda no ano de 2020, foi instituída, no âmbito da Ouvidoria Nacional, a **Ouvidoria das Mulheres (Portaria CNMP-PRESI nº 77/2020)**, canal especializado de recebimento e encaminhamento às autoridades competentes de demandas relacionadas à violência contra a mulher. Desde sua instituição, a Ouvidoria das Mulheres **recebeu e realizou o tratamento de 601 manifestações**.

Ademais, em atenção ao conteúdo da **Súmula nº 9/CNMP**, a qual ressalta que “a existência de mecanismos de transparência ativa, como o Portal Transparência, não desobriga o Ministério Público do dever de transparência passiva, devendo prestar as informações que lhe forem solicitadas diretamente pelo cidadão, indicando, quando for o caso, sua disponibilização em sítio eletrônico da Instituição”, importante salientar que, no ano de 2020, foram registrados **346 pedidos de informação, sendo que todos foram atendidos pela Ouvidoria**.

1.6. DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Para definir as atividades a serem incluídas no presente texto, foi instituído Grupo de Trabalho, por meio da **Portaria CNMP-PRESI nº 203/2020**, em que foram definidos os representantes, as etapas e o cronograma de elaboração deste Relatório.

No referido normativo, foi designada equipe para sua elaboração, revisão e validação, composta por representantes de diversas áreas administrativas do CNMP e da Alta Administração do Órgão.

Dessa forma, verifica-se que os temas a comporem o relatório integrado foram objeto de elaboração e de apreciação coletiva.

Quanto à extensão do conteúdo a ser incluído no presente documento, foi possível relatar as principais atividades de gestão do CNMP, entretanto, haja vista a proposta de produção de um relatório integrado, foram priorizadas informações de influência significativa na atuação do CNMP em curto, médio e longo prazos.

Cuidam-se de informações que foram identificadas pela equipe de elaboração do relatório, levando em consideração o alinhamento ao alcance da estratégia do CNMP, consubstanciada em seu **Mapa Estratégico 2018-2023**, e a concretização de sua missão, valores e visão.

Outro critério utilizado para a definição dos temas a serem abordados neste relatório foi o maior aporte de recursos, sejam financeiros ou de pessoas, em determinada iniciativa, o que demonstra sua maior relevância na atividade desempenhada pelo CNMP.

Buscou-se, também, mencionar as ações influenciadas pelo ambiente externo à Instituição, o qual, em 2020, relacionou-se não só à necessidade de unidade institucional do MP e aos temas abordados no **Mapa Estratégico Nacional 2020-2029** mas também à pandemia do coronavírus, que realçou a necessidade de resiliência do CNMP e impôs desafios às atividades de gestão.

Cabe destacar ainda que foram selecionados temas materiais, objeto de reuniões de acompanhamento estratégico, tático e operacional. Tais reuniões mobilizaram a Instituição, perpassando pela atividade-meio, atividade-fim e, principalmente, pela Alta Administração.

Portanto, os temas materiais foram definidos a partir de critérios de priorização, por possuírem efeito significativo sobre a atuação do CNMP, e relacionados à estratégia, além de terem sido aprovados internamente, ao longo da elaboração do presente relatório.

2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Política de Gestão de Riscos do CNMP, instituída por meio da **Portaria CNMP-PRESI nº 45/2017** e alterada pela **Portaria CNMP-PRESI nº 200/2019**, contém os conceitos, as diretrizes, os objetivos e o processo de gestão de riscos que orientam a tomada de decisões no âmbito do CNMP. Além disso, a política classifica os riscos em estratégicos, operacionais, de conformidade e de integridade, e define que objetivos estratégicos e de contribuição, ações, projetos, iniciativas, ativos e processos de trabalho são objeto da gestão de riscos. Ademais, estabelece que os riscos devem ser avaliados segundo os critérios de probabilidade e impacto, dos níveis baixo, médio, alto e extremo. Todos os conceitos e o processo de governança e gestão foram posteriormente detalhados no Plano de Gestão de Riscos.

A primeira versão do Plano de Gestão de Riscos foi concluída ao final de 2018, publicada na **Portaria CNMP-PRESI nº 167/2018**. Em 2019, a gestão de riscos, conforme previa o documento, foi implementada em um projeto-piloto, instituído por meio da **Portaria CNMP-SG nº 33/2019**, cujos objetos foram os processos de aquisição e de prorrogação contratual da Coordenadoria de Material, Compras e Contratos (COMCC). Verificadas as necessidades de alteração, foram propostas mudanças na Política e no Plano de Gestão de Riscos, objetos das Portarias **CNMP-PRESI nº 200/2019** e **CNMP-PRESI nº 214/2019**, respectivamente.

Destaca-se, em relação à gestão de riscos no exercício de 2020, a revisão do Modelo de Governança e Gestão Integrada da Estratégia (MGIE) do CNMP. Entre março e junho de 2020 foram realizadas várias reuniões de *benchmarking* com diversas organizações da Administração Pública com vistas a colher as melhores práticas de gestão. Realizado tal diagnóstico, foi possível propor alterações na estrutura de governança de riscos de modo a maximizar a utilização de tal ferramenta de gestão. Assim, restou publicada a **Portaria CNMP-PRESI nº 197/2020**, que instituiu a Política e o Sistema de Governança Institucional do CNMP. Em se tratando de

governança de riscos, atribuiu-se ao Comitê de Governança Corporativa (CGC) a responsabilidade de gerir riscos estratégicos, aprovar a política de gestão de riscos e definir o apetite a riscos da organização, e ao Comitê de Governança de Planejamento e Orçamento (CGPO) atribuiu-se a responsabilidade de gerir riscos operacionais, bem como definir a priorização de unidades e processos de trabalho que terão riscos gerenciados no exercício.

Desse modo, **definiu-se uma estrutura de governança em que os riscos estratégicos e os assuntos relacionados às diretrizes gerais em gestão de riscos fossem tratados em uma esfera de governança estratégica, de modo a serem amplamente debatidos tais temas que permeiam toda a organização, enquanto os assuntos operacionais ligados à gestão de riscos seriam tratados em uma esfera de governança especializada e menor, de modo a conceder maior celeridade às decisões.**

A **Portaria CNMP-PRESI nº 197/2020**, que institui a Política e o Sistema de Governança Institucional do CNMP, estabelece como um dos mecanismos de governança do CNMP o controle, que compreende “processos estruturados para mitigar os possíveis riscos na execução dos objetivos institucionais, com atendimento aos princípios da Administração Pública Federal e buscando resguardar o interesse e os recursos públicos”.

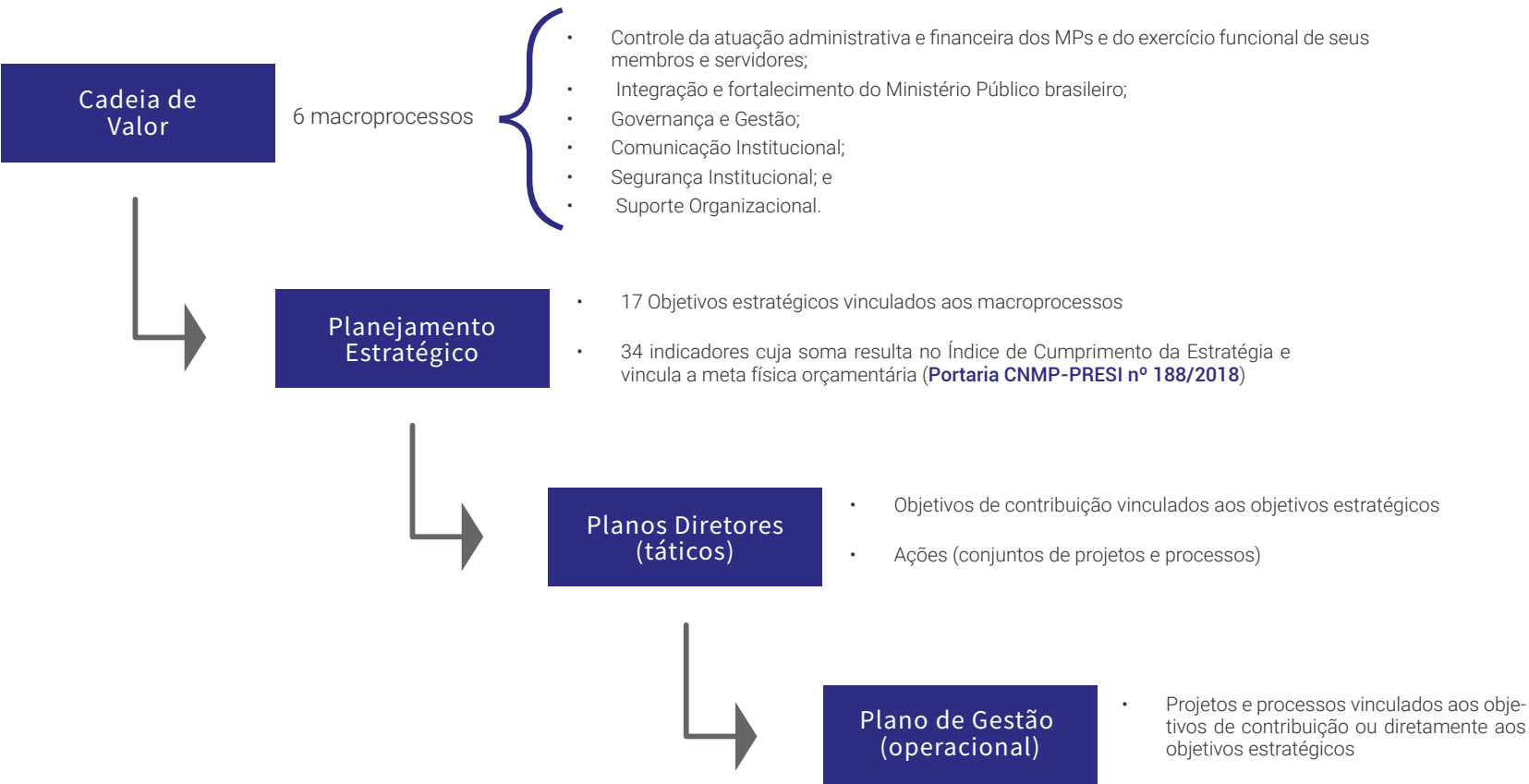
Esse mecanismo está voltado à garantia da transparência, à prestação de contas à sociedade, ao estabelecimento de mecanismos para apurar indícios de irregularidades, à garantia da efetiva atuação da Auditoria Interna, à promoção do alcance dos resultados institucionais, assim como à avaliação, ao monitoramento e à divulgação do desempenho dos gestores.

Tais objetivos serão efetivados por meio da publicação de extratos de planos e relatórios no sítio eletrônico do CNMP; pela atualização do canal de prestação de contas do Órgão, assim como pelo desenvolvimento de sistema de avaliação da satisfação dos usuários; pela atuação efetiva da Auditoria Interna na detecção de irregularidades e falhas de controle, assim como pela participação do Comitê de Governança Corporativa na elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna; pela efetiva atuação dos comitês temáticos de governança e pela realização de reuniões de acompanhamento operacional, tático e estratégico no âmbito do CNMP.

3. ESTRATÉGIA, GOVERNANÇA E DESEMPENHO

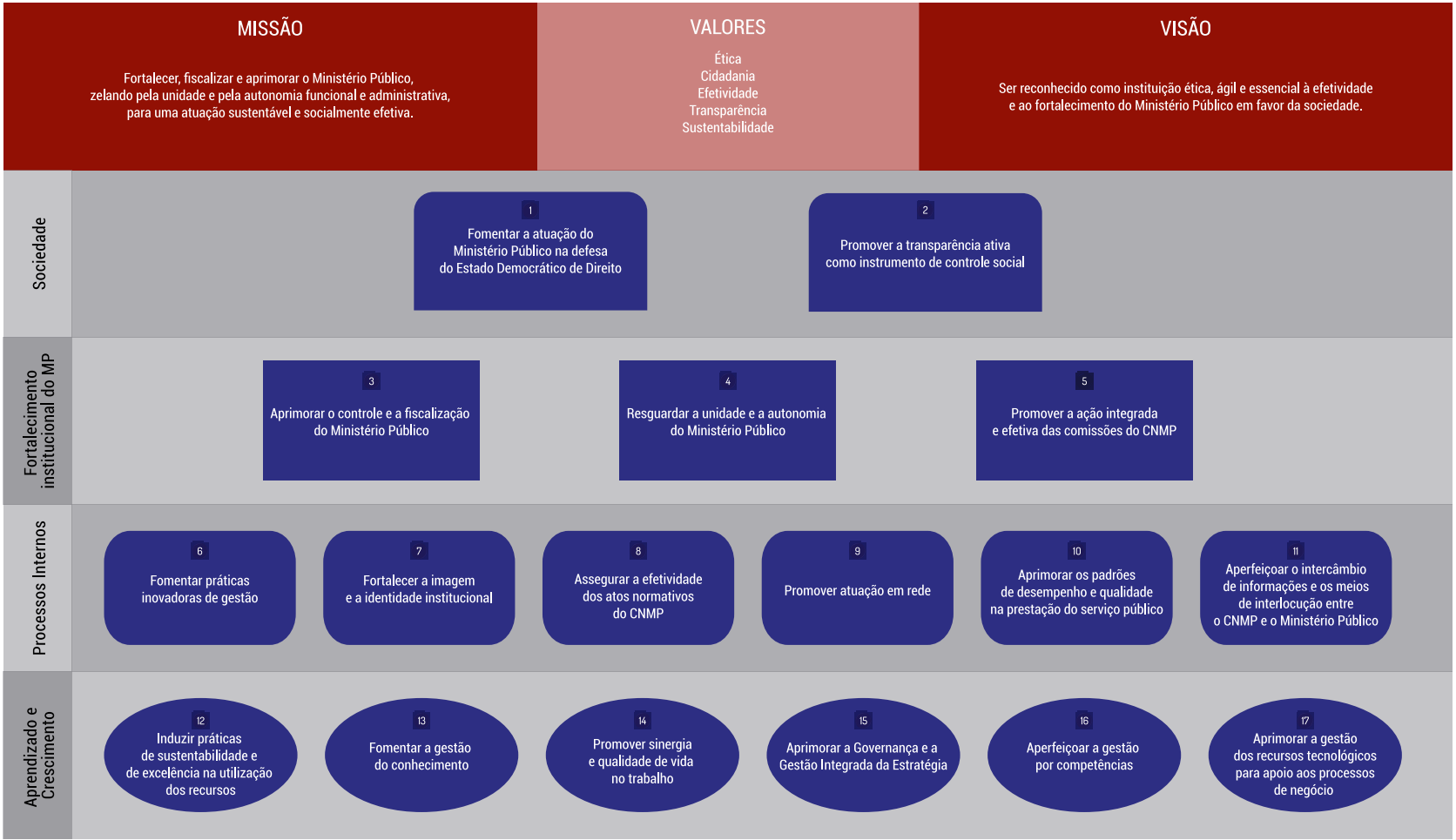
3.1. ESTRATÉGIA

A gestão da estratégia do CNMP possui o seguinte encadeamento lógico:



O planejamento estratégico do CNMP (PE-CNMP), cuja vigência é de 2018 a 2023, tem como principal foco aperfeiçoar seu modo de atuação, seja na área-meio, seja na área-fim. Por essa razão, o PE-CNMP foi elaborado a partir dos seis macroprocessos da Cadeia de Valor e resultou na definição de 17 objetivos estratégicos voltados para o aprimoramento de seu *modus operandi* de fiscalização e controle, o fomento à governança ativa e a utilização sustentável dos recursos públicos. O Órgão entende que isso somente será alcançado com inovação, atuação em rede e com a valorização de seu quadro de pessoal e de seus prestadores de serviços. O Mapa Estratégico 2018 a 2023 pode ser visualizado na figura a seguir:

Figura 16. Mapa Estratégico do CNMP 2018-2023



Ressalta-se que, na definição dos indicadores estratégicos, o CNMP adotou os indicadores de governança e gestão levantados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como um instrumento orientador de sua atuação. Nesse sentido, o CNMP vem aperfeiçoando as suas práticas de gestão e governança, evoluindo a cada ano no desempenho desses indicadores, conforme quadro a seguir.

Quadro 3. Resultados no Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública, 2018 e 2020⁴

Índice	2018	2020 ⁴
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	53%	56%
iGovPub (índice de governança pública)	58%	70%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	54%	56%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	46%	45%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	53%	57%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	47%	51%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	79%	77%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	62%	59%

De 2018 para 2020, o CNMP melhorou sua avaliação em cinco dos oito principais índices utilizados pelo TCU para avaliar a governança e a gestão das organizações públicas federais e manteve o patamar nos outros três. Em 2020, o índice de governança pública apresentou um aprimoramento significativo em relação a 2018, influenciado diretamente pela formalização da **Comissão de Ética do CNMP**, pela instituição do seu **Programa de Integridade** e pelo estabelecimento de seu modelo de gestão de riscos, materializado pela **Política** e pelo **Plano** de Gestão de Riscos do CNMP.

Já em relação à execução da estratégia, atualmente o CNMP conta com 26 projetos ativos em seu **portfólio**, sendo que treze já foram concluídos, nove estão em andamento, três ainda não iniciaram e um está suspenso. Foram cancelados nove projetos ao longo dos primeiros três anos de planejamento.

4 Os resultados referentes a 2020 foram obtidos por meio da ferramenta de autoavaliação voluntária de governança disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em decorrência dos reflexos da pandemia da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) sobre as rotinas administrativas das organizações públicas federais, o Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública de 2020 foi adiado para o ano de 2021. Alerta-se, no entanto, que a autoavaliação voluntária utiliza a base de dados do último levantamento realizado (2018) e que as informações pres-tadas na ferramenta não passaram por revisão por parte do TCU.

A estratégia do CNMP é acompanhada pela Reunião de Análise da Estratégia e pelo Comitê de Governança Corporativa e é desdobrada no nível tático por meio dos **Planos Diretores**, com vigência de dois anos, e no nível operacional por meio do **Plano de Gestão**, com vigência anual.

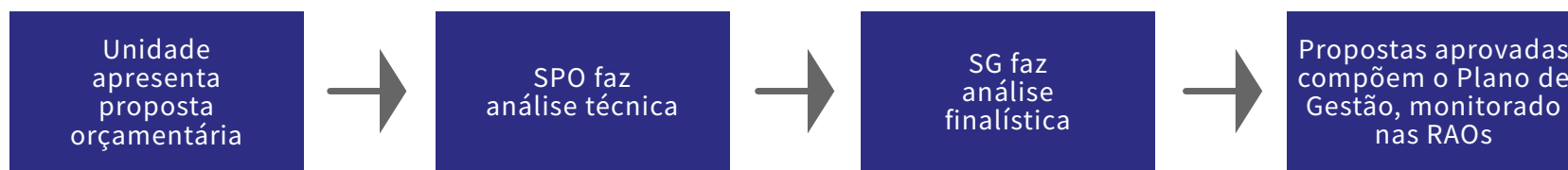
Os Planos Diretores são elaborados pelas unidades, com consultoria da Secretaria de Gestão Estratégica, e acompanhados nas Reuniões de Acompanhamento Tático, quadrimestralmente. Neles, são defi-nidos objetivos de contribuição e ações (conjunto de processos e projetos), vinculados aos objetivos estratégicos. Destaca-se que, ao longo de 2020, foram elaborados, atualizados e alinhados temporal-mente os planos diretores de todas as unidades finalísticas e admi-nistrativas do Conselho, com vigência até 2021.

O Plano de Gestão anual é elaborado com base nos Planos Diretores e no Plano Estratégico, com processos e projetos vinculados aos objetivos de contribuição ou diretamente aos objetivos estratégicos. Seu acompanhamento ocorre nas Reuniões de Acompanhamento Operacional, quadrimestralmente. Em 2020, o documento foi publi-cado por meio da **Portaria CNMP-PRESI nº 1/2020**.

O calendário de monitoramento da estratégia de 2020 foi publicado por meio da **Portaria CNMP-PRESI nº 64/2020**. Das oito reuniões previstas, cinco foram realizadas (duas RAOs virtualmente, duas RATs e uma RAE), resultando em um total de 62,5% de cumprimento do calendário de monitoramento da estratégia.

3.2. APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À GERAÇÃO DE VALOR

O planejamento dos recursos necessários para o alcance desses propósitos é explicitado nos processos e projetos do Plano de Gestão Anual, em que é considerada também a capacidade de execução de todas as unidades, tanto da área-fim como da área-meio. O processo de planejamento é operacionalizado por meio do Sistema de Plane-jamento e Orçamento e ocorre da seguinte forma:

Figura 17. Processo de planejamento orçamentário do CNMP

Outrossim, de acordo com as Portarias CNMP-PRESI nº 25/2018 e nº 250/2020, o valor gerado pelo CNMP é mensurado por meio do acompanhamento dos indicadores estratégicos, realizado mensalmente pela Secretaria de Gestão Estratégica, que analisa a consistência das informações prestadas pelas unidades responsáveis, solicita saneamento e, após, atualiza as informações no **Portal Visão 360º**. Esses resultados também são reportados à Alta Administração nas reuniões do Comitê de Governança Corporativa (CGC) e nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE).

Os resultados dos indicadores táticos e operacionais, definidos no âmbito dos planos diretores e do Plano de Gestão Anual, desdobrados da Estratégia, são reportados ao Secretário-Geral e aos demais Secretários nas Reuniões de Acompanhamento Tático (RAT) e Reuniões de Acompanhamento Operacional (RAO), oportunidades em que são eventualmente identificadas necessidades de melhoria e planejadas ações de aprimoramento.

Além dessas instâncias de governança e gestão, a Estratégia do CNMP também é monitorada por sua Auditoria Interna, como descrito no tópico anterior (2.1 - Gestão de Riscos e Controles Internos).

3.3. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO

O cumprimento da estratégia do CNMP é medido pelo **Índice de Cumprimento da Estratégia (ICE)**, construído com base na aplicação

de pontos, variando de 0 a 10, sobre o desempenho dos indicadores estratégicos do CNMP. Esse índice está vinculado ao cumprimento da meta física orçamentária, que tem por programa "Aprimoramento do Ministério Público"; ação "Atuação estratégica para controle e fortalecimento do Ministério Público"; e produto "Estratégia Cumprida".

Assim, em um contexto inovador, o CNMP vinculou, de modo singular, o dispêndio de seus recursos à efetiva realização da sua estratégia, possibilitando, a um só tempo, o alcance da sua visão de futuro, o controle da gestão ao longo do processo de sua concretização e à ampliação do espectro de transparência e prestação de contas da sua atuação à sociedade.

Em 2020, objetivou-se cumprir 85% (oitenta e cinco por cento) da estratégia, tendo, ao final, sido cumpridos 89,66% (oitenta e nove vírgula sessenta e seis por cento).

A seguir, serão descritos os principais resultados, dificuldades e desafios relativos a cada um dos objetivos estratégicos, sendo que:

- Os projetos e processos de destaque foram indicados pelas próprias unidades executoras no contexto de cumprimento da missão e visão do CNMP;
- Os projetos e os processos podem impactar mais de um objetivo estratégico, razão pela qual um mesmo projeto ou processo e as respectivas informações sobre orçamento e unidades envolvidas podem constar em mais de um objetivo estratégico. Em outras palavras, a soma dos valores vinculados a cada objetivo estratégico, apresentados nesta seção, não representa o valor total orçamentário do CNMP. O detalhamento das informações orçamentárias está descrito na seção 3.4.1. (Gestão orçamentária e financeira).
- Os indicadores possuem desempenho máximo de 100% para quando alcançam ou superam a meta.

1

Fomentar a atuação do Ministério Público na defesa do Estado Democrático de Direito

Descrição: Estimular a atuação do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

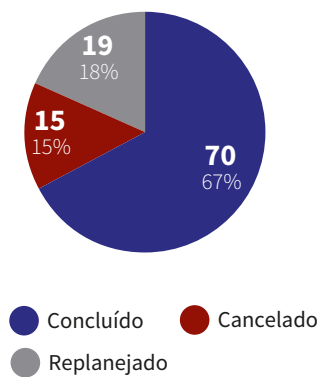
NÚMERO DE OBJETIVOS DE
CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

17

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA
ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

8,21

PLANO DE GESTÃO 2020



Total de
104
projetos e
processos

9
unidades envolvidas
CCAF, CDDF, CEC, CIJE, CN, CSP,
ENASP, OUVIDORIA E PRESI

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Execução dos Planos Diretores da área
finalística do CNMP

DESEMPENHO = 82,08%
META 2020 = 83,00%
MEDIÇÃO 2020 = 68,13%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

ORÇAMENTO VINCULADO



93,65%
orçamento
executado

2

Promover a transparência ativa como instrumento de controle social

Descrição: Aprimorar as ferramentas de divulgação proativa e acesso a informações de interesse público para que a sociedade exerça de forma efetiva o controle social.

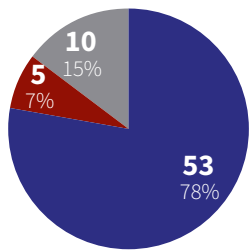
NÚMERO DE OBJETIVOS DE
CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

16

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA
ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

9,84

PLANO DE GESTÃO 2020



● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

Total de

68

projetos e
processos

13

unidades envolvidas

AUDIN, CCAF, CIJE, CN, COPLANAME,
CSP, OUVIDORIA, PRESI, SG, SECOM,
SPO, SPR E STI

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Transparência do CNMP

DESEMPENHO = 98,43%

META 2020 = 100,00%

MEDIÇÃO 2020 = 98,43%

POLARIDADE: POSITIVA

TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

ORÇAMENTO VINCULADO

R\$842.211,03

R\$780.776,61

● Autorizado ● Pago

92,71%

orçamento
executado

3

Aprimorar o controle e a fiscalização do Ministério Público

Descrição: Aperfeiçoar qualitativamente os mecanismos de controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

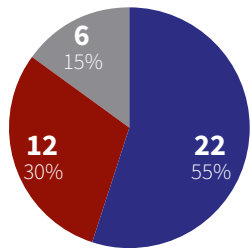
NÚMERO DE OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

4

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

8,58

PLANO DE GESTÃO 2020



● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

Total de
40
projetos e processos

4
unidades envolvidas
CALJ, CCAF, CSP e PRESI

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Prescrição de Processos Administrativos Disciplinares (PAD)

DESEMPENHO = 100,00%
META 2020 = 0,00%
MEDIÇÃO 2020 = 0,00%
POLARIDADE: NEGATIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

Prescrição de Reclamações Disciplinares (RD)

DESEMPENHO = 100,00%
META 2020 = 3,00%
MEDIÇÃO 2020 = 0,60%
POLARIDADE: NEGATIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

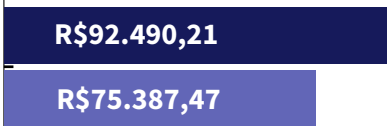
Tempo médio de tramitação dos Procedimentos de Controle Administrativo (PCAs)

DESEMPENHO = 100,00%
META 2020 = 190 DIAS
MEDIÇÃO 2020 = 164,2 DIAS
POLARIDADE: NEGATIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICIÊNCIA

Tempo médio de tramitação dos procedimentos de natureza disciplinar (PAD, RPD e PAVOC)

DESEMPENHO = 71,41%
META 2020 = 290 DIAS
MEDIÇÃO 2020 = 372,9 DIAS
POLARIDADE: NEGATIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICIÊNCIA

ORÇAMENTO VINCULADO



● Autorizado ● Pago

81,51%
orçamento executado

Cumprimento de Decisões Plenárias

DESEMPENHO = 100,00%
META 2020 = 100,00%
MEDIÇÃO 2020 = 100,00%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

Cumprimento dos itens recomendados nas inspeções e nas correições

DESEMPENHO = 43,28%
META 2020 = 60,00%
MEDIÇÃO 2020 = 25,97%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

4

Resguardar a unidade e a autonomia do Ministério Público

Descrição: Assegurar a autonomia funcional, administrativa e financeira do Ministério Público e promover a uniformização de sua atuação, buscando uma visão de unidade nacional.

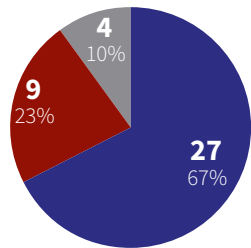
NÚMERO DE OBJETIVOS DE
CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

6

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA
ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

9,86

PLANO DE GESTÃO 2020



● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

Total de
40
projetos e
processos

6
unidades envolvidas
**CALJ, CS, CPAMP,
CPE, UNCMP E PRESI**

INDICADORES ESTRATÉGICOS

**Índice de acompanhamento da segurança
institucional do Ministério Público**

DESEMPENHO = 96,86%
META 2020 = 70,00%
MEDIÇÃO 2020 = 67,80%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

Radar Estratégico

DESEMPENHO = 100,00%
META 2020 = 83,00%
MEDIÇÃO 2020 = 100,00%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFETIVIDADE

ORÇAMENTO VINCULADO



● Autorizado ● Pago

87,23%
orçamento
executado

5

Promover a ação integrada e efetiva das comissões do CNMP

Descrição: Fomentar a atuação das Comissões do CNMP na promoção de ações que incentivem iniciativas conjuntas com o compartilhamento de informações e recursos.

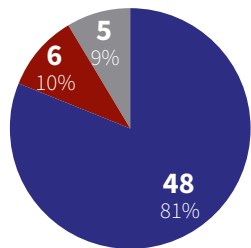
NÚMERO DE OBJETIVOS DE
CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

8

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA
ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

10,0

PLANO DE GESTÃO 2020



● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

Total de
59
projetos e
processos

5
unidades envolvidas
**CDDF, CIJE,
COPLANAME, CPE E STI**

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Implementação dos Planos Diretores na
área finalística do CNMP

DESEMPENHO = 100,00%
META 2020 = 100,00%
MEDICÃO 2020 = 100,00%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

ORÇAMENTO VINCULADO

R\$1.493.293,17

R\$1.430.922,48

● Autorizado ● Pago

95,82%
orçamento
executado

6

Fomentar práticas inovadoras de gestão

Descrição: Incentivar o desenvolvimento de ações criativas e proativas, facilmente aplicáveis e replicáveis, a problemas complexos e sistêmicos, visando alavancar a eficiência e a efetividade no alcance dos resultados.

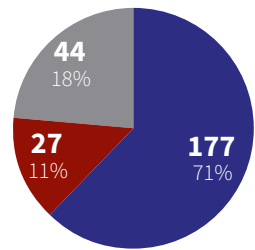
NÚMERO DE OBJETIVOS DE
CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

30

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA
ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

6,57

PLANO DE GESTÃO 2020



● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

Total de
248
projetos e
processos

19

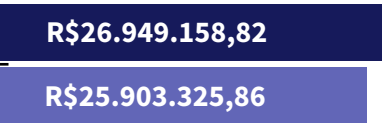
unidades envolvidas
**AUDIN, CCAF, CDDF, CEC, CS, CIJE, CN,
COPLANAME, CPAMP, CPE, CSP, OUVIDORIA,
UNCMP, SG, SA, SECOM, SGE, SGP E STI**

INDICADORES ESTRATÉGICOS

**Ações inovadoras
no Plano de Gestão**

DESEMPENHO = 65,71%
META 2020 = 35 AÇÕES
MEDIÇÃO 2020 = 23 AÇÕES
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXECUÇÃO

ORÇAMENTO VINCULADO



● Autorizado ● Pago

96,12%
orçamento
executado

7

Fortalecer a imagem e a identidade institucional

Descrição: Aprimorar a divulgação da atuação e missão do CNMP em busca do reconhecimento pela sociedade.

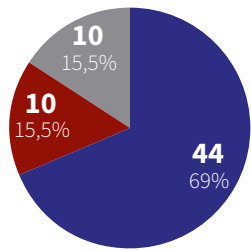
NÚMERO DE OBJETIVOS DE
CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

16

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA
ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

10,0

PLANO DE GESTÃO 2020



● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

Total de
64
projetos e
processos

10

unidades envolvidas
**CALJ, CCAF, CIJE, CN, COPLANAME,
CPAMP, ENASP, SG, SECOM E SPR**

INDICADORES ESTRATÉGICOS

**Conhecimento do CNMP
pela sociedade***

DESEMPENHO = NA
META 2020 = NA
MEDIÇÃO 2020 = NA
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFETIVIDADE

**Confiança no CNMP
pela sociedade***

DESEMPENHO = NA
META 2020 = NA
MEDIÇÃO 2020 = NA
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFETIVIDADE

* O indicador possui meta trianual e será coletado pela primeira vez em 2021.
NA = Não se aplica

ORÇAMENTO VINCULADO



● Autorizado ● Pago

91,42%
orçamento
executado

**Repercussão positiva da atuação do
CNMP na imprensa**

DESEMPENHO = 100,00%
META 2020 = 90,00%
MEDIÇÃO 2020 = 98,71%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFETIVIDADE

8

Assegurar a efetividade dos atos normativos do CNMP

Descrição: Aprimorar a divulgação dos atos normativos expedidos pelo CNMP, oferecendo o apoio necessário ao seu cumprimento, bem como racionalizar a sistemática de solicitação e processamento de dados junto às unidades do Ministério Público.

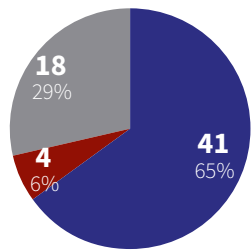
NÚMERO DE OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

10

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

8,77

PLANO DE GESTÃO 2020



● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

Total de

63

projetos e processos

7

unidades envolvidas
CALJ, CCAF, CIJE, CN,
CPAMP, CSP E STI

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Cumprimento das Resoluções

DESEMPENHO = 87,70%
META 2020 = 100,00%
MEDICÃO 2020 = 87,70%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

ORÇAMENTO VINCULADO



● Autorizado ● Pago

96,02%

orçamento executado

9

Promover atuação em rede

Descrição: Fomentar a atuação do CNMP em sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de benefícios comuns.

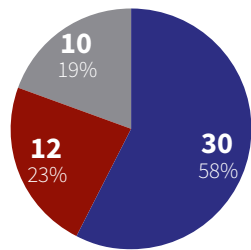
NÚMERO DE OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

17

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

10,0

PLANO DE GESTÃO 2020



● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

Total de

52

projetos e processos

11

unidades envolvidas

CCAF, CEC, CS, CIJE, COPLANAME, CPAMP, CSP, ENASP, OUVIDORIA, UNCMP E SGE

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Acordos de resultados nas ações nacionais

DESEMPENHO = 100,00%

META 2020 = 90,00%

MEDIÇÃO 2020 = 100,00%

POLARIDADE: POSITIVA

TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

ORÇAMENTO VINCULADO



● Autorizado ● Pago

98,68%

orçamento executado

Aprimorar os padrões de desempenho e qualidade na prestação do serviço público

Descrição: Promover a melhoria contínua dos processos de trabalho sendo reconhecido pelo alcance de níveis de excelência nos resultados institucionais com foco no cidadão.

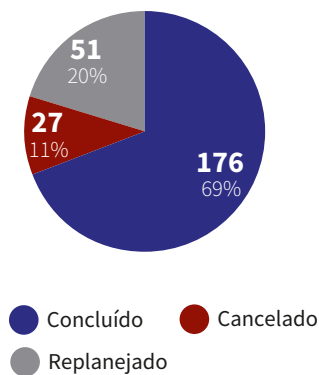
NÚMERO DE OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

31

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

8,42

PLANO DE GESTÃO 2020



Total de
254
projetos e processos

16
unidades envolvidas
ASCEV, AUDIN, CCAF, CEC, CS, CIJE, CMA, CN, CPAMP, UNCMP, OUVIDORIA, SA, SGE, SGP, SPR E STI

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Avaliação dos serviços públicos prestados em meio digital

DESEMPENHO = 70,00%
META 2020 = 50,00%
MEDIÇÃO 2020 = 35,00%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXCELÊNCIA

Satisfação do usuário com o atendimento da Ouvidoria

DESEMPENHO = 82,66%
META 2020 = 65,00%
MEDIÇÃO 2020 = 53,73%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFETIVIDADE

Atendimento aos prazos da LAI

DESEMPENHO = 96,67%
META 2020 = 100,00%
MEDIÇÃO 2020 = 96,67%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

ORÇAMENTO VINCULADO



96,19%
orçamento executado

11

Aperfeiçoar o intercâmbio de informações e os meios de interlocução entre o CNMP e o Ministério Público

Descrição: Tornar a comunicação e a relação institucionais entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público fluidas para que ações sejam desenvolvidas de forma integrada com todas as unidades, considerando suas respectivas realidades.

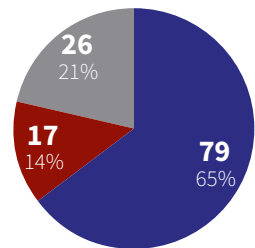
NÚMERO DE OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

26

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

4,29

PLANO DE GESTÃO 2020



Total de
122
projetos e processos

18

unidades envolvidas
CALJ, CCAF, CEC, CS, CIJE, CMA, CN, COPLANAME, CPAMP, CPE, CSP, ENASP, OUIDORIA, UNCMP, PRESI, SG, SECOM E SPR

● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

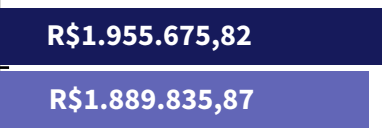
INDICADORES ESTRATÉGICOS

Adesão das unidades do Ministério Público à campanha nacional de comunicação definida pela SECOM/CNMP*

DESEMPENHO = 0,00%
META 2020 = 85,00%
MEDIÇÃO 2020 = 0,00%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

* O indicador ficou sem coleta em 2020. Em virtude da pandemia de Covid-19, o Comitê de Políticas de Comunicação do Ministério Público votou pelo adiamento da campanha para 2021.

ORÇAMENTO VINCULADO



96,63%
orçamento executado

● Autorizado ● Pago

Ações de integração e fortalecimento

DESEMPENHO = 100,00%
META 2020 = 100,00%
MEDIÇÃO 2020 = 100,00%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXECUÇÃO

12

Induzir práticas de sustentabilidade e de excelência na utilização dos recursos

Descrição: Desenvolver ações voltadas para a sustentabilidade englobando os aspectos ambiental, econômico e social na busca do uso adequado dos recursos públicos.

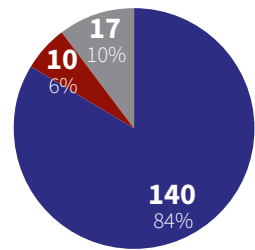
NÚMERO DE OBJETIVOS DE
CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

13

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA
ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

9,61

PLANO DE GESTÃO 2020



● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

Total de
167
projetos e
processos

9
unidades envolvidas
**CDDF, CS, CMA,
SG, SA, SECOM,
SGE, SPR E STI**

INDICADORES ESTRATÉGICOS

**Índice de adoção de boas práticas
sustentáveis***

DESEMPENHO = 100,00%
META 2020 = 51,52%
MEDICÃO 2020 = 51,52%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

*Indicadores com coleta realizada pela 1ª vez em 2020 receberam como meta o valor da medição de 2020. A partir daí, serão definidas as metas para os próximos anos

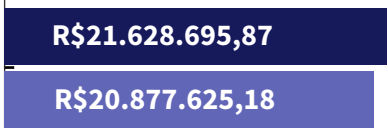
**Índice de capacidade em
gestão de contratações**

DESEMPENHO = 87,14%
META 2020 = 70,00%
MEDICÃO 2020 = 61,00%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXCELÊNCIA

**Execução do
orçamento discricionário**

DESEMPENHO = 100,00%
META 2020 = 95,00%
MEDICÃO 2020 = 96,39%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXECUÇÃO

ORÇAMENTO VINCULADO



● Autorizado ● Pago

96,53%
orçamento
executado

13

Fomentar a gestão do conhecimento

Descrição: Estabelecer diretrizes e métodos para armazenar, aplicar, distribuir e gerar o conhecimento organizacional.

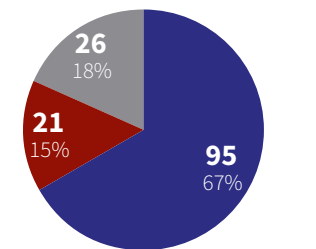
NÚMERO DE OBJETIVOS DE
CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

20

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA
ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

9,17

PLANO DE GESTÃO 2020



Total de
142
projetos e
processos

16

unidades envolvidas

AUDIN, CALJ, CDDF, CS, CN, COPLANAME,
CPAMP, CSP, OUVIDORIA, UNCMP, SG,
SECOM, SGE, SGP, SPR E STI

● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

INDICADORES ESTRATÉGICOS

**Cargos e funções gerenciais e de assessoramento
ocupados por servidores do quadro**

DESEMPENHO = 98,75%
META 2020 = 64,00%
MEDICÃO 2020 = 63,20%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

Instrutorias internas

DESEMPENHO = 82,28%
META 2020 = 40,00%
MEDICÃO 2020 = 32,91%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICIÊNCIA

ORÇAMENTO VINCULADO

R\$3.256.063,19

R\$2.950.594,41

90,62%

orçamento
executado

● Autorizado ● Pago

Promover sinergia e qualidade de vida no trabalho

Descrição: Aprimorar o clima organizacional e a integração entre todos os colaboradores do CNMP a fim de alcançar o bem-estar e a qualidade nas esferas física, mental e espiritual.

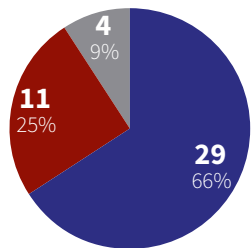
NÚMERO DE OBJETIVOS DE
CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

7

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA
ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

10,0

PLANO DE GESTÃO 2020



● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

Total de
44
projetos e processos

6
unidades envolvidas
**CS, CMA, UNCMP, SG,
SECOM E SGP**

INDICADORES ESTRATÉGICOS

**Qualidade de
vida no trabalho***

DESEMPENHO = NA
META 2020 = NA
MEDICÃO 2020 = NA
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFETIVIDADE

*O indicador possui meta bienal e será coletado pela primeira vez em 2021.
NA = Não se aplica

ORÇAMENTO VINCULADO



● Autorizado ● Pago

99,24%
orçamento
executado

**Absenteísmo por
motivo de saúde**

DESEMPENHO = 100,00%
META 2020 = 3,00%
MEDICÃO 2020 = 2,21%
POLARIDADE: NEGATIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICIÊNCIA

15

Aprimorar a Governança e a Gestão Integrada da Estratégia

Descrição: Promover a evolução contínua do modelo de governança e gestão do CNMP, fortalecer as instâncias de governança e disseminar as boas práticas de gestão pública com fomento às culturas de gestão por projetos, gestão por processos e gestão de riscos.

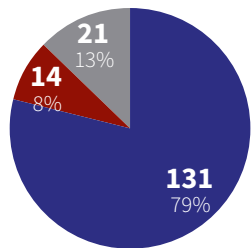
NÚMERO DE OBJETIVOS DE
CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

14

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA
ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

10,0

PLANO DE GESTÃO 2020



● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

Total de
166
projetos e
processos

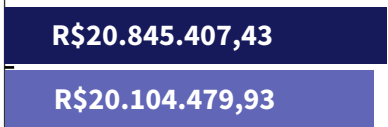
7
unidades envolvidas
**AUDIN, CDDF, CPE,
OUVIDORIA, SG,
SA E SGE**

INDICADORES ESTRATÉGICOS

**Excelência em
Governança Pública**

DESEMPENHO = 100,00%
META 2020 = 70,00%
MEDICÃO 2020 = 70,00%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXCELÊNCIA

ORÇAMENTO VINCULADO



● Autorizado ● Pago

96,45%
orçamento
executado

Aperfeiçoar a gestão por competências

Descrição: Desenvolver profissionalmente os integrantes do CNMP, com base nas lacunas de competências identificadas, alocando-os adequadamente à necessidade do órgão, avaliá-los e recompensá-los pelo desempenho individual e institucional.

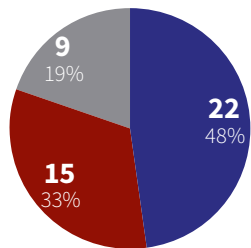
NÚMERO DE OBJETIVOS DE
CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

6

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA
ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

9,10

PLANO DE GESTÃO 2020



● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

Total de
46
projetos e processos

5
unidades envolvidas
**UNCMP, SG, SGE,
SGP E SPR**

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Capacidade em gestão de pessoas

DESEMPENHO = 90,00%
META 2020 = 50,00%
MEDICÃO 2020 = 45,00%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXCELÊNCIA

Desenvolvimento de gestores por competências

DESEMPENHO = 100,00%
META 2020 = 25,00%
MEDICÃO 2020 = 25,57%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

Servidores do quadro capacitados

DESEMPENHO = 79,96%
META 2020 = 57,00%
MEDICÃO 2020 = 45,58%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXECUÇÃO

ORÇAMENTO VINCULADO



● Autorizado ● Pago

98,94%
orçamento
executado

Aprimorar a gestão dos recursos tecnológicos para apoio aos processos de negócio

Descrição: Promover ações de aprimoramento da gestão da tecnologia da informação a fim de fomentar o uso adequado dos recursos tecnológicos como instrumentos de suporte aos processos de negócio.

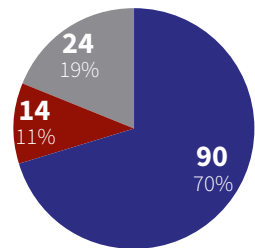
NÚMERO DE OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS:

15

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA ESTRATÉGIA DO OBJETIVO:

10,0

PLANO DE GESTÃO 2020



● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

Total de
128
projetos e processos

14
unidades envolvidas
ASCEV, AUDIN, CDDF, CS, CIJE, CN, CPAMP, CSP, PRESI, SG, SA, SGE, SPR E STI

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Satisfação com os recursos tecnológicos

DESEMPENHO = 100,00%
META 2020 = 84,00%
MEDIDAÇÃO 2020 = 96,69%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFETIVIDADE

ORÇAMENTO VINCULADO



● Autorizado ● Pago

94,85%
orçamento executado

VISÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ANUAL

Embora já discorrido no tópico de Resultados da Gestão de forma segregada, convém apresentar estatísticas gerais do Plano de Gestão anual do exercício de 2020, pois ele se configura como o principal instrumento de planejamento e gestão do CNMP.

Nessa esteira, destaca-se que o Plano foi publicado pela [Portaria CNMP-PRESI nº 1, de 29 de janeiro de 2020](#), tendo como anexos II, III e IV o calendário de contratações, publicações e eventos, respectivamente, e seu acompanhamento pôde ser feito em tempo real pelo [BI do Plano de Gestão](#).

ENVOLVIMENTO

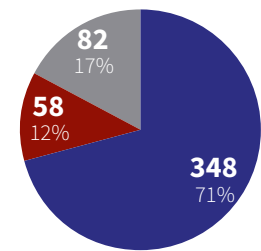
26
Unidades

PORTFÓLIO DE AÇÕES

323
projetos

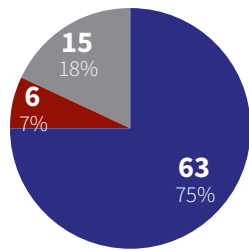
165
processos

EXECUÇÃO GERAL



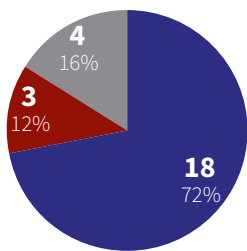
● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

EXECUÇÃO CALENDÁRIO DE CONTRATAÇÕES



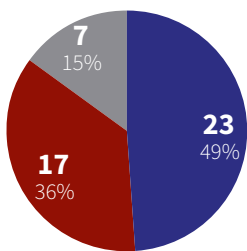
● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

EXECUÇÃO CALENDÁRIO DE PUBLICAÇÕES



● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

EXECUÇÃO CALENDÁRIO DE EVENTOS



● Concluído ● Cancelado
● Replanejado

AÇÕES DE DESTAQUE

ÁREA-FIM

A **PRESIDÊNCIA** (PRESI) criou o **Projeto Respeito e Diversidade**, que consiste no conjunto de ações interinstitucionais voltadas à disseminação da cultura do diálogo, do respeito à diversidade humana, do pluralismo de ideias e de opiniões em todos os aspectos; **lançou o aplicativo mobile CNMP**, que possibilita o cadastro de processos pelo usuário para recebimento de notificações sobre andamentos, além de busca facilitada sobre normas e publicações do CNMP, inscrições para sustentações orais, pautas das sessões e canais de acesso ao Conselho, entre tantas outras; e publicou o **Roteiro Prático de Atuação no CNMP**, com vistas a propiciar ao usuário dos serviços do CNMP informações sobre o Conselho, sua composição, suas funções institucionais, o fluxo dos processos administrativos e os canais de acesso.

A **CORREGEDORIA NACIONAL** (CN) conferiu um novo enfoque à atividade correccional, implementando as **Correições Temáticas em Segurança Pública**, com maior ênfase à atuação ministerial nas áreas de execução penal, controle externo da atividade policial e combate a crimes violentos letais intencionais, sem, contudo, abandonar a fiscalização ordinária nos órgãos de execução e serviços auxiliares do Ministério Público. Houve ainda o aprimoramento de suas rotinas administrativas, com o mapeamento de seus fluxos de trabalho e o aperfeiçoamento das ferramentas tecnológicas à sua disposição, notadamente com o desenvolvimento de uma nova solução que permitirá o **preenchimento eletrônico dos termos de correições e inspeções** pelos membros e servidores da Instituição.

A **OUIDORIA NACIONAL** lançou o **Projeto Ouvidoria Nacional Itinerante**, por meio do qual são realizadas visitas institucionais às Ouvidorias do Ministério Público para o compartilhamento de ideias, boas práticas e sugestões; instituiu a **Rede de Ouvidorias do Ministério Público**, com vistas a integrar Ouvidorias dos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro; e instituiu o canal **Ouvidoria das Mulheres**, especializado em receber e encaminhar demandas relacionadas à violência contra a mulher e com vistas a formular proposições de prevenção e no combate da violência contra a mulher, por meio do estabelecimento de parcerias com instituições públicas ou privadas.

A **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO E JURISPRUDÊNCIA** (CALJ) lançou a **8ª edição da Revista do CNMP**, com

15 artigos inéditos sobre **"O Ministério Público e a Liberdade de expressão"**, inseridos na plataforma *Open Journal Systems*; concluiu os estudos para o aperfeiçoamento da atividade nomogenética do CNMP, elaborando minutas de proposta de consolidação de normas que foram submetidas à consulta pública e enviadas aos Conselheiros integrantes do Grupo de Trabalho para avaliação e submissão ao Plenário; e publicou **Boletins da Sessão Edição nº 36 a nº 55**, que inclui ementas, proposições e processos adiados e retirados da pauta de cada sessão.

A **COMISSÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO** (CCAF) lançou a publicação **"O CNMP e as boas práticas de combate à corrupção e de gestão e governança dos Ministérios Públicos"**, em que compartilhou projetos de atuação institucional inovadores e ainda desconhecidos em boa parte do país; e fez o **Ranking da Transparência**, mediante análise da divulgação ativa nos sítios eletrônicos dos órgãos fiscalizados de dados, por exemplo, sobre receitas, despesas, remuneração de servidores, licitações e contratos, bem como aspectos de usabilidade e de acessibilidade aos portais que influenciam na localização das informações públicas.

A **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS** (CDDF) reformulou o **Cadastro Nacional de Violência Doméstica**, visando à simplificação dos quesitos e perguntas preenchidas pelas Unidades Ministeriais para sua alimentação; propôs **alteração das Resoluções nº 129/2015 e nº 181/2017**, com o objetivo de adequá-las às disposições do Direito Internacional dos Direitos Humanos, especialmente à decisão do caso *Favela Nova Brasília vs. Brasil*, da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e **estabeleceu procedimentos excepcionais para sepultamento de corpos durante a situação de pandemia do novo Coronavírus**, com a utilização da Declaração de Óbito emitida pelas unidades notificadoras de óbito, na hipótese de ausência de familiares, de pessoa não identificada, de ausência de pessoas conhecidas do obituário e em razão de exigência de saúde pública.

A **COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO** (CEC) lançou **campanha em comemoração ao Dia Internacional de Enfrentamento da Corrupção** nas redes sociais do CNMP, celebrado anualmente no dia 9 de dezembro; e **apresentou proposta de Ação Estratégica na ENCCLA 2021**, com o fito de criar mecanismos para o compartilhamento direto e contínuo de bancos de dados entre os atores da persecução penal e da segurança pública, em ambiente seguro, cujo objetivo seja possibilitar a construção de matrizes de risco de lavagem de dinheiro e corrupção, em ordem a prevenir,

detectar e punir atos lesivos, como forma de fomentar essa cultura modernizadora no âmbito do Ministério Público brasileiro. A proposta foi aprovada na XVIII Reunião Plenária Anual da ENCCLA, e será coordenada pelo CNMP, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A **COMISSÃO DA INFÂNCIA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO** (CIJE) realizou **seminário virtual intitulado “30 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA”**, com o objetivo de ampliar o debate sobre a importância do fortalecimento das políticas públicas voltadas para o público infantojuvenil e apresentar a história da formação do ECA e suas atuais tendências legislativas nesse setor do direito privado; elaborou **Orientações Sobre Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente**, visando ao aprimoramento das políticas públicas relacionadas; e aprimorou os **painéis de BI das Resoluções CNMP nº 67 e 71**, normativos que tratam, respectivamente, da uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e da situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas e da atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento.

A **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE** (CMA) publicou diagnóstico da estrutura do Ministério Público Ambiental, intitulado **“Cenários, Oportunidades e Desafios do Ministério Público Ambiental 2020/2021”**; criou o **Grupo de Trabalho de Defesa da Amazônia**, com o intuito de traçar coletivamente as melhores estratégias para fomentar a atuação do Ministério Público na prevenção de desmatamento, queimadas e degradação ambiental na Amazônia Legal, tendo promovido sete oficinas de capacitação dos membros das referidas forças-tarefa; realizou o **Encontro de Procuradores-Generais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados da Amazônia Legal**, em que foi assinado o Acordo de Resultados em Defesa da Amazônia; e realizou o **Programa Integrado de Capacitação na Análise de Crimes Ambientais Complexos e Transnacionais**, em que houve palestras divididas em sete painéis, que abordaram temas de direito penal ambiental, direito processual penal ambiental, organizações criminosas ambientais, tratados e convenções internacionais, princípios supranacionais, criminologia, ecocídio, desmatamento, lavagem de ativos, responsabilidade administrativa, civil e penal ambiental, inteligência e novas tecnologias na investigação de crimes ambientais, entre outros.

A **COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO** (CPE) realizou o **curso Gestão de Projetos**, em parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), em plataforma de ensino a distância (EaD) e direcionado a três turmas de quarenta membros do Ministério Público, com objetivo de desenvolver habilidades na área, especialmente para aqueles que não possuíam ainda conhecimento técnico e desejavam desenvolver atuação por projetos; realizou **dez encontros virtuais para o Projeto “FNG Café”**, com a finalidade de interação e discussão sobre alternativas nas várias áreas contempladas pelos comitês do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público; e realizou a **8ª edição do “Prêmio CNMP”**, iniciativa de reconhecimento do Banco Nacional de Projetos (BNP), instrumento de materialização do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP), cuja cerimônia, com o auxílio da SECOM, foi realizada de forma virtual, no encerramento do “I Congresso do Ministério Público brasileiro”, no qual 1.213 projetos concorreram ao certame, sendo 27 deles premiados.

A **COMISSÃO DE PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO** (CPAMP) publicou o livro **“Estudos de Segurança Institucional e Contrainteligência no Âmbito do Ministério Público brasileiro”**, destinado ao exame da segurança institucional; e **lançou o Projeto MP+ Seguro**, destinado a estimular a criação de mentalidade de segurança e proteção de dados e informações e a consolidar a cultura pessoal e institucional de proteção de conhecimentos, com ênfase naqueles considerados de caráter estratégico, além de oferecer, aos membros do Ministério Público, ferramental de apoio capaz de aprimorar e fortalecer os processos em curso, bem como subsidiar a tomada de decisões nas suas respectivas áreas de atuação prioritárias.

A **COMISSÃO DA SAÚDE** (CS) lançou a **Revista de Direito Sanitário com o tema “Saúde e Ministério Público – Desafios e Perspectivas”**, com o objetivo de consolidar experiências, perspectivas e aprendizados propiciados pelos desafios impostos pela pandemia de COVID-19; lançou a **cartilha “Bem Viver: saúde mental no Ministério Público”**, que aborda assuntos como pandemia e teletrabalho, ansiedade, depressão, síndrome do esgotamento profissional (*Burnout*), transtorno do pânico, tratamentos e práticas integrativas complementares; **desenvolveu o Sistema DestCOVID**, para consolidação dos dados relativos a destinações de recursos decorrentes das atividades finalísticas das unidades do Ministério Público Estadual para enfrentamento da pandemia de COVID-19, com a publicação dos dados compilados no sistema em Painel de Dados; e exerceu, em conjunto com a 1ª Câmara de Coordenação e

Revisão do MPF, a **Coordenação Nacional Finalística do Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do Coronavírus-19** (GIAC-COVID-19).

A **COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA** (CSP) publicou a **Cartilha de Segurança Pública**, em que foram levantadas distintas modelagens adotadas pelas unidades ministeriais no campo das políticas de segurança pública e em que estabelece, igualmente, os parâmetros normativos a serem atendidos pelos membros do Ministério Público em geral nos temas que transversalmente tocam a temática; atualizou os dados relacionados ao painel do **BI – Controle Externo da Atividade Policial em números – Delegacias de Polícia Civil**, aperfeiçoou as abas de navegação e o histórico de cumprimento e incluiu campos nos formulários; e lançou o **Banco de Boas Práticas da CSP**, por ocasião do XI Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional, com o escopo de divulgar e de tornar acessíveis os projetos e as ações que têm sido desenvolvidos na esfera das unidades e ramos ministeriais.

O **COMITÊ GESTOR DO PLANO NACIONAL DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E MEMÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO** (COPLANAME) publicou o **Espaço Memória Virtual do CNMP**, que viabiliza o compartilhamento, com maior riqueza, de informações sobre a Instituição e as personagens que fizeram e fazem parte de sua história, possibilitando uma memória mais dinâmica, rápida e interativa; realizou a **Exposição: Trabalho das Comissões**, em ambiente físico e digital, contando a história das Comissões temáticas do CNMP, com destaque para todos os Conselheiros que atuaram como presidentes e, também, para as principais iniciativas que cada uma delas executou desde a implementação até os dias atuais; criou a **Proposta de Resolução que institui o Plano de Classificação de Documentos (PCD) e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTD)**, instrumentos que sistematizam a gestão documental nos diferentes ramos e unidades do MP e que facilitam a classificação, a guarda e a eliminação de informações; elaborou o **Manual de Gestão Documental do Ministério Público**, aparato que orienta a utilização do Plano e da Tabela no âmbito do MP; e **propôs a alteração da Resolução nº 158, de 31 de janeiro de 2017**, a qual institui o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público (PLANAME) e seus instrumentos.

A **UNIDADE NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO** (UNCMP) realizou o **IV Encontro Nacional do MP do Tribunal do Júri**, destinado a membros do Ministério Público da União e dos

Estados, transmitido pela primeira vez on-line; publicou o primeiro volume do livro **Pacote Anticrime**, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público do Estado do Paraná (MP/PR), com artigos selecionados por meio de edital nacional sobre a Lei nº 13.964/2019; e lançou o **programa Em Pauta no YouTube**, transmitido durante a pandemia do SarS-Cov-2, que discutiu semanalmente, em edições de trinta minutos, temas jurídicos de relevância nacional, com convidados especialistas em suas respectivas áreas.

ÁREA-MEIO

A **SECRETARIA-GERAL** (SG), por meio da SGE e com apoio da PRESI, iniciou a implementação da **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** no âmbito do CNMP, tendo sido concluídas as fases planejamento dos trabalhos, o inventário das bases de dados, o site dedicado à LGPD no Portal do CNMP e os resultados dos Grupos Focais (Nota Técnica sobre o Encarregado, Matriz de *stakeholders*, Campanha de divulgação, Mapeamento dos processos de trabalho relacionados aos Direitos do Titular, Plano de resposta à violação de dados e Definição de medidas técnicas e organizacionais para a proteção de dados pessoais no âmbito do CNMP); lançou o **Projeto Livrômetro**, que arrecadou e entregou 280 obras, entre livros jurídicos e de literatura, para o Centro de Detenção Provisória da Papuda (CDP); e instituiu as **Reuniões Mensais de Monitoramento**, com vistas a acompanhar a execução do Plano de Gestão por meio de suas Secretarias subordinadas.

A **AUDITORIA INTERNA** (AUDIN), em ação de monitoramento utilizando o painel de *Business Intelligence (BI)* "Diárias e Passagens", **signalizou pontos possíveis de economia nas operações**; realizou **Auditoria de Governança de Gestão de Pessoas**, tendo constatado necessidade de aprimorar o monitoramento de planos e indicadores, implementar a gestão de riscos, institucionalizar políticas e diretrizes de gestão de pessoas, bem como promover o funcionamento efetivo das instâncias de governança em gestão de pessoas; e realizou **Auditoria de Segurança Institucional**, analisando como a gestão e a governança relacionadas à segurança institucional funcionam e interagem. Foram checados procedimentos, aderência aos normativos, assim como os pontos mais relevantes relacionados aos contratos de segurança e brigada de incêndio.

A **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** (SA) implantou o **aplicativo TáxiGOV**, que provê o transporte administrativo por meio do agenciamento de táxis, viabilizando a redução dos custos de transporte

em mais de 80% no valor do quilômetro rodado, maior celeridade no atendimento, gestão em tempo real do serviço, maior controle e transparência sobre os gastos públicos e redução de emissões de CO2 na atmosfera; por meio do acompanhamento realizado pela Seção de Apoio à Fiscalização Trabalhista (SEFIT), da Coordenadoria de Gestão de Contratos e Serviços (COGCS), **permitiu que os 113 colaboradores terceirizados tivessem seus direitos trabalhistas garantidos e suas horas flexibilizadas**; e elaborou o **Plano de Limpeza e Desinfecção como medida de prevenção à pandemia de COVID-19**, o que possibilitou a execução segura dos serviços presenciais, em conformidade com a **Portaria CNMP-SG nº 207/2020**.

A **SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM)** lançou uma nova **identidade visual do Instagram**, que contribuiu para a agilidade na divulgação da atuação do Conselho; e iniciou a **publicação de reportagens especiais** para aperfeiçoar a divulgação, com mais profundidade, da atuação do CNMP em temáticas de grande relevância para a sociedade, tais como “O impacto da Covid-19 no sistema prisional e a atuação do CNMP” e “Caminhos para enfrentar e superar a violência contra a mulher no Brasil”.

A **SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA (SGE)** **modernizou e simplificou o Modelo de Gestão e Governança do CNMP**, com base em robusto diagnóstico e *benchmarking* em dez instituições públicas federais, tendo por resultado a instituição da Política e do Sistema de Governança do CNMP por meio da **Portaria CNMP-PRESI nº 197/2020**; criou o **Núcleo de Ciência de Dados**, com vistas a assessorar as unidades do Conselho nas atividades que envolvam coleta, organização e análise de dados, na elaboração de estudos para orientar discussões e subsidiar o processo de tomada de decisões estratégicas do CNMP, no desenvolvimento de pesquisas e diagnósticos sobre o Ministério Público, em suas diversas áreas temáticas, além de disseminar a cultura de dados no âmbito do CNMP; e **aprimorou o processo de construção e o monitoramento do Plano de Gestão 2020**, por meio de melhorias do formulário em que se propõem projetos e processos para o ano seguinte e da Reunião Mensal de Monitoramento, para além das Reuniões de Acompanhamento Operacional quadrimestrais, que têm ocorrido de forma remota.

A **SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)** desenvolveu mais de **quinze painéis de BI**, sendo os principais os das áreas de pagamento, cadastro, saúde e carreiras, ferramentas que possibilitam melhor análise de dados para a tomada de decisão, tornando a área de gestão de pessoas mais estratégica; implementou o **sistema ASTRIS**, com funcionalidades relativas à gestão por competências

(disponibilização e preenchimento dos Planos de Ação Individual e dos Planos de Desenvolvimento Individual dos servidores, bem como realização do Piloto da Avaliação 360 nas unidades SGP, STI, SGE) e Talentos (realização de seleção de instrutores, com preenchimento de currículos, abertura de inscrições, autorização da chefia, marcação de presença, avaliação de reação do curso e emissão de certificado), além de ter cedido e acompanhado a implantação e o treinamento dos servidores de três Ministérios Públicos: Santa Catarina, Paraná e Maranhão.

A **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO (SPO)** concluiu as fases **“Migração da fonte para o Sistema de Planejamento e Orçamento”** e **“Módulo de Acompanhamento do BI Orçamentário”**, por meio das quais foi possível relacionar os valores planejados e executados e entender, planejar, desenvolver, testar e implementar as alterações, de forma espelhada com o SIAFI.

A **SECRETARIA PROCESSUAL (SPR)** vinculou o **BI Estatística Sessão Plenária ao Sistema ELO** visando à criação de estatística relativa ao quantitativo de processos julgados por sessão, por ano e por mandato, de forma a conferir maior transparência ao público externo dos trabalhos desenvolvidos em cada sessão, inclusive no que se refere à produtividade; e desenvolveu **ferramenta de registro no Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**, para que os usuários possam abrir chamados para atendimento de demandas referentes ao sistema, a fim de mensurar o trabalho realizado pelo gestor do Sistema e possibilitar maior transparência e segurança para todos os servidores que são responsáveis pela administração do sistema.

A **SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI)** renovou o **parque de microcomputadores e notebooks do CNMP** em processo de obsolescência tecnológica; e adquiriu **tape library**, equipamento destinado à realização de cópias de segurança de dados armazenados no CNMP, expandindo a capacidade de salvaguarda dos dados corporativos do CNMP.

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

1. Tornar efetiva a atuação do CNMP na promoção do desenvolvimento econômico sustentável, no incremento da segurança jurídica e no aprimoramento da segurança pública;
2. Zelar pela unidade e pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público brasileiro;

3. Buscar, continuamente, o aperfeiçoamento da atuação do MP brasileiro para melhor atender ao cidadão;

4. Garantir que as determinações do CNMP sejam cumpridas em sua integralidade e contribuam para o fortalecimento e integração do Ministério Público brasileiro;

5. Aumentar cada vez mais o zelo do CNMP com os recursos públicos, em busca da eficiência e da economicidade, traduzindo, em cada iniciativa, uma visão gerencial responsável no trato dos recursos públicos;

6. Tornar o CNMP referência em gestão, em governança e em empreendedorismo, para o Ministério Público brasileiro e para os demais órgãos governamentais;
7. Fazer com que os planejamentos estratégico, tático e operacional, consubstanciados no mapa estratégico, planos diretores e plano de gestão, consolidem-se em eficácia das atividades-meio e efetividade à sociedade;

8. Permitir que os processos e projetos finalísticos do CNMP contribuam diretamente para o melhor atendimento aos cidadãos-usuários;

9. Fortalecer, cada vez mais, os mecanismos de transparência, de prestação de contas (*accountability*) e de atendimento ao cidadão; e

10. Não medir esforços para que o CNMP seja um órgão que atue nos estritos termos da legalidade e da juridicidade, buscando eficiência da atuação administrativa e financeira do MP brasileiro, bem como o cumprimento dos deveres funcionais de membros e servidores.

3.4. RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

3.4.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual de 2020 consignou ao Conselho Nacional do Ministério Público dotação orçamentária no valor total de R\$ 89.428.638,00. No decorrer do exercício, após suplementação de R\$ 677.197,00 da dotação orçamentária, o Conselho encerrou o ano em R\$ 90.105.835,00 distribuídos da seguinte forma:

Figura 18. Dotação orçamentária do CNMP em 2020



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Todas as ações (orçamentárias e não orçamentárias) a serem executadas ao longo do exercício são elaboradas anualmente em conformidade com o Planejamento Estratégico do CNMP e consolidadas no Plano de Gestão. Em 2020, esse documento foi publicado por meio da [Portaria CNMP-PRESI nº 1/2020](#), e a sua execução se deu conforme figuras a seguir:

Figura 19. Execução financeira do CNMP

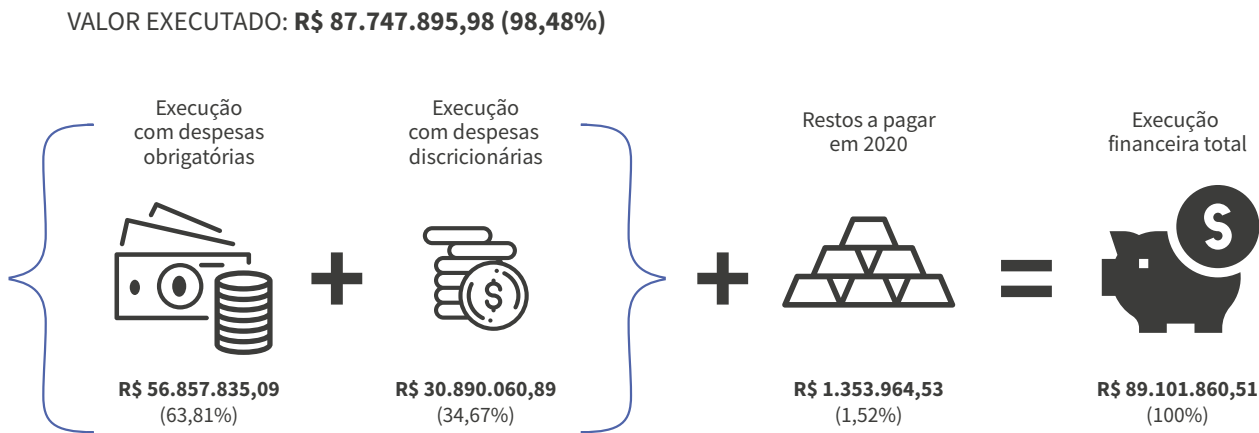


Figura 20. Valores autorizados e executados por tipo de despesa

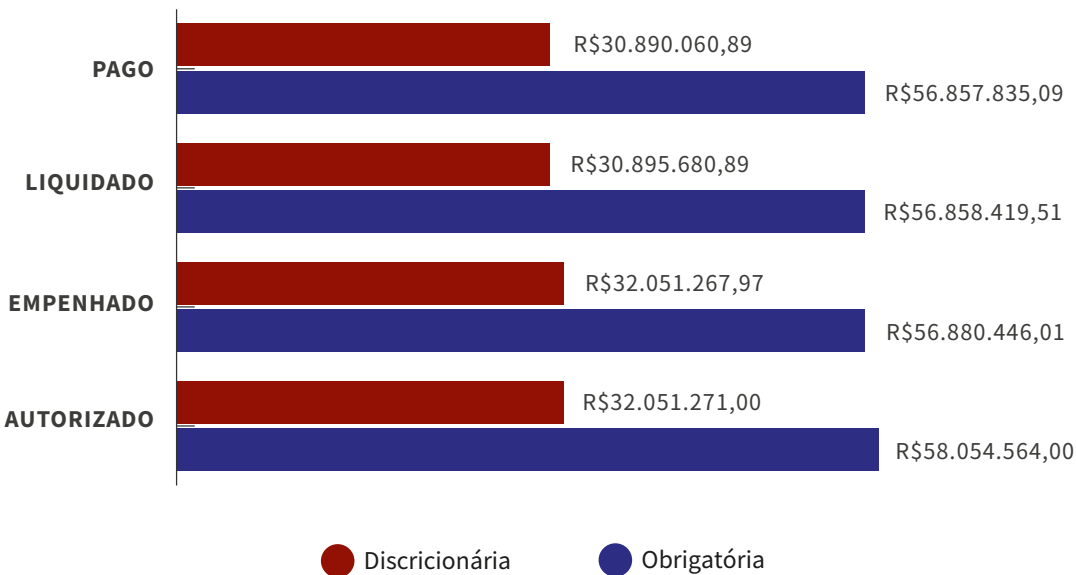
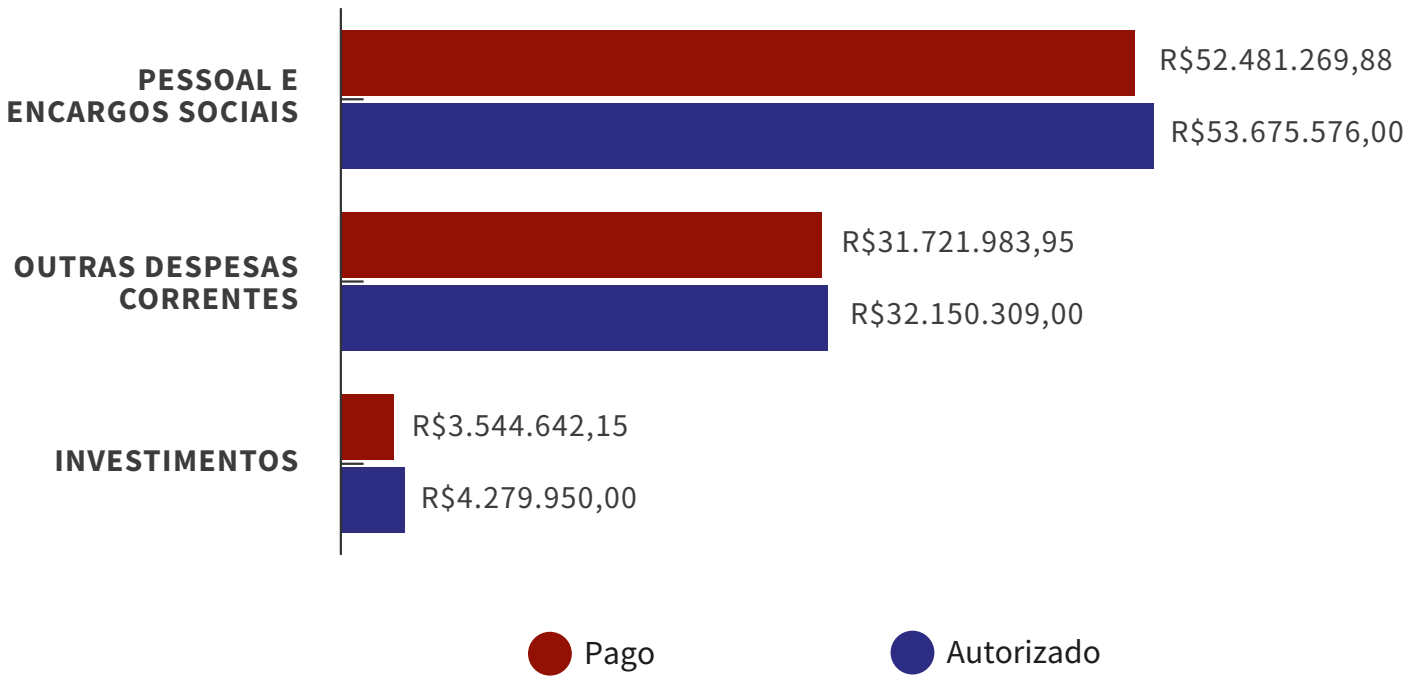


Figura 21. Valores autorizados e pagos por grupo de despesas



ANÁLISE DA EXECUÇÃO

A execução da despesa, no exercício de 2020, transcorreu sem grandes obstáculos, apesar dos desafios inerentes a um cenário macroeconômico com significativas restrições fiscais e dos óbices afetos à rotina administrativa dos órgãos públicos em geral. Como 2020 foi o primeiro ano em que não houve a compensação do Poder Executivo, conforme previsto no art. 1º, §7º, da **Emenda Constitucional nº 95/2016**, os esforços do Conselho objetivaram otimizar a execução da despesa, de forma a permitir que o CNMP se enquadre às exigências do teto constitucional, sem impactar negativamente as suas atividades.

Há que se ressaltar, contudo, que a pandemia do novo Coronavírus impactou sobremaneira as atividades do CNMP, principalmente nos seguintes pontos: vedações de realizações de eventos, restrições de viagens, desaquecimento do mercado e falta de materiais. Ademais, outras questões influenciaram a execução, como atrasos e/ou fracassos em licitações e licitações canceladas causados pelos fornecedores.

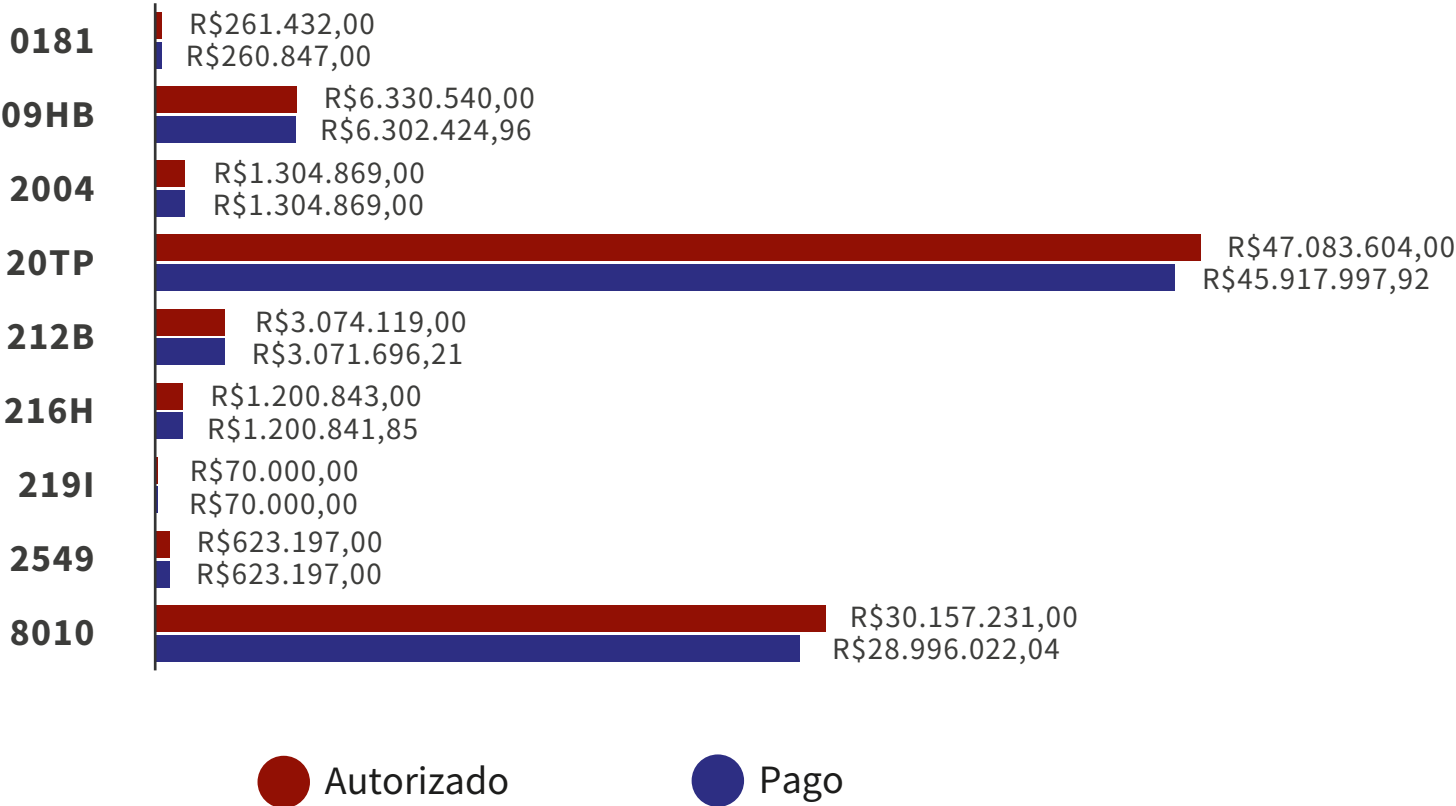
As intempéries relatadas obrigaram a Administração Superior a reprogramar suas despesas, o que permitiu que o Órgão, mesmo em cenário adverso, atingisse suas metas.

Ressalta-se que não houve contingenciamento de despesas no exercício, devido ao CNMP não participar da base contingenciável em 2020.

Para 2021, o cenário vislumbrado muito se assemelha ao de 2020, pois a pandemia continua, com restrição de realização de eventos, viagens, reuniões presencias, entre outros. A tendência é que, com a disseminação da vacina, inicie-se a estabilização e que, no final do ano, a execução já esteja se aproximando da normalidade.

As figuras e os quadros a seguir demonstram como se deu a execução das despesas em 2020 por ação de governo e elemento de despesa e quadros demonstrativos com a evolução do orçamento do CNMP nos últimos cinco anos:

Figura 22. Execução das despesas por ação orçamentária (em reais – R\$)⁵



5 Conforme Volume III da Lei Orçamentária Anual de 2020, os códigos referem-se respectivamente a: 0181 – Aposentadorias e Pensões Civis da União; 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais; 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes; 20TP – Ativos Civis da União; 212B – Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes; 216H – Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos; 219I – Publicidade Institucional e de Utilidade Pública; 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional; e 8010 – Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público.

Quadro 4. Execução das Despesas por Elemento de Despesa (R\$)

Cód. Elemento Despesa	Descrição Elemento Despesa	Dotação Autorizada (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	% Execução LOA 2020 (D/A) ⁶
Total		89.428.638,00	88.931.713,98	87.754.100,40	87.747.895,98	98,12%
00	[A DETALHAR]	1.174.121,02	0,00	0,00	0,00	0,00%
01	APOSENTADORIA RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA MILITAR	260.847,00	260.847,00	260.847,00	260.847,00	100,00%
07	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA PREVIDÊNCIA	812.531,19	812.531,19	812.531,19	812.531,19	100,00%
08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	566.336,85	566.336,85	566.336,85	566.336,85	100,00%
11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	44.122.183,61	44.122.183,61	44.122.183,61	44.122.183,61	100,00%
13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	6.810.180,22	6.810.180,22	6.810.180,22	6.810.180,22	100,00%
14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.027.053,46	2.027.053,46	2.027.053,46	2.027.053,46	100,00%
16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	378.296,00	378.296,00	378.296,00	378.296,00	100,00%
30	MATERIAL DE CONSUMO	371.487,19	371.487,19	369.897,77	365.781,45	98,46%
32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	660,00	660,00	660,00	660,00	100,00%
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	990.147,26	990.147,26	989.147,26	989.147,26	99,90%
36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	447.538,69	447.538,69	447.538,69	447.538,69	100,00%
37	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	7.734.453,87	7.734.453,87	7.730.997,28	7.730.997,28	99,96%
39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.458.405,15	12.458.405,15	12.183.688,40	12.183.688,40	97,79%
40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.963.508,01	2.963.508,01	2.830.014,58	2.828.510,90	95,44%
46	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	2.492.378,20	2.492.378,20	2.492.378,20	2.492.378,20	100,00%
47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	207.659,09	207.659,09	206.120,45	206.120,45	99,26%
49	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.481,16	1.481,16	1.481,16	1.481,16	100,00%
52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.219.601,59	4.219.601,59	3.484.294,65	3.484.294,65	82,57%
92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	51.939,70	51.939,70	51.939,70	51.355,28	98,87%
93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.901.025,74	1.901.025,74	1.896.540,43	1.896.540,43	99,76%
96	RESSARCIMENTO DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	114.000,00	114.000,00	91.973,50	91.973,50	80,68%

6 O percentual de Execução da LOA 2020 considerado foi o valor de Despesas Pagas em Relação à Dotação Atualizada.

Figura 23. Evolução da dotação orçamentária nos últimos cinco anos (em reais – R\$)

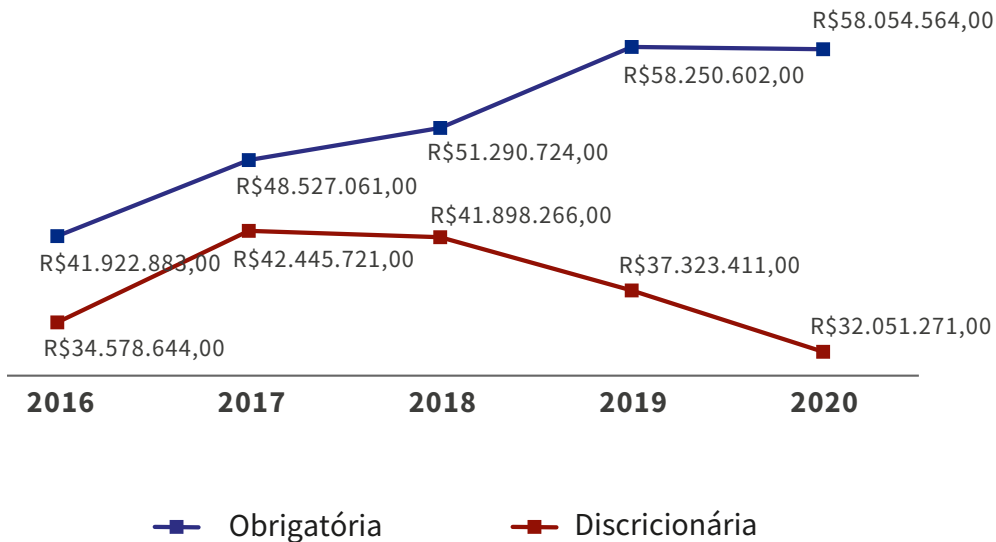
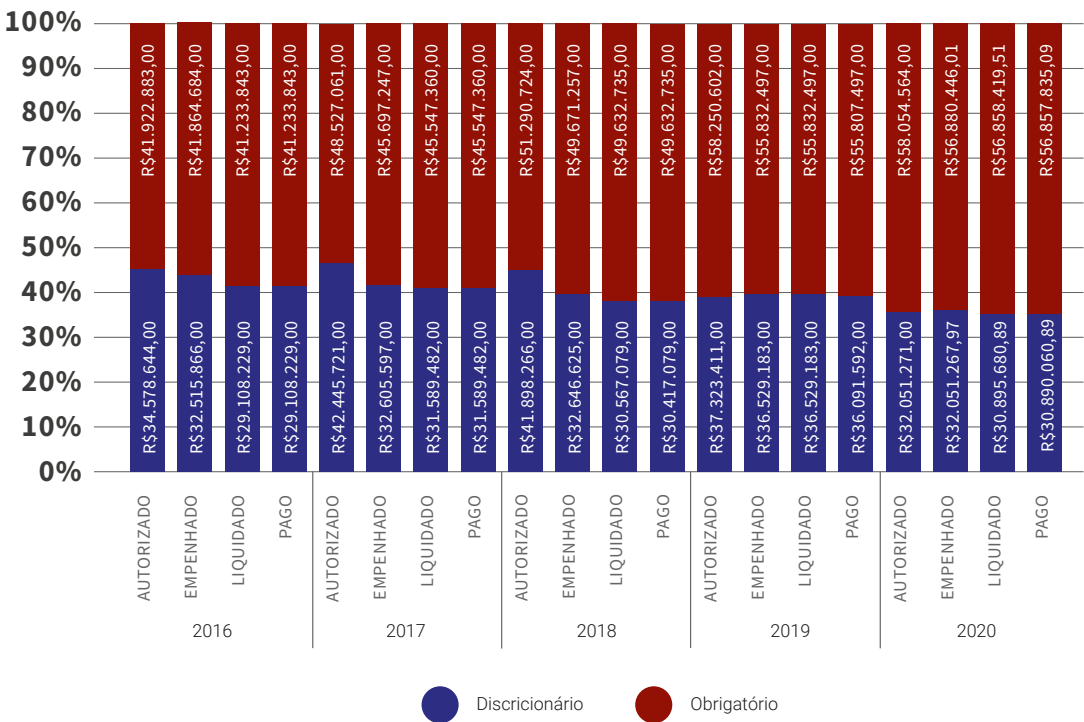


Figura 24. Evolução da execução da despesa por tipo de despesa



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Desafios	Ações futuras
Respeitar o orçamento do órgão em um cenário ainda de pandemia, onde várias dificuldades de execução se apresentam, e ao mesmo tempo fazer uma gestão dos valores distribuídos às unidades para que sejam aproveitados de forma eficiente. A despeito das dificuldades de execução, o esforço das unidades, somado às orientações e ao suporte da SPO, tudo isso sob a coordenação da SG, fez com que o valor empenhado das despesas discricionárias fosse praticamente de 100%, restando apenas pequenas sobras impossibilitadas de serem utilizadas.	Aperfeiçoar as ferramentas informatizadas de elaboração, acompanhamento e análise do planejamento e da execução orçamentária, disponíveis no Órgão. Em 2021 será finalizado o desenvolvimento do módulo de acompanhamento do sistema.

3.4.2. GESTÃO DE CUSTOS

Atualmente, na estrutura do Conselho Nacional do Ministério Público, não há unidade específica com atribuição de apuração de custos. Na ausência dessa unidade, os custos são apurados pela Secretaria de Planejamento Orçamentário (SPO), sob o ponto de vista orçamentário, a partir da agregação de despesas programadas no Plano de Gestão e executadas pelas unidades.

O monitoramento dos custos é realizado por meio de um *Business Intelligence* Orçamentário, implementado no exercício de 2018. Além dessa ferramenta, encontra-se em desenvolvimento o Sistema de Planejamento e Orçamento do CNMP, concebido internamente, cujo objetivo é possibilitar a elaboração, o monitoramento, o acompanhamento e o controle das dotações orçamentárias consignadas às demais unidades do CNMP. Em 2020, a elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2021 foi realizada no referido Sistema. Em 2021, o acompanhamento do Orçamento do CNMP também ocorrerá por meio desse Sistema.

Quadro 5. Rol de planos internos adotados no exercício financeiro de 2020 que tiveram execução orçamentária

Código do Plano Interno	Plano Interno
0181INATIVO	PAGAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL INATIVO
09HBCPSS	CONTRIBUIÇÃO UNIÃO PREVIDÊNCIA SERV.FEDERAIS
2004AMEDICA	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONT. AOS SERV. DO CNMP
20TPATIVO	PAGAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL ATIVO
20TPCINSS	CONTRIBUIÇÃO DO INSS – SERVIDORES CELETISTAS
212BATRANSP	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES DO CNMP
212BAUXIALI	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES
212BAUXINAT	PAGAMENTO DE AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE
212BPREESC	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES
216HAMMM	AUXÍLIO-MORADIA
216HAMOA	AUXÍLIO-MORADIA
219IPUBLICI	PUBLICIDADE DO CNMP
2549ASCOM	COMUNICAÇÃO E DIVUL. INSTITUCIONAL DO CNMP
2549DIGITAL	DESENVOLVIMENTO DIGITAL DO CNMP
2549GRAFICO	SERVIÇOS GRÁFICOS DO CNMP
2549PUBLICI	DESPESAS DE PUBLICIDADE CNMP
2549SECOM	COMUNICAÇÃO E DIVUL. INSTITUCIONAL DO CNMP
8010ACUSTO	AJUDA DE CUSTO
8010ASCOM	COMUNICAÇÃO SOCIAL
8010ATRANS	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS ESTAGIÁRIOS DO CNMP
8010CALJ	PAGAMENTO DE DESPESA DA CALJ
8010CAPACIT	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES
8010CIJE	DESPESAS DA CIJE
8010DIARIAS	PAGAMENTO DE DIÁRIAS
8010DIGITAL	DESENVOLVIMENTO DIGITAL NO CNMP
8010ECURSO	GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO
8010ESTAG	PAGAMENTO DE BOLSA-ESTÁGIO
8010EVENTOS	CERIMONIAL E EVENTOS DO CNMP
8010GRAFICO	SERVIÇOS GRÁFICOS REALIZADOS PELO CNMP
8010PASSAGE	PAGAMENTO DE PASSAGENS
8010PLI	PLANO DE INCENTIVO A IDIOMAS
8010POSGRAD	CAPACITAÇÃO EM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
8010PRESI	PRESIDÊNCIA
8010SA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
8010SECOM	COMUNICAÇÃO SOCIAL
8010SG	PAGAMENTO DE DESPESAS DA SECRETARIA-GERAL
8010SGE	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
8010SGP	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
8010SPR	SECRETARIA PROCESSUAL
8010STI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

3.4.3. GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL

A fim de aplicar as regras da **Lei nº 8.112/1990** e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o CNMP observa um conjunto de atos internos que visam regulamentar as práticas de gestão de pessoas no Conselho. Os atos normativos são portarias expedidas pela Presidência do Órgão, que geralmente regulamentam as Resoluções aprovadas pelo Plenário do Conselho e que se aplicam a todo o Ministério Público. Os principais atos normativos são:

Quadro 6. Principais atos normativos de Gestão de Pessoas

Exercício de funções de confiança e cargos em comissão	Portaria CNMP-PRESI nº 111/2013
Resolução que regulamenta o exercício de cargos em comissão	Resolução CNMP nº 177/2017
Estágio	Portaria CNMP-PRESI nº 61/2016
Desenvolvimento na carreira	Portaria CNMP-PRESI Nº 120/2013
Estágio Probatório	Portaria CNMP-PRESI Nº 101/2013
Adicional de Qualificação	Portaria CNMP-PRESI Nº 76/2016
Plano de Incentivo de Idiomas	Portaria CNMP-PRESI Nº 78/2015
Programa de Pós-graduação	Portaria CNMP-PRESI Nº 50/2016
Treinamento e Desenvolvimento	Portaria CNMP-PRESI Nº 147/2011
Segregação de funções críticas	Portaria CNMP-PRESI nº 95/ 2017
Assistência Pré-escolar	Portaria CNMP-PRESI nº 32/2018
Auxílio-Alimentação	Portaria CNMP-PRESI nº 31/2018
Auxílio-Natalidade	Portaria Ministério da Economia nº 3.424/2019

Auxílio-Transporte	Portaria CNMP-PRESI nº 197/2013
Ajuda de custo para moradia	Resolução CNMP Nº 194/2018
Ajuda de custo e de transporte	Portaria CNMP-PRESI nº 162/2018
Consignações	Portaria CNMP-PRESI nº 131/2015
Execução Financeira	Portaria CNMP-SG nº 155/2016
Movimentação de pessoal	Portaria CNMP-PRESI nº 71/2017
Realização de trabalho remoto no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público	Portaria CNMP-PRESI nº 253/2019

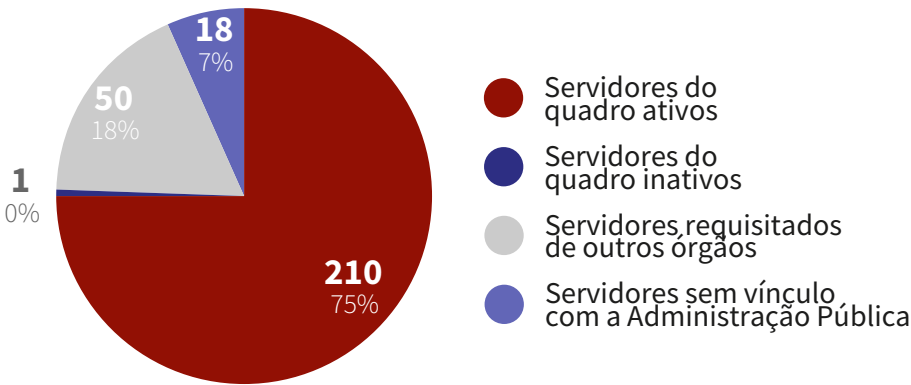
Além desses atos normativos internos, o CNMP atua em conformidade à **Lei nº 13.316/2016**, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público e fixa valores de sua remuneração.

A respeito dos mecanismos de controle adotados na gestão da folha de pagamentos, cabe destacar: i) a segregação das funções críticas relativas à área de gestão de pessoas, por meio da separação do setor de Cadastro do setor de Pagamento (Portaria CNMP-PRESI nº 95/2017, alterada pela Portaria CNMP-PRESI nº 68/2019, que estabelece a organização interna e as atribuições das unidades administrativas do Conselho Nacional do Ministério Público); ii) a separação da função de gestor financeiro, ou seja, quem executa a Folha de Pagamento é diferente de quem autoriza o pagamento (Portaria CNMP-SG nº 155/2016).

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O quadro de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público conta com 279 servidores, dispostos conforme a figura a seguir (dados de dezembro de 2020):

Figura 25. Composição da força de trabalho por tipologia dos cargos



A seguir, apresenta-se a distribuição dos servidores por área, por gênero, por faixa etária, por etnia, por deficiência e por faixa salarial:

Figura 26. Distribuição dos servidores ativos por área

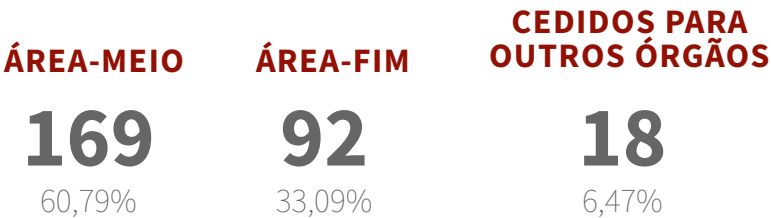


Figura 27. Distribuição dos servidores ativos por gênero

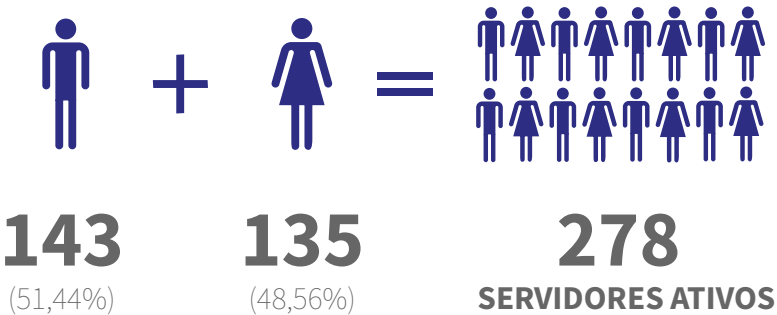


Figura 28. Distribuição dos servidores ativos por faixa etária

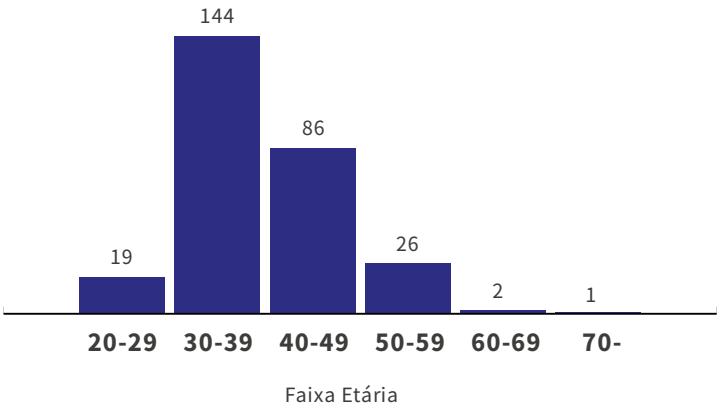


Figura 29. Distribuição dos servidores ativos por etnia

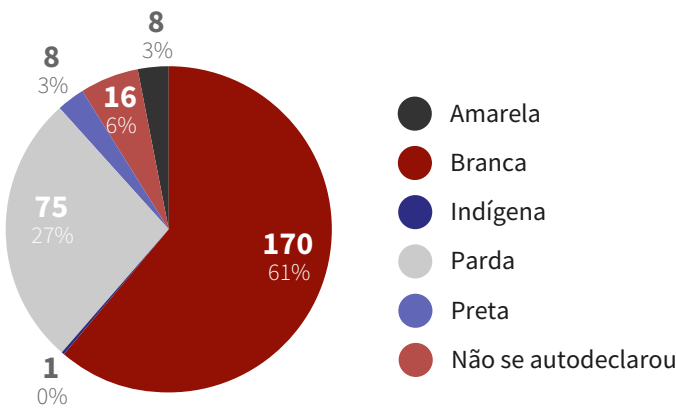


Figura 30. Distribuição dos servidores deficientes ativos por tipo de deficiência

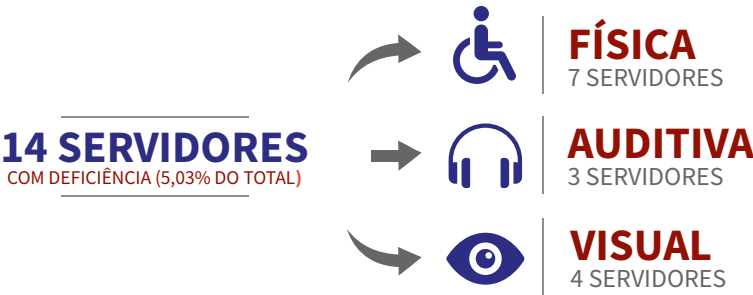
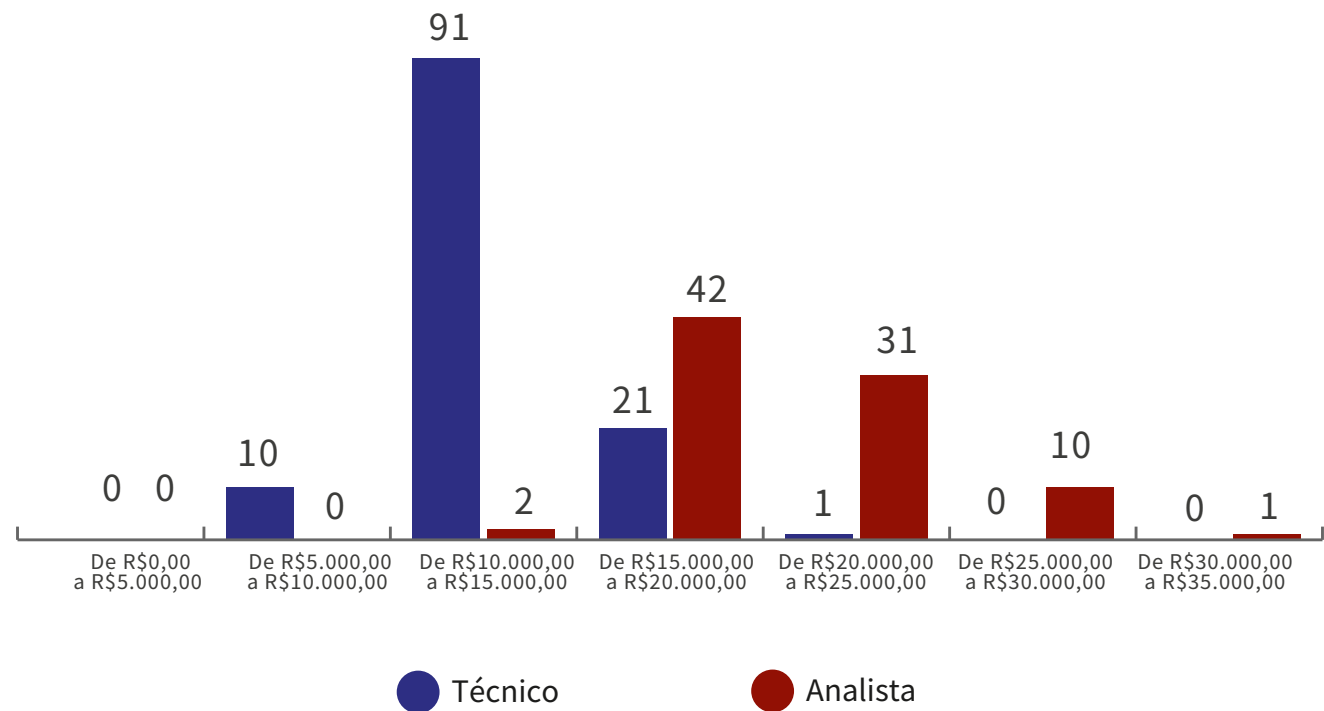


Figura 31. Distribuição dos servidores ativos por faixa salarial⁷



ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Conforme a **Lei nº 13.316/2016**, o ingresso nos cargos das carreiras do CNMP ocorrerá no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas, inclusive prova prática e prova de capacidade física, se for o caso, ou de provas e títulos. O 1º Concurso do CNMP, para provimento de quadro de servidores, teve vigência até o dia 25 de maio de 2019, nos termos do Edital CNMP-PRESI nº 1, de 28 de março de 2017. Não há previsão de novo concurso até o presente momento.

Em relação à movimentação de pessoal, a Portaria **CNMP-PRESI nº 71, de 19 de julho de 2017** designou a SGP para coordenar a seleção interna para preenchimento de vagas, a pedido da unidade demandante. A divulgação das vagas ocorre na *intranet*, e o processo seletivo pode incluir análise curricular, entrevista pessoal e provas, e

outras modalidades de avaliação, a critério da unidade demandante e da SGP. Ademais, a SGP possui o **Banco de Interesses**, formulário disponibilizado na *intranet* uma vez ao ano, a partir do ano de 2018, para que os servidores preencham as áreas de interesse de lotação. As respostas também são analisadas por aquela Secretaria quando há surgimento de vagas ou oportunidades de permutas.

O **Sistema ASTRIS**, do programa de gestão por competências, atualmente em desenvolvimento, contribuirá para o aperfeiçoamento desse processo de alocação e de seleção interna.

Por fim, alguns cargos possuem lotação específica e, por isso, possuem mobilidade limitada, tais como os Analistas de Arquitetura, Comunicação Social, Controle Interno e Engenharia. Já os cargos de Analista de Gestão Pública, Analista Jurídico e Técnico Administrativo possuem uma mobilidade maior dentro do Órgão.

⁷ Há um servidor inativo com remuneração entre R\$ 20.000,00 e R\$ 25.000,00 não contabilizado no quadro por não ocupar cargo (vacância).

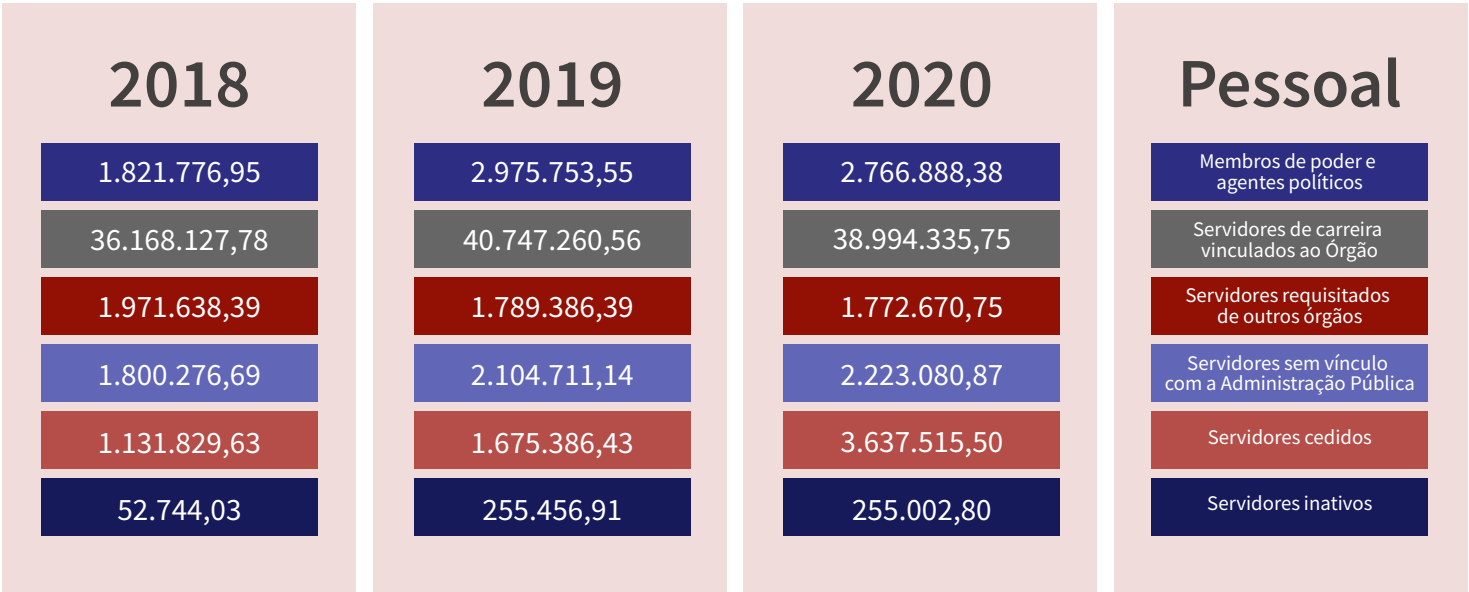
DETALHAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL E TABELAS REMUNERATÓRIAS

O aumento com gasto de pessoal se deve ao aumento concedido às carreiras dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da [Lei nº 13.316/2016](#). Essa lei, além de conceder o incremento na remuneração de pessoal, estabeleceu as tabelas remuneratórias da carreira.

Quadro 7. Evolução do custo do pessoal por vínculo (em reais)

Tipologias/Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas Retribuições	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2018	1.041.398,28	19.345,32	89.116,26	0,00	607.269,39	0,00	0,00	64.647,70	0,00	1.821.776,95
	2019	1.180.404,29	140.605,52	99.691,59	0,00	1.526.393,85	0,00	0,00	28.658,30	0,00	2.975.753,55
	2020	1.147.612,56	0,00	94.421,20	0,00	1.517.665,08	0,00	0,00	7.189,54	0,00	2.766.888,38
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2018	25.762.876,90	2.812.883,18	2.524.615,08	2.019.727,77	2.745.999,89	8.570,25	150.533,87	142.920,84	0,00	36.168.127,78
	2019	30.000.543,76	2.897.627,63	2.806.943,82	2.150.878,63	2.758.879,17	4.614,75	112.137,16	15.635,64	0,00	40.747.260,56
	2020	29.277.695,21	2.770.653,17	2.729.026,98	1.539.874,92	2.623.938,69	6.592,50	37.669,34	8.884,94	0,00	38.994.335,75
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2018	0,00	1.508.814,31	131.421,62	199.612,78	80.449,26	0,00	19.998,62	31.341,80	0,00	1.971.638,39
	2019	0,00	1.337.424,13	127.780,59	209.589,15	106.550,32	0,00	4.464,50	3.577,70	0,00	1.789.386,39
	2020	0,00	1.318.858,83	112.592,79	109.437,10	228.109,07	0,00	2.834,82	838,14	0,00	1.772.670,75
Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporários)											
Exercícios	2018	1.621,37	1.360.517,17	113.134,97	65.263,18	254.540,90	0,00	2.499,99	2.699,11	0,00	1.800.276,69
	2019	3.242,66	1.547.666,26	143.802,89	56.712,65	334.136,64	0,00	13.005,55	6.144,49	0,00	2.104.711,14
	2020	0,00	1.744.021,18	146.580,22	49.124,06	271.234,41	0,00	12.000,00	121,00	0,00	2.223.080,87
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2018	929.121,29	0,00	80.726,89	41.410,87	69.528,30	0,00	8.727,20	2.315,08	0,00	1.131.829,63
	2019	1.385.960,17	2.219,66	117.386,15	61.125,11	107.619,43	659,25	416,66	0,00	0,00	1.675.386,43
	2020	2.957.297,25	74.121,79	251.312,82	126.712,14	227.952,71	0,00	0,00	118,79	0,00	3.637.515,50
Servidores inativos											
Exercícios	2018	33.974,67	0,00	18.769,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.744,03
	2019	235.976,16	0,00	19.480,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255.456,91
	2020	233.769,00	0,00	20.649,38	0,00	0,00	0,00	0,00	584,42	0,00	255.002,80

Figura 32. Execução de custo com pessoal por vínculo 2018-2020



Com relação ao aumento do custo de servidores cedidos, cabe pontuar que atualmente o CNMP possui 18 servidores cedidos, sendo 10 Analistas e oito Técnicos, o que representa 8,29% da sua força de trabalho.

Diante disso, o CNMP atuou no sentido de revogar a Portaria CNMP/PRESI nº 16/2011 por meio da publicação da **Portaria CNMP/PRESI nº 147/2020**, que regulamenta a cessão e a requisição de servidores. Foi estabelecido que as próximas cessões só serão autorizadas para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança de nível equivalente ou superior ao cargo em comissão CC-4, quando realizada para atender órgãos do Ministério Público; e o exercício de cargo em comissão ou função de confiança de nível equivalente ou superior ao cargo em comissão CC-5, quando realizada para atender outros órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em contrapartida ao aumento do número de cedidos, cumpre destacar que o CNMP é um órgão que possui um número elevado de

requisições sem ônus, o que traz compensação e facilita a troca de experiências entre órgãos da Administração Pública. Atualmente há 50 requisitados de outros órgãos.

Quanto aos servidores em aposentadoria, cumpre destacar que o CNMP tem apenas um servidor inativo, uma servidora recebendo abono de permanência e a perspectiva de apenas dois aposentados para os próximos cinco anos.

ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO POR DESEMPENHO E VALORIZAÇÃO DO AMBIENTE E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

A carreira dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público é regida pela **Lei nº 13.316/2016**, a qual divide a estrutura funcional do Órgão em dois cargos: Analista e Técnico. A carreira é escalonada em classes e padrões, conforme abaixo e disposto no Anexo II da lei citada:

Quadro 8. Tabela de estrutura e de remuneração (em reais – R\$)

Cargo	Classe	Padrão	Vigência janeiro 2019		
			VENCIMENTO	GAMPU 140%	REMUNERAÇÃO BASE
ANALISTA	C	13	7.792,30	10.909,22	18.701,52
		12	7.565,34	10.591,48	18.156,82
		11	7.344,99	10.282,99	17.627,98
		10	7.131,06	9.983,48	17.114,54
		9	6.923,36	9.692,70	16.616,06
	B	8	6.550,01	9.170,01	15.720,02
		7	6.359,23	8.902,92	15.262,15
		6	6.174,01	8.643,61	14.817,62
		5	5.994,18	8.391,85	14.386,03
		4	5.819,60	8.147,44	13.967,04
	A	3	5.505,76	7.708,06	13.213,82
		2	5.345,40	7.483,56	12.828,96
		1	5.189,71	7.265,59	12.455,30
TÉCNICO	C	13	4.749,33	6.649,06	11.398,39
		12	4.611,00	6.455,40	11.066,40
		11	4.476,70	6.267,38	10.744,08
		10	4.346,31	6.084,83	10.431,14
		9	4.219,71	5.907,59	10.127,30
	B	8	3.992,16	5.589,02	9.581,18
		7	3.875,88	5.426,23	9.302,11
		6	3.763,00	5.268,20	9.031,20
		5	3.653,40	5.114,76	8.768,16
		4	3.546,98	4.965,77	8.512,75
	A	3	3.355,71	4.697,99	8.053,70
		2	3.257,97	4.561,16	7.819,13
		1	3.163,07	4.428,30	7.591,37

O desenvolvimento do servidor na carreira ocorre mediante progressão funcional e promoção:

PROGRESSÃO FUNCIONAL = a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano. Além disso, a **Portaria CNMP-PRESI nº 120/2013**, dispõe que para **progressão é necessária a obtenção de resultado igual ou superior à média estabelecida para avaliação formal de desempenho, que corresponde a um índice de desempenho igual ou superior a 70%, isto é, uma média de 3,8 na avaliação de desempenho.**

PROMOÇÃO = a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, **dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento ou em ação ou programa de capacitação oferecidos, que contabilizem um mínimo de 100 horas-aula.**

A avaliação funcional de desempenho, a qual os servidores são submetidos, é estruturada com os seguintes eixos de competência:

- Relacionamento profissional e humano
- Capacidade técnica
- Iniciativa e comprometimento com o trabalho
- Responsabilidade

A respeito das ferramentas e sistemas de apoio, no ano de 2020, cabe destacar três inovações:

- **Sistema ASTRIS:** permitiu a reformulação na forma de **estruturar as necessidades de capacitação do CNMP**, que agora se inicia com a avaliação por competências no formato 360°. Após a divulgação dos resultados, os gestores e servidores elaboraram os respectivos Planos de Desenvolvimento Individual para enfatizar as competências que precisariam ser desenvolvidas no decorrer do ano. Por fim, a SGP compilou esses dados e estruturou o novo plano de capacitação. Importante ressaltar, também, as novas funcionalidades lançadas no Sistema ASTRIS. Por meio do Banco de Talentos, é possível realizar a seleção de instrutores internos e realizar toda a gestão do curso, desde a inscrição até a emissão de certificados. O sistema também tem recursos para cadastrar os currículos dos servidores, o que pode ser utilizado futuramente para processos de seleção interna. Por fim, é possível localizar especialistas das competências mapeadas. O sistema utiliza o resultado no último diagnóstico por competências e seleciona os servidores que obtiveram nota máxima na temática, bem como demonstraram interesse em compartilhar o conhecimento no ambiente de trabalho.
- **SGP-Business Intelligence:** foram desenvolvidos mais de quinze painéis de BI na Secretaria de Gestão de Pessoas, sendo os principais os das áreas de pagamento, cadastro e saúde, e iniciado o BI da área de carreiras. Tais ferramentas possibilitam melhor análise de dados para a tomada de decisão, tornando a área de gestão de pessoas mais estratégica.
- **Aplicativo SGP-atende:** nova plataforma de comunicação entre a Secretaria de Gestão de Pessoas e os servidores do Conselho. A partir de agora, dúvidas e informações poderão ser direcionadas à unidade pelo aplicativo do CNMP no celular. Poderão ser encaminhadas, por exemplo, dúvidas sobre tratamento do Grifo, trabalho remoto, contracheque, movimentação de pessoal, capacitação, Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), atestados médicos e de comparecimento, Programa de Exames Periódicos de Saúde. Destaca-se que 80% dos atendimentos feitos pelo aplicativo são resolvidos no mesmo dia. É importante ressaltar que as respostas são registradas formal e permanentemente. A SGP oferece, também, o serviço pelo WhatsApp, realizado das 9h às 19h, de segunda a sexta-feira.

Com relação ao **trabalho remoto**, a **Portaria CNMP-PRESI nº 253/2019** foi totalmente implementada e, devido à pandemia, os procedimentos foram simplificados por meio das Portarias **CNMP-PRESI nº 44/2020** e **nº 47/2020**, que estabeleceram medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19). Antes da pandemia, existia um processo de autorização pela Secretaria-Geral que exigia a entrega de relatórios e a

publicação de portarias com os prazos. Atualmente, basta uma comunicação à Secretaria de Gestão de Pessoas. Além disso, o percentual limite de 50% por unidade foi relativizado, podendo ser superior, desde que mantido o padrão exigido para os serviços (art. 3º da **Portaria CNMP-PRESI nº 47/2020**).

Relevante destacar que **a SGP forneceu suporte e acompanhamento da saúde física e mental dos servidores em trabalho remoto** por meio de contato telefônico, com o apoio do Serviço de Saúde da Procuradoria-Geral da República (PGR) para receber os casos que necessitem de acompanhamento ou intervenção médica ou psicossocial.

Sobre a **valorização do ambiente de trabalho**, a SGP trabalhou principalmente nas seguintes iniciativas:

- aquisição de materiais de higiene e de proteção, a fim de evitar a disseminação do novo coronavírus no ambiente de trabalho;
- elaboração da cartilha com o protocolo para o retorno seguro do trabalho presencial;
- programa de ginástica laboral *online*;
- incentivo à vacina da gripe por meio de reembolso;
- publicação de material de qualidade de vida.

PLANEJAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

Em 2020, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), alinhada com o Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (PE-CNMP 2018-2023), destacou cinco objetivos estratégicos relacionados à área:

- Objetivo 6 – Fomentar práticas inovadoras de gestão;
- Objetivo 10 – Aprimorar padrões de desempenho e qualidade na prestação do serviço público;
- Objetivo 13 – Fomentar a gestão do conhecimento;
- Objetivo 14 – Promover sinergia e qualidade de vida no trabalho;
- Objetivo 15 – Aperfeiçoar a gestão por competências.

Para esses objetivos foram definidos indicadores de nível tático a serem monitorados pela unidade com o intuito de contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos. Cabe salientar que os objetivos 6 e 10 e os objetivos 13 e 15 foram agrupados para a criação dos indicadores.

Em 2020, esses indicadores apresentaram os seguintes resultados:

Quadro 9. Resultados dos indicadores táticos que contribuem aos objetivos estratégicos 6 e 10 do PE-CNMP

Indicador	Meta	Resultado
Índice de rotinas aprimoradas (quantidade de iniciativas implementadas/total de iniciativas identificadas como necessárias x 100)	50%	66%
Índice de implementação do BI (Quantidade de indicadores de BI/ total de indicadores definidos como necessários)	50%	93,75%

Quadro 10. Resultados dos indicadores táticos que contribuem aos objetivos estratégicos 13 e 15 do PE-CNMP

Indicador	Meta	Resultado
Percentual de execução do orçamento destinado à capacitação	100%	96,45 %
Percentual de servidores do quadro com 40 horas ou mais de treinamento	55%	46,66%
Servidores capacitados anualmente (quantidade de servidores com horas de capacitação realizadas no período/total de servidores do quadro do CNMP).	75%	43,72%
Instrutoria Interna: Total de horas de instruções internas/total de horas de treinamento com ônus (interno e externo).	40%	32,91%
Desenvolvimento de gestores por competências (total de gestores e substitutos participantes de desenvolvimento de competências/total de servidores ocupantes de cargo gerencial e substitutos)	25%	25,56%
Cargos de funções gerenciais e de assessoramento ocupado por servidores do quadro.	64%	63,20%

Importante destacar que os números foram impactados pela suspensão, desde o mês de março, dos eventos de capacitação presenciais, em razão das **medidas de prevenção à COVID-19. Os servidores estavam mais adaptados a realizar cursos presenciais e, por esse motivo, diminuíram a procura. Em contrapartida, a Secretaria de Gestão de Pessoas disponibilizou aos servidores trilhas de aprendizagem a distância, com uma lista de treinamentos sem ônus para realizarem durante o 2º semestre de 2020.**

Quadro 11. Resultados dos indicadores táticos que contribuem ao objetivo estratégico 14 do PE-CNMP

Indicador	Meta	Resultado
Percentual de servidores que aderiram ao PEPS	50%	44,12%
Índice de absenteísmo (dias de ausência por motivo de licença para tratamento da própria saúde, dividido pelo número de servidores multiplicado pelo número de dias úteis)	Até 3%	2,09% 1º semestre 2,21% 2º semestre

A execução do Programa de Exames Periódicos de Saúde (PEPS) em 2020 foi impactada pela pandemia de COVID-19, situação que provocou a suspensão do referido programa em agosto. Até agosto de 2020, foram convidados 68 servidores, dos quais 40 aceitaram. Porém, dez desistiram posteriormente.

Para atingir as metas estabelecidas pelos indicadores, foram promovidas ações de capacitação e ações de saúde e qualidade de vida, conforme figuras e quadros abaixo:

Figura 33. Ações de capacitação do CNMP em 2020



Figura 34. Ações de qualidade de vida do CNMP em 2020



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Desafios	Ações futuras
No que tange às dificuldades vislumbradas pelo Órgão, para o ano de 2021, cabe destacar a continuidade da pandemia do novo Coronavírus e o corte de gastos a que o Conselho, assim como os outros órgãos públicos, está subordinado. A EC nº 95/2016 limitou os gastos públicos e instituiu um novo regime fiscal para vigorar nos próximos 20 anos. Esse corte justifica as restrições orçamentárias implementadas e gera impacto nas despesas relacionadas à gestão de pessoas, tais como capacitação, ações de qualidade de vida, contratação de estagiários e impossibilidade de reposição em vacâncias onerosas, como aposentadoria.	- Desenvolvimento do aplicativo de celular com ações da SGP, que irá aproximar e facilitar a utilização dos sistemas pelos servidores - Estruturação da Educação Corporativa do CNMP, com a implementação da plataforma de EaD e a aquisição de equipamentos para gravação de videoaulas, o que irá facilitar a disseminação do conhecimento, o acompanhamento e a organização do conteúdo, gerando qualidade e economia para o órgão - Realização de ações de desenvolvimento do Sistema ASTRIS, tais como o desenvolvimento de gamificação, de trilhas de capacitação e de um módulo de seleção e movimentação.

- Lei nº 8.666/1993;
- Lei nº 10.520/2002;
- Lei Complementar nº 123/2006;
- Decreto nº 7.892/2013;
- Decreto nº 10.024/2019;
- Instrução Normativa MPDG nº 5/2017;
- Resolução CNMP nº 102/2013;
- Portaria CNMP -SG nº 146/2017.

Além disso, o Órgão conta com diversas instâncias de controle, entre elas a Assessoria Jurídica e a Auditoria Interna. O CNMP conta, ainda, com equipe de Articulação, a qual presta assistência às unidades administrativas demandantes na elaboração dos documentos relativos aos procedimentos de contratação. Vale destacar também a vinculação das aquisições e prorrogações ao Calendário de Contratações, elaborado no âmbito do Plano de Gestão Anual.

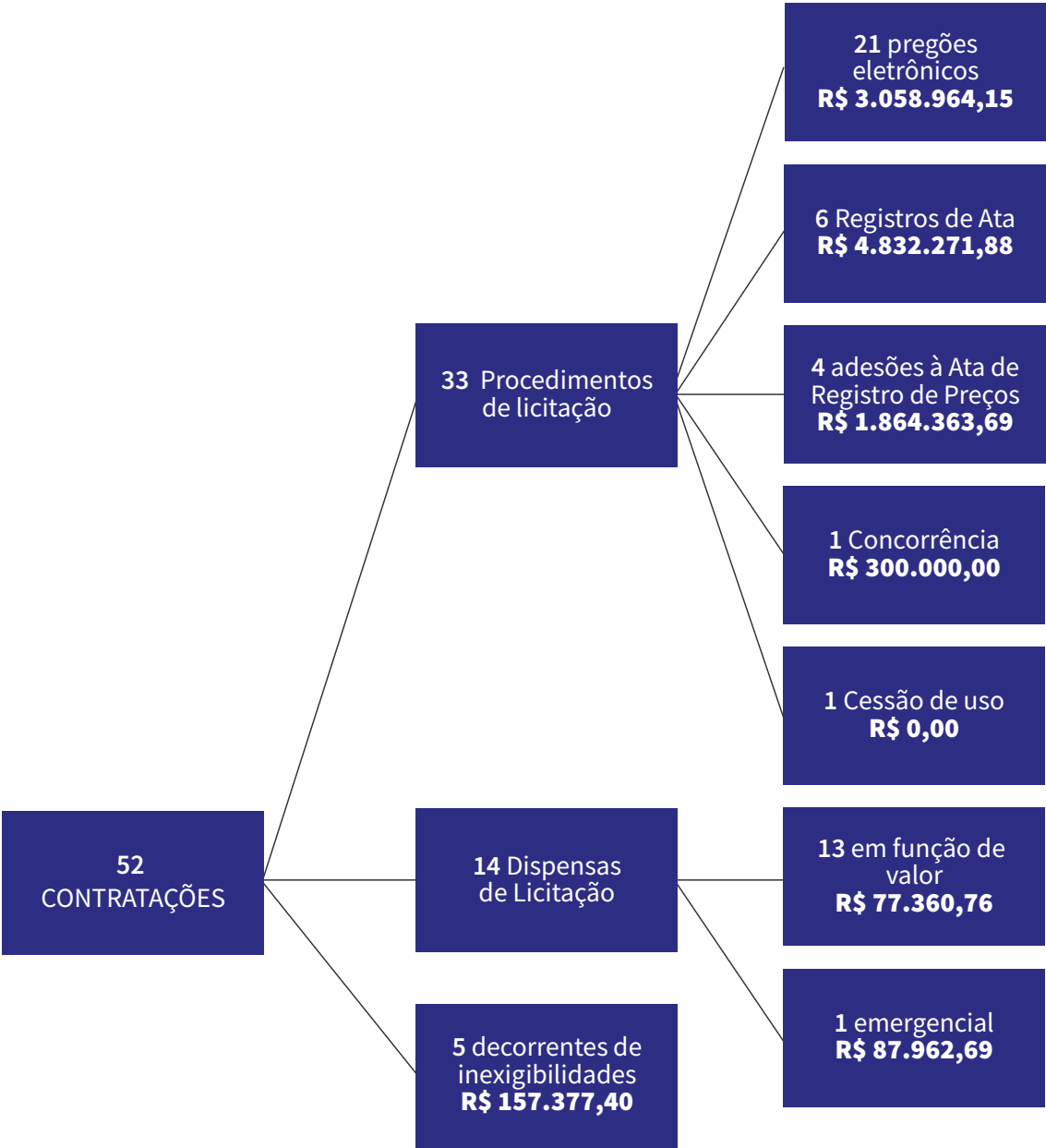
3.4.4. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

As contratações do CNMP possuem conformidade com os normativos legais, em especial:

GASTOS DAS CONTRATAÇÕES POR TIPO DE SERVIÇO

Figura 35. Processos de contratações e seus valores totais



Quadro 12. Comparação de contratações 2019-2020

Contratações	2020		2019	
	Nº	Valor	Nº	Valor
Pregões eletrônicos	21	R\$ 3.058.964,15	39	R\$ 9.202.354,38
Pregões eletrônicos SRP	6	R\$ 4.832.271,88	-	-
Adesões à Ata de Registro de Preços	4	R\$ 1.864.363,69	-	-
Cessão de uso	1	R\$ 0,00	1	R\$ 0,00
Concorrência	1	R\$ 300.000,00	-	-
Dispensas de licitação	13	R\$ 77.360,76	16	R\$ 92.526,58
Dispensas Emergenciais	1	R\$ 87.962,69	1	R\$ 157.221,18
Inexigibilidades	5	R\$ 157.377,40	4	R\$ 506.308,79
Total	52	R\$ 10.378.300,57	61	R\$ 9.958.410,93

Quadro 13. Distribuição dos principais contratos firmados, por finalidade e seus valores totais, 2020

Finalidade	Quantidade	Valor Total
Tecnologia da Informação	11	R\$ 3.878.280,40
Transporte e Segurança	8	R\$ 2.096.300,68
Comunicação	5	R\$ 1.447.681,70
Infraestrutura	6	R\$ 891.852,71
Funcionamento administrativo	4	R\$ 280.320,60
Biblioteca	4	R\$ 29.026,82
Total	38	R\$ 8.623.462,91

CONTRATAÇÕES ASSOCIADAS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os principais contratos relacionados à gestão administrativa da Instituição são os contratos de locação do imóvel, copeiragem, limpeza e conservação, vigilância, brigadistas e apoio administrativo, cujos valores são os seguintes:

Quadro 14. Principais contratos e seus valores totais, 2020

Principais Contratos	2020
Locação do imóvel	R\$ 6.888.960,00
Serviço de vigilância	R\$ 2.328.975,72
Apoio administrativo	R\$ 1.906.231,56
Serviços de limpeza e conservação	R\$ 825.093,84
Serviço de brigadistas	R\$ 763.625,76
Serviços de copeiragem	R\$ 629.664,00

Os serviços mencionados são indispensáveis e viabilizam o bom funcionamento da Casa e a realização das demais atividades. Vinculam-se, assim, aos macroprocessos da Cadeia de Valor “Suporte Organizacional” e “Segurança Institucional” e ao objetivo estratégico de “Aprimorar os padrões de desempenho e qualidade na prestação do serviço público”.

CONTRATAÇÕES DIRETAS

Foram realizadas 13 contratações por dispensa de licitação em função do valor (valor total de R\$ 77.360,76), uma dispensa emergencial relativa à contratação de *outsourcing* de impressão (valor total de R\$ 87.962,69) e cinco contratações decorrentes de inexigibilidade (total de R\$ 157.377,40). Ademais, contratou-se por dispensa de licitação os serviços de energia elétrica e por inexigibilidade os serviços de água e esgoto.

As dispensas de licitação se deram em função do valor de acordo com o que estabelecem os incisos I e II do art. 24; a dispensa por situação emergencial foi realizada com base no inciso IV do art. 24; e as inexigibilidades foram devidas a objetos com fornecedores exclusivos, conforme previsto no inciso I do art. 25, todos da Lei nº 8.666/1993.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Desafios	Ações futuras
- Desenvolver as atividades de Administração do CNMP no atual cenário híbrido (Presencial e Remoto); - Consolidar a utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP); - Consolidar o TaxiGov.	- Contratar o serviço de almoxarifado virtual; - Terceirizar o serviço de transporte de representação; - Compras compartilhadas e participação em licitações com outros órgãos; - Aprimoramento do processo de contratação de acordo com as novas ferramentas de trabalho compartilhado.

Em relação às ações futuras propostas para 2020, a que não se concretizou foi a implantação do Almoxarifado Virtual, uma vez que se trata de contratação em que o CNMP está participando e é coordenada pelo Ministério da Economia, cujo cronograma encontra-se atrasado.

3.4.5. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

O Conselho Nacional do Ministério Público segue as disposições legais preconizadas nos arts. 37, 70 e 75 da Constituição Federal, na **Lei nº 4.320/1964**, na **Lei nº 8.429/1992**, no **Decreto-Lei nº 200/1967**, na **Lei Complementar nº 101/2000**, bem como nas orientações da Secretaria do Tesouro Nacional e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública, consolidadas na **Portaria CNMP-SG nº 271/2017**.

A Gestão Patrimonial conta com mecanismos de controle, os quais podem ser destacados o próprio sistema de gestão patrimonial (ASI-WEB), os termos de responsabilidade e a comissão anual de inventário.

Com relação à prevenção de falhas, podemos citar que as transferências de responsabilidade sempre exigem duas assinaturas para serem concretizadas e que as movimentações realizadas no sistema têm seu reflexo contábil analisado mensalmente.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS), AVALIAÇÃO DO SEU CUSTO-BENEFÍCIO E IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Figura 36. Investimentos de capital (entradas) por tipo



A relação de custo-benefício das contratações é analisada em diversos momentos do processo: na inclusão no Plano de Gestão, na fase interna da licitação e na pesquisa de mercado. Diante do valor de referência determinado, as licitações do CNMP possibilitam a aquisição de produtos de qualidade com preços competitivos.

A título de exemplo, para a Modernização do Plenário e do Auditório, inicialmente estimada em R\$ 1.531.962,00, após pesquisa de mercado, foi definido o valor máximo aceitável na licitação de R\$ 859.642,03, e a licitante vencedora cotou a R\$ 507.124,56 todos os bens e serviços envolvidos na modernização.

Ainda, de modo a otimizar a relação custo-benefício, o CNMP, a depender do objeto a ser contratado, participa de licitações conjuntas a fim de obter ganho de escala. Podemos citar nessa situação as aquisições realizadas de *desktops*, monitores e automóveis.

Vale mencionar ainda que os investimentos de capital refletiram diretamente nos objetivos estratégicos “Induzir práticas de sustentabilidade e de excelência na utilização dos recursos”, que consiste em

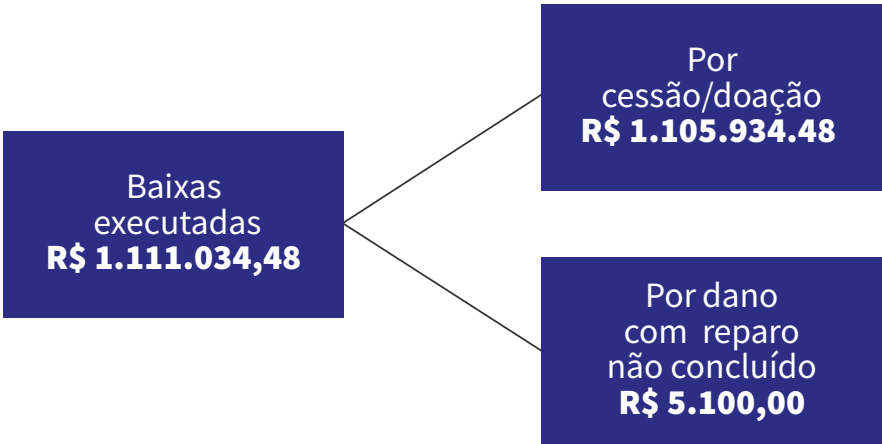
“desenvolver ações voltadas para a sustentabilidade englobando os aspectos ambiental, econômico e social na busca do uso adequado dos recursos públicos”, e “Aprimorar a gestão dos recursos tecnológicos para apoio aos processos de negócio”, que significa “promover ações de aprimoramento da gestão da tecnologia da informação a fim de fomentar o uso adequado dos recursos tecnológicos como instrumentos de suporte aos processos de negócio”. Esses impactos encontram-se detalhados nos itens 3.3, 3.4.6 e 3.4.7 deste Relatório.

Figura 37. Investimentos de capital (entradas) por tipo



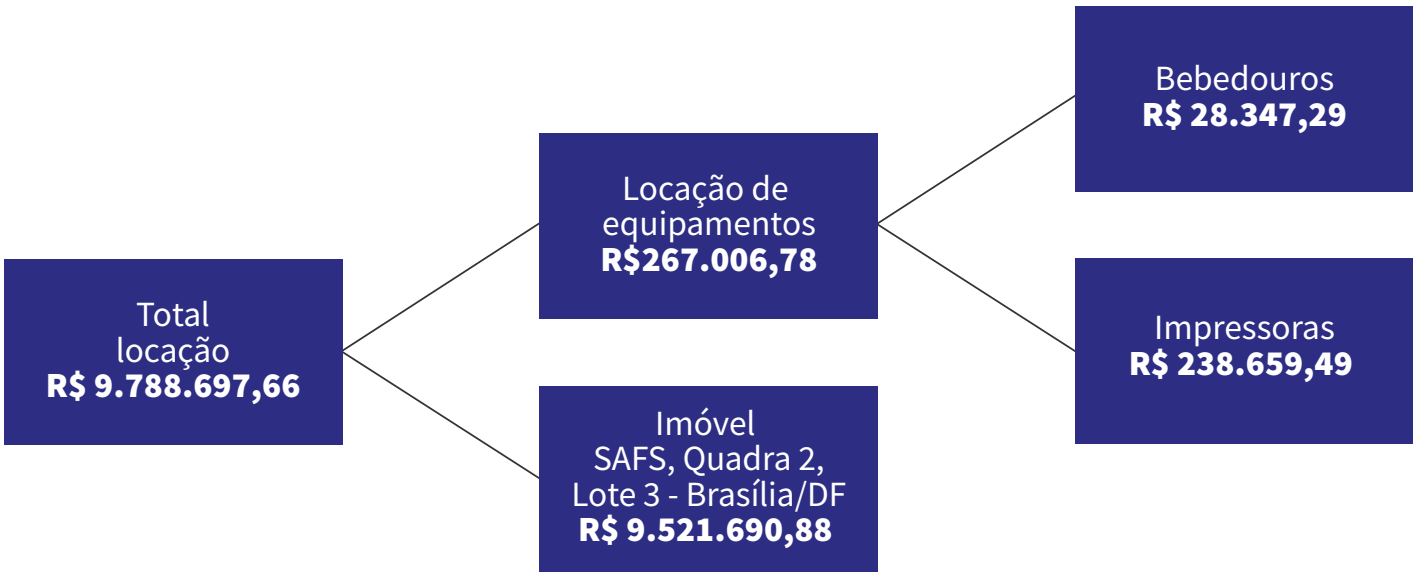
DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Figura 38. Baixas executadas por tipo, 2020



LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Figura 39. Locações de imóveis e equipamentos por tipo, 2020



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Desafios	Ação futura
- Construção do edifício-sede; - Aprimorar a acessibilidade do edifício.	Aumentar a eficiência energética e hídrica.

3.4.6. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL

A gestão da Tecnologia da Informação no CNMP está amparada, principalmente, nos seguintes normativos:

- Resolução CNMP nº 102/2013; - Resolução CNMP nº 171/2017; - Portaria CNMP-PRESI nº 30/2010; - Portaria CNMP-PRESI nº 95/2017; - Portaria CNMP-PRESI nº 153/2017; - Portaria CNMP-PRESI nº 167/2017; - Portaria CNMP-PRESI nº 197/2020; - Portaria CNMP-PRESI nº 245/2020.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

O modelo de governança de TI do CNMP está definido na Portaria CNMP-PRESI nº 197/2020, que institui o Comitê de Governança da Tecnologia da Informação (CGTI).

As atribuições do CGTI, conforme prevê o art. 16 da referida portaria, incluem, entre outras: propor políticas e diretrizes de TI; definir instrumentos de avaliação, direção e monitoramento de TI; realizar e divulgar avaliações periódicas dos mecanismos de governança e de gestão de TI; e propor e deliberar sobre revisão de elementos que compõem a seção destinada à TI no Plano Diretor unificado da Secretaria-Geral.

Quanto ao planejamento de Tecnologia da Informação, a Portaria CNMP-PRESI nº 25/2018 estabelece, em seu art. 15, que o planejamento estratégico do Órgão deve ser desdobrado em planos táticos, com vigência mínima de dois anos. Os Planos Diretores, por sua vez, desdobram-se em Planos de Gestão anuais, que elencam projetos e processos e seus respectivos prazos, visando, em última instância, à concretização do Planejamento Estratégico do Órgão.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

Os recursos orçamentários disponibilizados para aplicação em tecnologia da informação, para o exercício de 2020, bem como o resumo da sua execução, estão detalhados no quadro a seguir:

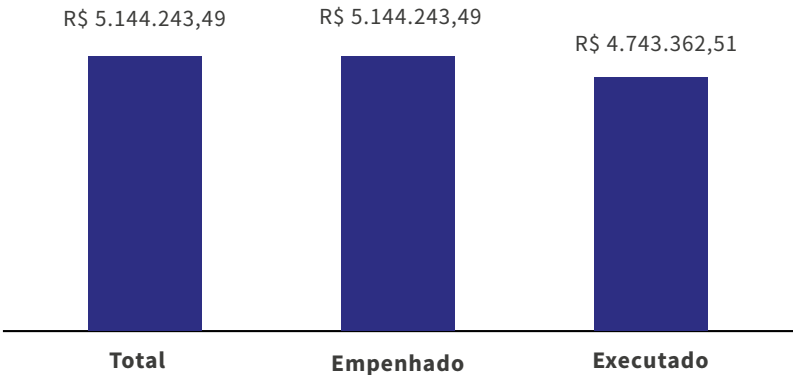
Quadro 15. Distribuição dos recursos aplicados em TI por objeto (em reais)⁸

Objeto	Dotação	Valores Em-penhados 2020	Valores Liquidados 2020	Valores em Restos a Pagar
Outras despesas correntes	2.998.736,08	2.998.736,08	2.864.990,10	133.745,98
Investimento	2.145.507,41	2.145.507,41	1.878.372,41	267.135,00
Total	5.144.243,49	5.144.243,49	4.743.362,51	400.880,98

A Figura a seguir demonstra a execução orçamentária de TI em 2020, tomando-se por referência o montante total disponibilizado à STI.

8 Os valores foram retirados do SIAFI, utilizando como parâmetros o Elemento da Despesa 40 e o PI 8010STI para os demais elementos da despesa.

Figura 40. Execução orçamentária de TI



CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

As principais contratações de Tecnologia da Informação realizadas em 2020 foram:

Quadro 16. Principais contratações de TI em 2020

Contrato	Pregão	Objeto	Vigência	Valor global
CNMP nº 034/2020	Pregão Eletrônico SRP nº 25/2020/ PGT/MPT	Contratação de empresa especializada para fornecimento de estações de trabalho e monitores, por intermédio de registro de preços, com entrega e suporte técnico on-site descentralizados	11/11/2020 a 11/11/2021	R\$1.012.305,00
CNMP nº 033/2020	Pregão Eletrônico SRP nº 25/2020/ PGT/MPT	Contratação de empresa especializada para fornecimento de estações de trabalho e monitores, por intermédio de registro de preços, com entrega e suporte técnico on-site descentralizados	17/11/2020 a 17/11/2021	R\$205.920,00
CNMP nº 027/2020	Pregão Eletrônico CNMP nº 26/2020	Fornecimento de 45 unidades de <i>ultrabooks</i> , com prestação de serviço de assistência técnica on-site e garantia de 48 meses	07/10/2020 a 05/01/2021	R\$265.050,00
CNMP nº 020/2020	Pregão Eletrônico CNMP nº 18/2020	Aquisição de <i>Tape Library</i> – Modular e expansível configurada inicialmente com quatro <i>tape drives</i> LTO-8 (LTO <i>Ultrium</i> 8) com conexão <i>Fibre Channel</i> de no mínimo 8 Gbps, com no mínimo 70 <i>slots</i> para fitas de dados totalmente licenciados para uso imediato da solução, suporte técnico on-site, garantia técnica de 60 meses	26/08/2020 a 26/11/2020	R\$167.000,00
CNMP nº 015/2020	Pregão Eletrônico nº 036/2019 - TRT 18ª Região	Fornecimento de sistema de armazenamento de dados (<i>Storage</i>) “Híbrido”, kit expansão de capacidade para <i>Storage</i> “Híbrido”, instalação, configuração, migração de dados, suporte técnico on-site e garantia estendida de no mínimo 60 meses	17/07/2020 a 17/11/2020	R\$450.798,91
CNMP nº 011/2020	Pregão Eletrônico CNMP nº 07/2020	Contratação de Serviço Técnico Especializado e aquisição de licenças de produtos Microsoft, na modalidade Microsoft <i>Enterprise Agreement</i> (EA), com a respectiva prestação de garantia, a fim de atender às necessidades corporativas do CNMP, por um período de 36 meses	23/04/2020 a 23/04/2023	R\$1.426.589,59

PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR

No ano de 2020, a STI contribuiu da seguinte maneira para os macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte previstos na cadeia de valor do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme quadro que reúne os principais processos e projetos.

Quadro 17. Contribuição da área de TI em relação à Cadeia de Valor

Macroprocesso		Macroproduto	Contribuição da área de TI		Resultado
Finalístico	Controle da atuação administrativa e financeira dos MPs e do exercício funcional de seus membros e servidores	Legalidade e eficiência da atuação administrativa e financeira do MP brasileiro e cumprimento dos deveres funcionais de membros e servidores	PG_20_CIJ_009	Atualização do Business Intelligence da Resolução 67 e 71 CNMP	Replanejado para 2021
			PG_20_CIJ_010	Criação de formulário da Resolução do Meio Aberto	Replanejado para 2021
			PG_20_CN_020	Manutenção evolutiva no Sistema de Cadastro de Membros do Ministério Público	Concluído
			PG_20_CPAMP_009	Formulário Eletrônico para Resolução nº 116	Replanejado para 2021
			PG_20_CPAMP_011	Atualização do Sistema CPSI	Concluído
			PG_20_CSP_015	Implementação de web service nos sistemas das Resoluções nº 20 e nº 56	Replanejado para 2021
			PG_20_CSP_016	Novos Formulários da Resolução CNMP nº 20 de 2007	Replanejado para 2021
	Integração e fortalecimento do Ministério Público brasileiro	Aperfeiçoamento da atuação do MP brasileiro para melhor atendimento ao cidadão	PG_20_CALJ_016	Sistema de Decisões Colegiadas	Cancelado
			PG_20_CALJ_017	Sistema de Jurisprudência Qualificada	Replanejado para 2021
			PG_20_CN_021	Manutenção evolutiva no Sistema ELO	Concluído
			PG_20_ENASP_009	Alterações no Sistema de Femicídio	Concluído
			PG_20_OUV_016	Sistema da Ouvidoria Nacional do Ministério Público	Replanejado para 2021
			PG_20_OUV_018	Ouvidoria das Mulheres	Concluído
			PG_20_PRESI_012	Atualização do Portal dos Direitos Coletivos	Concluído

Macroprocesso		Macroproduto	Contribuição da área de TI		Resultado
Gerencial	Governança e Gestão	Gestão para excelência	PG_20_AUDIN_016	Sistema de Auditoria	Replanejado para 2021
			PG_20_SPR_003	Criação no BI de relatório estatístico por sessão de julgamento e posterior integração ao Sistema ELO	Concluído
			PG_20_STI_044	Sistema de Gestão da STI	Replanejado para 2021
	Comunicação Institucional		PG_20_PRESL_010	Aplicativo Mobile CNMP	Concluído
			PG_20_SPR_009	Migração da plataforma e automação do diário eletrônico	Concluído
			PG_20_STI_027	Barramento de interoperabilidade de processo eletrônico	Concluído
	Segurança Institucional		PG_20_STI_031	Estudo de soluções de segurança da informação	Concluído
			PG_20_STI_023	Suporte e atualização de versão dos servidores de aplicação Java	Concluído
			PG_20_STI_033	Implementação de melhorias na segurança da rede de dados	Concluído
			PG_20_STI_034	Implementação de melhorias no Sistema de Controle de Acessos do CNMP	Concluído
			PG_20_STI_037	Migração dos sistemas desenvolvidos em PHP para o PHP 7	Concluído
			PG_20_STI_039	PMI - Plano de Recuperação de Desastres de Serviços Essenciais	Replanejado para 2021
			PG_20_STI_041	Refatoração dos códigos-fonte dos sistemas existentes para atendimento de requisitos de qualidade estabelecidos	Concluído
			PG_20_STI_042	Refatoração dos códigos-fonte dos sistemas para utilização do CDI e migração para o Jboss 7	Concluído
Suporte	Suporte Organizacional	Estrutura eficiente e operacional	PG_20_SGP_031	Melhorias no Sistema ASTRIS	Cancelado
			PG_20_STI_003	Aquisição de Microcomputadores	Concluído
			PG_20_STI_004	Aquisição de <i>notebooks</i>	Concluído
			PG_20_STI_006	Aquisição de <i>Tape Library</i>	Concluído
			PG_20_STI_011	Expansão do armazenamento de dados do CNMP	Concluído
			PG_20_STI_025	Suporte, atualização e licenciamento da plataforma de serviços ao usuário	Concluído
			PG_20_STI_030	Elaboração de Treinamento de Visualização de Dados	Concluído
			PG_20_STI_035	Instalação, configuração e migração dos novos ativos de rede	Concluído

Outrossim, o quadro abaixo mostra os resultados das iniciativas e projetos da STI por objetivo de contribuição à estratégia:

Quadro 18. Resultados dos processos e projetos da STI

Objetivos de contribuição	Quantidade e status dos processos e projetos vinculados	Orçamento total	Orçamento pago	% orçamento executado
Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI	20, tendo sido 12 concluídas e 8 replanejadas para 2021	R\$ 2.502.412,03	R\$ 2.225.540,68	88,94%
Aprimorar a segurança da informação nos ativos de TI	11, tendo sido todas concluídas	R\$ 538.500,94	R\$ 538.248,39	99,95%
Fomentar o uso de ferramentas de análise de dados	2, tendo sido ambas concluídas	R\$ 50.702,96	R\$ 50.702,96	100%
Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócio do CNMP	11, tendo sido 9 concluídas e 2 replanejadas para 2021	R\$ 1.089.709,16	R\$ 1.089.709,16	100%

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Os principais normativos relacionados à segurança de informação são:

- Portaria CNMP-PRESI nº 153/2017:** Regulamenta a Política de Segurança Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público. O documento, dividido em subseções, traz na Subseção IV normas gerais relacionadas à Segurança da Informação, desdobrando-a em: segurança da informação de pessoas, segurança da informação na documentação, segurança da informação nas áreas e instalações e segurança da informação nos meios de tecnologia da informação.
- Portaria CNMP-PRESI nº 167/2018:** Institui o Plano de Gestão de Riscos e o Plano de Segurança Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público. Este normativo detalha os processos de segurança institucional a serem adotados pelo órgão, que foram genericamente previstos na **Portaria CNMP-PRESI nº 153/2017**.

Esses normativos detalham procedimentos e diretrizes concernentes à segurança da informação de pessoas, segurança da informação na documentação, segurança na gestão dos documentos,

critérios de classificação de segurança, segurança da informação nas áreas e instalações e segurança da informação nos recursos de tecnologia da informação.

Com relação à segurança da informação nos recursos de tecnologia da informação, os normativos contêm as previsões sobre quais são os recursos de TI existentes no CNMP, como devem ser utilizados, como se dará o cadastro e manutenção de credenciais de usuários, os critérios mínimos de segurança de senhas e contas de usuários, orientações e critérios quanto à utilização de estações de trabalho, dispositivos móveis, internet, rede de dados corporativa, rede sem fio, correio eletrônico, acesso remoto e serviços em nuvem, prerrogativas de monitoramento e auditoria pela área de Tecnologia da Informação, entre outros.

PERSPECTIVA PARA O FUTURO

No PDTI 2019-2021 (Portaria CNMP-SG nº 265/2019), cuja elaboração envolveu toda a equipe da STI, foram priorizadas as seguintes ações, cada qual relacionada aos seguintes objetivos de contribuição para a estratégia do CNMP 2018-2023:

Quadro 19. Portfólio de ações do Plano Diretor de TI 2019-2021

Ação	Objetivo de Contribuição
Otimizar a qualidade das conexões de rede de dados	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI
Informatizar os processos de trabalho de negócio	7 - Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócio do CNMP
Disseminar o conhecimento sobre o uso das soluções de TI	1 - Fomentar o uso de ferramentas de análise de dados 2 - Incentivar o uso de ferramentas de colaboração 4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI 5 - Induzir o uso sustentável dos ativos de TI 6 - Aprimorar a segurança da informação nos ativos de TI
Racionalizar o portfólio de serviços de TI	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI 7 - Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócios do CNMP
Promover o catálogo de serviços de TI	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI
Aprimorar a experiência do usuário nos sistemas desenvolvidos internamente	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI 7 - Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócios do CNMP
Prospectar e modernizar processos, padrões e tecnologias	1 - Fomentar o uso de ferramentas de análise de dados 2 - Incentivar o uso de ferramentas de colaboração 3 - Promover o uso de metodologias ágeis 4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI 5 - Induzir o uso sustentável dos ativos de TI 6 - Aprimorar a segurança da informação nos ativos de TI 7 - Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócios do CNMP
Fortalecer a utilização das ferramentas de apoio à decisão	1 - Fomentar o uso de ferramentas de análise de dados 2 - Incentivar o uso de ferramentas de colaboração
Otimizar o atendimento ao usuário	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI
Aprimorar padrões de acessibilidade nos sistemas desenvolvidos internamente	7 - Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócios do CNMP
Aperfeiçoar padrões de desenvolvimento seguro	6 - Aprimorar a segurança da informação nos ativos de TI
Aperfeiçoar padrões de segurança de infraestrutura de TI	6 - Aprimorar a segurança da informação nos ativos de TI
Ampliar serviço de monitoramento contínuo	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI 6 - Aprimorar a segurança da informação nos ativos de TI
Manter e aprimorar os serviços e soluções de TI	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI 5 - Induzir o uso sustentável dos ativos de TI 6 - Aprimorar a segurança da informação nos ativos de TI 7 - Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócios do CNMP
Aprimorar o processo de gestão do portfólio de projetos de TI	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI
Fomentar a utilização do repositório nacional de sistemas	2 - Incentivar o uso de ferramentas de colaboração 5 - Induzir o uso sustentável dos ativos de TI
Ampliar o uso de ferramentas de colaboração em equipe	2 - Incentivar o uso de ferramentas de colaboração 5 - Induzir o uso sustentável dos ativos de TI
Ampliar o uso de soluções em nuvem	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI 5 - Induzir o uso sustentável dos ativos de TI
Disseminar conceitos sobre visualização de dados	1 - Fomentar o uso de ferramentas de análise de dados
Melhorar a qualidade de dados corporativos	1 - Fomentar o uso de ferramentas de análise de dados
Aprimorar padrões de exportação de dados corporativos	1 - Fomentar o uso de ferramentas de análise de dados 7 - Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócio do CNMP

3.4.7. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A sustentabilidade é um dos valores do Mapa Estratégico do CNMP 2018-2023. Além disso, em seu planejamento, um dos objetivos estratégicos é “induzir práticas de sustentabilidade e de excelência na utilização dos recursos”.

As ações relacionadas à sustentabilidade são executadas por todas as unidades, mas, sobretudo, pela Secretaria-Geral e suas secretarias subordinadas. O CNMP também possui o Programa de Gestão Ambiental Sustentável, implementado e executado pela Comissão de Gestão Ambiental Sustentável (CGAS), instituído pela Portaria **CNMP-PRESI nº 60/2015**.

Desde 2019, ocorreu a implementação da nova coleta seletiva no CNMP, em colaboração com a Secretaria de Administração, em conformidade à legislação dos grandes geradores de resíduos sólidos (**Lei Federal nº 12.305/2010** e **Lei Distrital nº 5.610/2016**).

Figura 41. Coleta seletiva de resíduos sólidos



CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES

As contratações realizadas pelo CNMP vêm observando os parâmetros estabelecidos no **Decreto nº 7.746/2012**, que dispõe sobre os critérios, as práticas e as diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal.

Dos 54 processos de contratação concluídos em 2020, 35 tiveram critérios de sustentabilidade em seus editais e termos de referência, o que equivale a, aproximadamente, 65% dos processos.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

Em 2020, foram realizadas várias ações com foco na redução do consumo de recursos naturais, quais sejam:

– Aumento da eficiência energética da edificação com maior controle do funcionamento do sistema de ar condicionado central e monitoramento dos parâmetros de consumo de energia e conforto ambiental:

a) Efetivação da contratação atrelada à ação PG_20_COENG_025 - Operação do Sistema de Automação do Sistema de Ar Condicionado Central, presente no Plano de Gestão para o exercício de 2020, para oferecer uma solução integrada entre operação e manutenção com o objetivo principal de propiciar a melhoria do desempenho energético da edificação, garantindo o conforto dos usuários e o adequado funcionamento dos serviços suportados, como o sistema de ar condicionado central, sistema de controle de acesso, e sistemas acessórios, como monitoramento de consumo de energia.

b) Destaca-se que a parte da manutenção envolve o sistema de automação predial, o qual é constituído de um servidor de banco de dados e diversos dispositivos conectados aos sistemas de ar condicionado, parte elétrica e controle de acesso, entre outros, possibilitando o adequado armazenamento dos dados fornecidos por cada componente, além do monitoramento e da realização dos ajustes necessários nos parâmetros em busca da melhoria do desempenho energético da edificação. Já a operação é focada na adequada programação, dia a dia, do sistema de automação para o funcionamento do sistema de ar condicionado central, que sozinho responde por mais de 40% do consumo de energia elétrica da edificação. Esse

sistema possibilita, em função da demanda da edificação, realizar o controle da programação horária, velocidade do fluxo de ar, “Set Points” de temperaturas e monitoramento das condições ambientais.

c) Essa ação é complementada ainda pela efetivação em 2020 da configuração e disponibilização de acesso remoto ao sistema de automação do funcionamento do sistema central de ar condicionado de modo a possibilitar a realização dos ajustes necessários no funcionamento do sistema de qualquer localidade, reduzindo custos e aumentando a eficiência da operação.

– Substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas com tecnologia em LED:

a) Com o êxito obtido no ano de 2019, na aquisição de lâmpadas tubulares com tecnologia em LED, para substituir lâmpadas fluorescentes equivalentes já em término de vida útil, em 2020, **foi realizada a substituição de um total de 2.488 lâmpadas nos ambientes de escritório, fora as instalações adicionais**. A tecnologia em LED garante maior eficiência energética, maior eficiência luminosa e menor impacto ambiental, por não possuir em sua composição metais pesados.

b) A previsão de retorno do valor investido nas novas lâmpadas é de aproximadamente dois anos e meio, considerando o tempo médio de utilização, custo da aquisição e economia de energia proporcionada.

c) Destaca-se que a substituição das lâmpadas foi realizada por meio do contrato CNMP nº 40/2011, atrelado à ação PG_20_COENG_009 – Locação de imóvel do Edifício-Sede, sem quaisquer custos adicionais ao CNMP.

– Substituição dos dispositivos de descarga das caixas acopladas do tipo tradicional para o de duplo acionamento:

a) Com o êxito obtido no ano de 2019 na aquisição de kits de duplo acionamento para caixa acoplada, ao longo de 2020 foi realizada a substituição dos dispositivos nos sanitários coletivos e privativos, possibilitando aumento na economia de água propiciada pela possibilidade de utilização da descarga do volume mínimo a critério do usuário.

b) Destaca-se que a substituição dos dispositivos de descarga das caixas acopladas foi realizada por meio do contrato **CNMP nº 40/2011**, atrelado à ação PG_20_COENG_009 – Locação de imóvel do Edifício-Sede, sem quaisquer custos adicionais ao CNMP.

REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

Desde 2015, o CNMP adota o Ecotransporte, Sistema de Transporte Ecológico do CNMP, que se destina ao transporte de servidores e estagiários do CNMP no percurso entre a rodoviária do Plano Piloto e a sede do CNMP.



Para o abastecimento de veículos movidos a óleo diesel pertencentes à frota do CNMP, utiliza-se exclusivamente o Diesel S10, variação com menor quantidade de enxofre, que gera menor emissão de gases poluentes em relação ao diesel comum. Cita-se também a maior durabilidade do motor por promover menor sedimentação no tanque e sistema de combustível.

Ademais, a Coordenadoria de Segurança e Transporte, vinculada à Secretaria de Administração, mantém os veículos de sua frota em dia com as revisões periódicas, visando manter as melhores condições dos automóveis, de forma a evitar, entre outros aspectos, o aumento do consumo de combustível ocasionado por desgaste do sistema de motor e pneus.

4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

O CNMP adota custo histórico como mensuração dos ativos, que se caracteriza pela quantia fornecida para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa ou o valor de outra quantia fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento.

Os ativos imobilizado e intangível são avaliados ou mensurados pelo valor de aquisição, os quais submetem-se aos preceitos de Macrofunção SIAFI: 02.03.35 e 02.03.43.

Depreciação é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Amortização é a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da sua vida útil.

As práticas contábeis aplicadas ao Setor Público e previstas nos normativos, manuais e sistema SIAFI são utilizadas para o adequado registro de depreciação e amortização dos bens do Conselho Nacional do Ministério Público.

4.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

As demonstrações contábeis são preparadas com base na **Lei nº 4.320/1964**, na **Lei Complementar nº 101/2000**, nas **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP)**, nas **Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)**, no **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)** e no **Manual SIAFI**.

Os demonstrativos contábeis são extraídos diretamente do SIAFI, e o Órgão inclui as Notas Explicativas que se fizerem necessárias para mais esclarecimentos ao usuário da informação contábil, as quais são apresentadas no Relatório Contábil Anual, publicado no **Portal da Transparência do CNMP**.

As análises da contabilidade, bem como a respectiva conformidade contábil, são realizadas por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema contábil que tem por finalidade realizar todo o processamento, controle e execução financeira, patrimonial e contábil do Governo Federal e no exercício de 2020, essas informações foram registradas nas unidades gestoras constantes no quadro abaixo:

As análises da contabilidade, bem como a respectiva conformidade contábil, são realizadas por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema contábil que tem por finalidade realizar todo o processamento, controle e execução financeira, patrimonial e contábil do Governo Federal e no exercício de 2020, essas informações foram registradas nas unidades gestoras constantes no quadro abaixo:

Quadro 20. Unidades Gestoras e seus respectivos códigos

Conselho Nacional do Ministério Público	
Órgão	59000
Unidades Gestoras	590001
	590002
	590003

Esses registros compõem um processo que visa assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações de cada Órgão constantes no SIAFI.

As Demonstrações Contábeis dispostas nos tópicos seguintes foram extraídas do SIAFI, e os valores são representados em reais.

4.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e de responsabilização (*accountability*) das entidades do setor público.

A **Lei nº 4.320/1964** prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele deve demonstrar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas. Assim, considerando que os entes públicos estão obrigados à publicação da Lei Orçamentária Anual,

por força de dispositivo constitucional e observada as disposições da Lei nº 4.320/1964, entende-se que o Balanço Orçamentário atende aos objetivos previstos na NBC TSP 13, e deve, tanto quanto possível, observar o disposto naquela norma. Assim, este capítulo tem por objetivo dispor sobre a elaboração do Balanço Orçamentário, compatibilizando as disposições da NBC TSP 11, NBC TSP 13 e a legislação aplicável.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

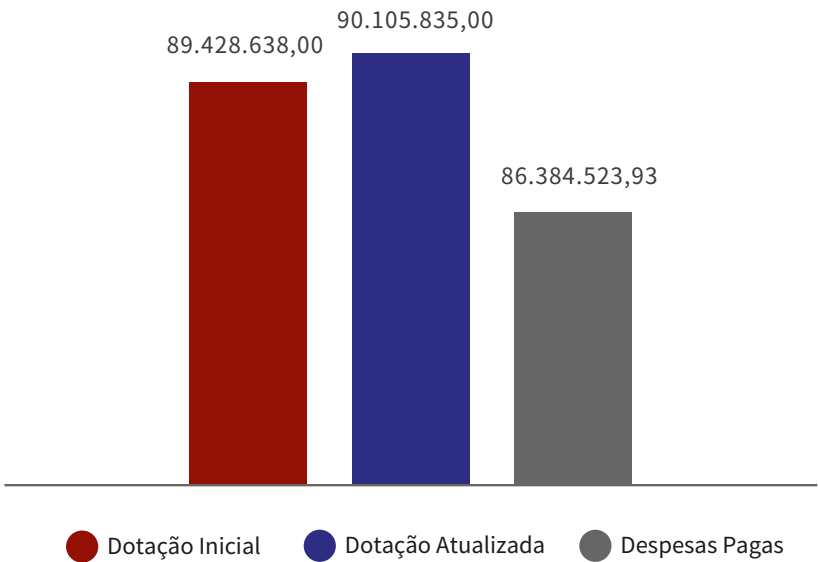
Quadro 21. Receitas orçamentárias do CNMP em 2020 (em reais)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	38.335,95	38.335,95
Outras Receitas Correntes	-	-	38.335,95	38.335,95
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	26.909,60	26.909,60
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	11.426,35	11.426,35
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	38.335,95	38.335,95
TOTAL DEFICITÁRIO	-	-	87.564.885,34	87.564.885,34

Quadro 22. Despesas orçamentárias do CNMP em 2020 (em reais)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	88.829.850,00	85.825.885,00	83.284.936,25	82.846.086,20	82.839.881,78	2.540.948,75
Pessoal e Encargos Sociais	52.997.794,00	53.675.576,00	52.501.460,80	52.481.854,30	52.481.269,88	1.174.115,20
Outras Despesas Correntes	35.832.056,00	32.150.309,00	30.783.475,45	30.364.231,90	30.358.611,90	1.366.833,55
DESPESAS DE CAPITAL	500.000,00	4.279.950,00	4.279.949,09	3.544.642,15	3.544.642,15	0,91
Investimentos	500.000,00	4.279.950,00	4.279.949,09	3.544.642,15	3.544.642,15	0,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.788,00	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	89.428.638,00	90.105.835,00	87.564.885,34	86.390.728,35	86.384.523,93	2.540.949,66
TOTAL	89.428.638,00	90.105.835,00	87.564.885,34	86.390.728,35	86.384.523,93	2.540.949,66

Figura 42. Execução da despesa (em reais)



A execução das despesas, no exercício financeiro de 2020, foi de 95,87%, o que demonstra, entre outros, o equilíbrio na estimativa de dotação para os dispêndios orçamentários do CNMP.

Figura 43. Despesas pagas (em reais)

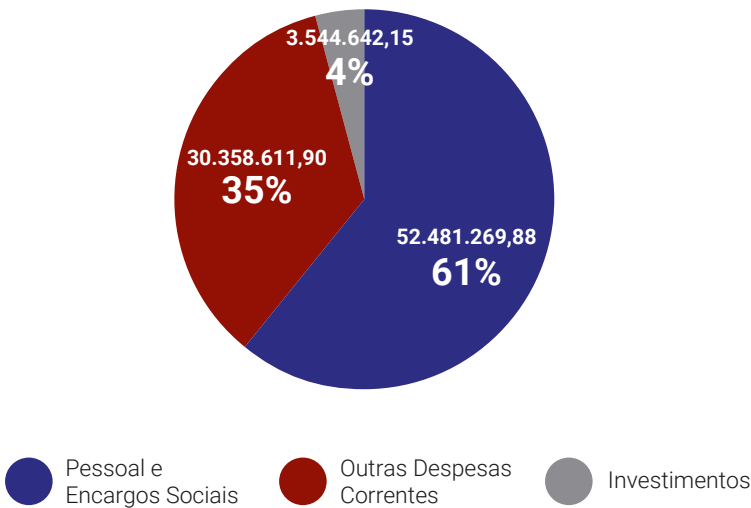
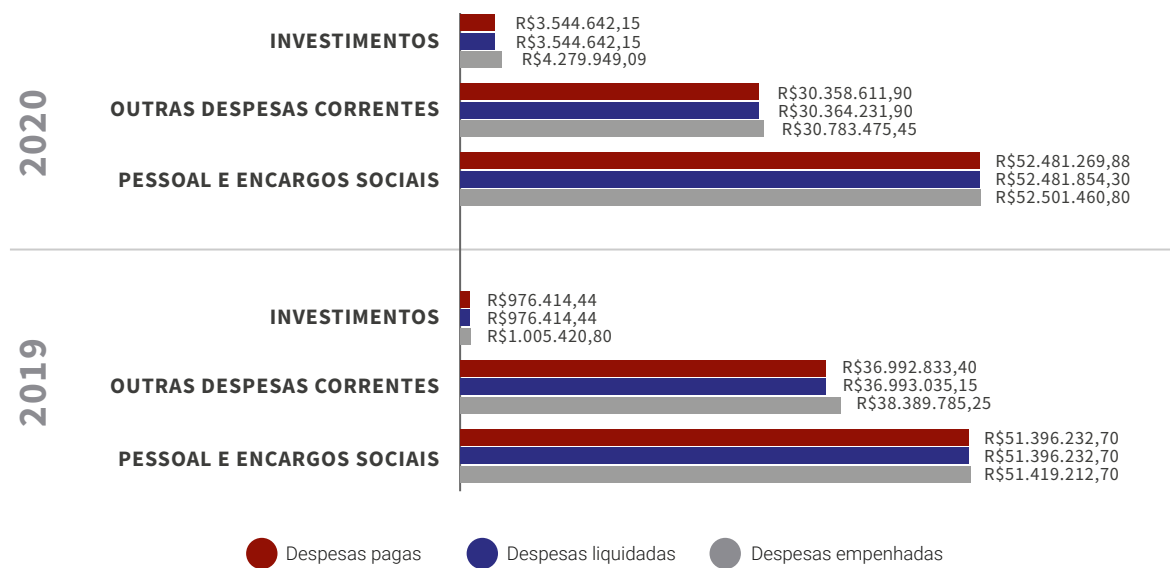


Figura 44. Comparativo anual por Natureza de Despesa



O comparativo anual por natureza de despesa apresenta um cenário de razoável equivalência nos montantes despendidos. No entanto, mais recursos foram alocados em investimentos, o que demonstra gestão por melhorias e aprimoramentos no CNMP.

Restos a Pagar são todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distinguem-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).

No âmbito do CNMP, a execução foi adequada, e os saldos dessas despesas encontram-se zerados, conforme observado no demonstrativo abaixo:

Quadro 23. Demonstrativo de execução dos Restos a Pagar não processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	1.419.730,10	1.339.836,71	1.339.836,71	79.893,39	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	22.980,00	3.989,06	3.989,06	18.990,94	-
Outras Despesas Correntes	-	1.396.750,10	1.335.847,65	1.335.847,65	60.902,45	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	29.006,36	12.542,70	12.542,70	16.463,66	-
Investimentos	-	29.006,36	12.542,70	12.542,70	16.463,66	-
TOTAL	-	1.448.736,46	1.352.379,41	1.352.379,41	96.357,05	-

4.4. BALANÇO PATRIMONIAL

É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A **Lei nº 4.320/1964** confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao

Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela **Portaria STN nº 438/2012**.

Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

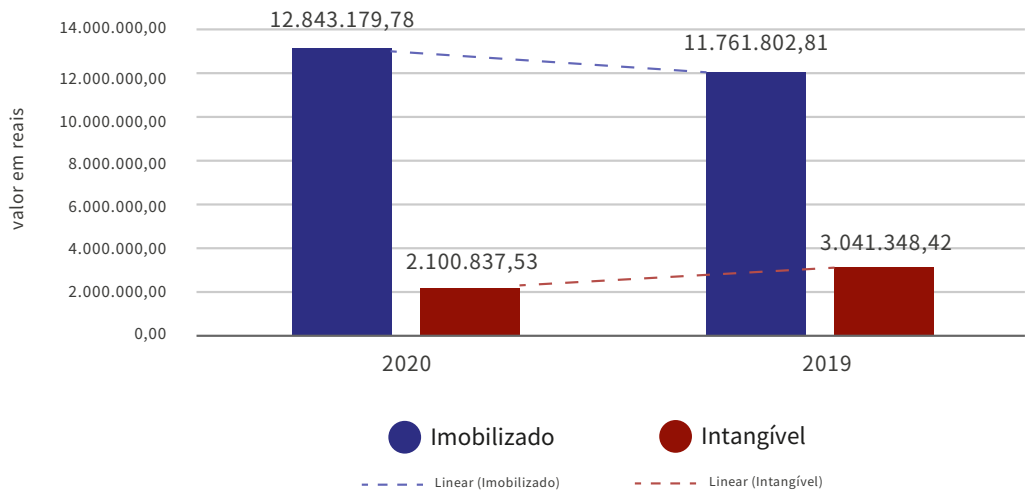
- a. Quadro Principal;
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Quadro das Contas de Compensação (controle);
- d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Quadro 24. Demonstrativo do balanço patrimonial (em reais – R\$)

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	6.474.126,23	5.601.180,30	PASSIVO CIRCULANTE	984.988,40	763.143,40
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.097.572,62	5.158.532,83	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	977.606,36	760.951,21
Créditos a Curto Prazo	101.302,61	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5.620,00	-
Demais Créditos e Valores	101.302,61	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.762,04	2.192,19
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		84.086,49	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	984.988,40	763.143,40
Estoques	275.251,00	358.560,98			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	14.944.017,31	14.803.151,23	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imobilizado	12.843.179,78	11.761.802,81	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Bens Móveis	12.843.179,78	11.761.802,81	Resultados Acumulados	20.433.155,14	19.641.188,13
Bens Móveis	26.299.298,50	23.837.392,14	Resultado do Exercício	653.448,08	-15.031.150,44
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-13.456.118,72	-12.075.589,33	Resultados de Exercícios Anteriores	19.641.188,13	34.668.401,21
Intangível	2.100.837,53	3.041.348,42	Ajustes de Exercícios Anteriores	138.518,93	3.937,36
Softwares	2.100.837,53	3.041.348,42	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.433.155,14	19.641.188,13
Softwares	6.042.506,47	6.000.157,97			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-3.941.668,94	-2.958.809,55	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.418.143,54	20.404.331,53
TOTAL DO ATIVO	21.418.143,54	20.404.331,53			

A composição apresentada no gráfico abaixo considera valores líquidos do grupo, ou seja, com a diminuição de depreciação e amortização, respectivamente.

Figura 45. Composição do ativo não circulante



Quadro 25. Ativos e passivos financeiros e permanentes (em reais – R\$)

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	6.097.572,62	5.158.532,83	PASSIVO FINANCEIRO	1.182.123,45	1.450.928,65
ATIVO PERMANENTE	15.320.570,92	15.245.798,70	PASSIVO PERMANENTE	977.021,94	760.951,21
			SALDO PATRIMONIAL	19.258.998,15	18.192.451,67

Quadro 26. Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial (em reais)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	1.753.994,60
Recursos Vinculados	3.161.454,57
Previdência Social (RPPS)	2.903,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.158.551,57
TOTAL	4.915.449,17

4.5. BALANÇO FINANCEIRO

Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O balanço financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;

b) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;

c) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS;

d) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Quadro 27. Demonstrativo do balanço financeiro (em reais)

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	38.335,95	50.410,74	Despesas Orçamentárias	87.564.885,34	90.814.418,75
Ordinárias	-	-	Ordinárias	87.281.687,34	90.577.539,75
Vinculadas	38.335,95	50.412,63	Vinculadas	283.198,00	236.879,00
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	260.847,00	236.879,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	38.335,95	50.412,63	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	22.351,00	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-1,89			
Transferências Financeiras Recebidas	177.397.293,22	166.464.991,08	Transferências Financeiras Concedidas	88.822.270,42	87.591.532,71
Resultantes da Execução Orçamentária	177.366.369,01	166.315.061,90	Resultantes da Execução Orçamentária	88.728.331,68	87.336.622,58
Cota Recebida	90.004.988,80	82.385.699,40	Repasse Concedido	1.366.828,64	1.547.260,08
Sub-repasse Recebido	87.361.257,38	83.929.362,50	Sub-repasse Concedido	87.361.257,38	83.929.362,50
Sub-repasse Devolvido	122,83		Cota Devolvida	122,83	1.860.000,00
Independentes da Execução Orçamentária	30.924,21	149.929,18	Sub-repasse Devolvido	122,83	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	30.924,21	149.929,18	Independentes da Execução Orçamentária	93.938,74	254.910,13
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	93.938,74	254.910,13
Recebimentos Extraorçamentários	1.246.883,59	1.585.204,20	Pagamentos Extraorçamentários	1.356.317,21	1.655.882,53
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	6.204,42	201,75	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	201,75	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.174.156,99	1.448.736,46	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.352.379,41	1.624.073,22
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.507,65	31.285,04	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.507,65	31.173,40
Outros Recebimentos Extraorçamentários	63.014,53	104.980,95	Outros Pagamentos Extraorçamentários	228,40	635,91
Arrecadação de Outra Unidade	63.014,53	104.980,95	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	228,40	635,91
Saldo do Exercício Anterior	5.158.532,83	17.119.760,80	Saldo para o Exercício Seguinte	6.097.572,62	5.158.532,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.158.532,83	17.119.760,80	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.097.572,62	5.158.532,83
TOTAL	183.841.045,59	185.220.366,82	TOTAL	183.841.045,59	185.220.366,82

Considerando que as informações são consolidadas, observa-se que, nas descentralizações internas, os montantes são acrescentados e consequentemente duplicados na composição do demonstrativo. Sendo assim, apresentam-se abaixo as informações exclusivas da Unidade Gestora 590001, que possui, entre outras, atribuições e responsabilidades de setorial financeira:

Quadro 28. Ingressos e Dispêndios UG 590001 - CNMP

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Transferências Financeiras Recebidas	90.005.111,63	82.385.699,40	Transferências Financeiras Concedidas	88.822.270,42	87.591.532,71
TOTAL	90.971.519,64	88.315.105,38	TOTAL	90.971.519,64	88.315.105,38

Os montantes apresentados especificam as transferências financeiras recebidas pelo Tesouro Nacional, assim como as transferências financeiras concedidas, as quais, em sua grande maioria, referem-se à descentralização para as unidades gestoras do CNMP, que executaram o orçamento de 2020.

4.6. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa identificará:

- a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis;
- c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

Quadro 29. Demonstração de fluxo de caixa (em reais)

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.496.224,64	-10.678.438,53
INGRESSOS	177.502.151,35	166.651.667,81
Outras Receitas Derivadas e Originárias	38.335,95	50.410,74
Outros Ingressos Operacionais	177.463.815,40	166.601.257,07
Ingressos Extraorçamentários	3.507,65	31.285,04
Transferências Financeiras Recebidas	177.397.293,22	166.464.991,08
Arrecadação de Outra Unidade	63.014,53	104.980,95
DESEMBOLSOS	-173.005.926,71	-177.330.106,34
Pessoal e Demais Despesas	-77.369.968,42	-83.691.042,81
Essencial à Justiça	-77.108.893,02	-83.430.144,11
Previdência Social	-260.847,00	-260.262,79
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-228,40	-635,91
Transferências Concedidas	-6.810.180,22	-6.016.357,42
Intragovernamentais	-6.810.180,22	-6.016.357,42
Outros Desembolsos Operacionais	-88.825.778,07	-87.622.706,11
Dispêndios Extraorçamentários	-3.507,65	-31.173,40
Transferências Financeiras Concedidas	-88.822.270,42	-87.591.532,71
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.557.184,85	-1.282.789,44
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-3.557.184,85	-1.282.789,44
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.496.837,35	-874.090,46
Outros Desembolsos de Investimentos	-60.347,50	-408.698,98
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	939.039,79	-11.961.227,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.158.532,83	17.119.760,80
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.097.572,62	5.158.532,83

4.7. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

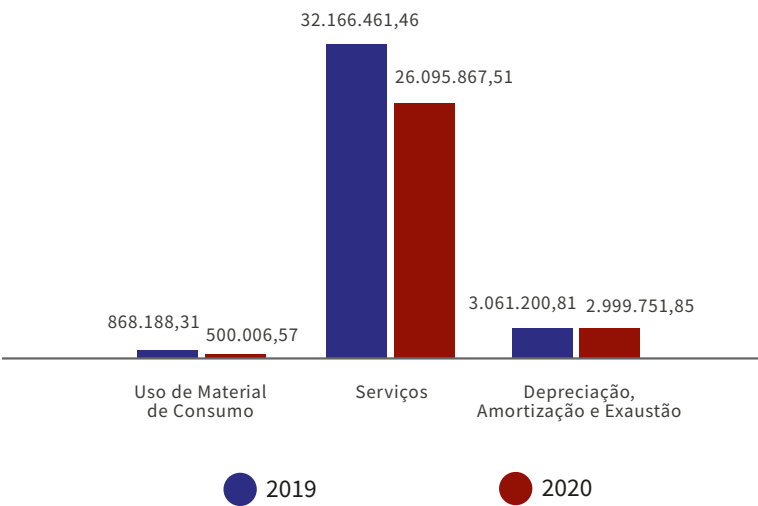
Esse demonstrativo evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Esse Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor de o quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

Figura 46. Variações patrimoniais diminutivas (em reais)



4.8. INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE NO ÂMBITO DO CNMP

As competências de setorial contábil de unidade gestora e órgão superior, no exercício de 2020, foram exercidas pelo servidor efetivo do CNMP Vitor William de Sousa Marçal, ocupante do cargo de Técnico de Controle Interno, graduado em Ciências Contábeis e regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade (CRC/DF nº 021797).

O Servidor foi formalmente designado, por normativo interno, para o encargo de contador responsável pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Informa-se que em 2020 não havia setor de contabilidade na estrutura organizacional e não constam normas internas sobre estrutura, composição, competências, responsabilidades, etc. As atividades são desempenhadas conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Contabilidade Federal.

As informações acerca das demonstrações contábeis e notas explicativas trimestrais encontram-se no SIAFI Web. A declaração do Contador integra o documento de notas explicativas do 4º trimestre. Por fim, o Relatório Contábil do exercício está disponibilizado no [Portal da Transparência do CNMP](#).

4.9. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)** visa colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento, além de contribuir para resgatar o objeto da contabilidade como ciência, que é o patrimônio. Com isso, a contabilidade poderá atender à demanda de informações requeridas por seus usuários,

possibilitando a análise de demonstrações contábeis adequadas aos padrões internacionais, sob os enfoques orçamentário e patrimonial, com base em um Plano de Contas Nacional.

A seguir, serão apresentados os conceitos do MCASP para os principais itens das Demonstrações Contábeis presentes neste relatório:

- **Ativo** é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado;
- **Passivo** é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade;
- **Patrimônio Líquido** ou situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo;
- **Receitas públicas**, em sentido amplo, são os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias;
- **Despesa orçamentária** é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada;
- **Variações Patrimoniais Aumentativas** correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários; e
- **Variações Patrimoniais Diminutivas** correspondem a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) têm como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP. Tais padrões devem ser observados pela

União, estados, Distrito Federal e municípios, permitindo a evidência, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

A Parte V do MCASP foi elaborada com base na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, além da legislação aplicável, destacando-se a **Lei nº 4.320/1964** e a **Lei Complementar nº 101/2000**, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A Lei nº 4.320/1964 dispõe sobre as demonstrações contábeis em seus artigos 101 a 106 e apresenta a estrutura para tais demonstrativos em seus anexos.

Conforme o art. 113 da referida Lei, entre outras atribuições, compete ao Conselho Técnico de Economia e Finanças a atualização de tais anexos. Com a extinção deste Conselho, tais funções são exercidas, na atualidade, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), devido à sua competência estabelecida pela Lei Complementar nº 101/2000 de consolidação das contas públicas, nacionais e por esfera de governo, bem como a competência estabelecida pela **Lei nº 10.180/2001** de órgão central do Sistema de Contabilidade e de Administração Financeira Federal.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ASCEV	ASSESSORIA DE CERIMONIAL E EVENTOS	MCASP	MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO
AUDIN	AUDITORIA INTERNA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	MGGIE	MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO INTEGRADA DA ESTRATÉGIA
BI	<i>BUSINESS INTELLIGENCE</i>	MP	MINISTÉRIO PÚBLICO
BP	BALANÇO PATRIMONIAL	MPDFT	MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CALJ	COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO E JURISPRUDÊNCIA	MPE	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
CASP	CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO	MPF	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CCAF	COMISSÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	MPM	MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CDDF	COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	MPT	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
CEC	COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO	MPU	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
CFC	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	NBASP	NORMAS BRASILEIRAS DE AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO
CGA	COMITÊ DE GOVERNANÇA DE ADMINISTRAÇÃO	OAB	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CGAS	COMISSÃO DE GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL	OGS	ÓRGÃO GOVERNANTE SUPERIOR
CGC	COMITÊ DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	PAD	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
CGP	COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	PAVOC	PROCEDIMENTO AVOCADO
CGPO	COMITÊ DE GOVERNANÇA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	PCASP	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO
CGTI	COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO	PDI	PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL
CJE	COMISSÃO DA INFÂNCIA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO	PE-CNMP	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNMP
CMA	COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE	PEPS	PROGRAMA DE EXAMES PERIÓDICOS DE SAÚDE
CN	CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	PG	PLANO DE GESTÃO
COMCC	COORDENADORIA DE MATERIAL, COMPRAS E CONTRATOS	PGR	PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
COVID-19	<i>CORONAVIRUS DISEASE</i>	PGT	PROCURADORIA-GERAL DO TRABALHO
CPAMP	COMISSÃO DE PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	PRESI	PRESIDÊNCIA DO CNMP
CPE	COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	RAE	REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA
CS	COMISSÃO DA SAÚDE	RAO	REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL
CSP	COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA	RAT	REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO TÁTICO
CSTI	COMITÊ SUPERIOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	RICNMP	REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DRE	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	RPD	REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR
EA	<i>MICROSOFT ENTERPRISE AGREEMENT</i>	RPPS	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EAD	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	SA	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
FNG	FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO	SCDP	SISTEMA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS
GAB	GABINETE DOS CONSELHEIROS	SECOM	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
GT LGPD	GRUPO DE TRABALHO ELABORADO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO CNMP	SG	SECRETARIA-GERAL DO CNMP
IGESTCONTRAT	ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES	SGE	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
IGESTPESSOAS	ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS	SGP	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
IGESTTI	ÍNDICE DE CAPACIDADE EM GESTÃO DE TI	SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
IGG	ÍNDICE INTEGRADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICAS	SPO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
IGOVCONTRAT	ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES	SPR	SECRETARIA PROCESSUAL
IGOVPESSOAS	ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS	STI	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
IGOV PUB	ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA	STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
IGOV TI	ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI	TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
INSS	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	TI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	TRT	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
LRF	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	UNCMP	UNIDADE NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. MACROPROCESSOS DA CADEIA DE VALOR.....	18
QUADRO 2. COMUNICAÇÃO SOCIAL EM NÚMEROS.....	23
QUADRO 3. RESULTADOS NO LEVANTAMENTO INTEGRADO DE GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL PÚBLICA, 2018 E 2020.....	31
QUADRO 4. EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR ELEMENTO DE DESPESA (R\$).....	59
QUADRO 5. ROL DE PLANOS INTERNOS ADOTADOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 QUE TIVERAM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	61
QUADRO 6. PRINCIPAIS ATOS NORMATIVOS DE GESTÃO DE PESSOAS.....	62
QUADRO 7. EVOLUÇÃO DO CUSTO DO PESSOAL POR VÍNCULO (EM REAIS).....	66
QUADRO 8. TABELA DE ESTRUTURA E DE REMUNERAÇÃO (EM REAIS – R\$).....	68
QUADRO 9. RESULTADOS DOS INDICADORES TÁTICOS QUE CONTRIBUEM AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 6 E 10 DO PE-CNMP.....	70
QUADRO 10. RESULTADOS DOS INDICADORES TÁTICOS QUE CONTRIBUEM AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 13 E 15 DO PE-CNMP.....	70
QUADRO 11. RESULTADOS DOS INDICADORES TÁTICOS QUE CONTRIBUEM AO OBJETIVO ESTRATÉGICO 14 DO PE-CNMP.....	70
QUADRO 12. COMPARAÇÃO DE CONTRATAÇÕES 2019-2020.....	75
QUADRO 13. DISTRIBUIÇÃO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS, POR FINALIDADE E SEUS VALORES TOTAIS, 2020.....	75
QUADRO 14. PRINCIPAIS CONTRATOS E SEUS VALORES TOTAIS, 2020.....	76
QUADRO 15. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS EM TI POR OBJETO (EM REAIS).....	80
QUADRO 16. PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES DE TI EM 2020.....	81
QUADRO 17. CONTRIBUIÇÃO DA ÁREA DE TI EM RELAÇÃO À CADEIA DE VALOR.....	82
QUADRO 18. RESULTADOS DOS PROCESSOS E PROJETOS DA STI.....	84
QUADRO 19. PORTFÓLIO DE AÇÕES DO PLANO DIRETOR DE TI 2019-2021.....	85
QUADRO 20. UNIDADES GESTORAS E SEUS RESPECTIVOS CÓDIGOS.....	89
QUADRO 21. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DO CNMP EM 2020 (EM REAIS).....	90
QUADRO 22. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO CNMP EM 2020 (EM REAIS).....	90
QUADRO 23. DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.....	92
QUADRO 24. DEMONSTRATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS – R\$).....	93
QUADRO 25. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (EM REAIS – R\$).....	94
QUADRO 26. DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS).....	94
QUADRO 27. DEMONSTRATIVO DO BALANÇO FINANCEIRO (EM REAIS).....	95
QUADRO 28. INGRESSOS E DISPÊNDIOS UG 590001 - CNMP.....	96
QUADRO 29. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (EM REAIS).....	96

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO.....	5	FIGURA 36. INVESTIMENTOS DE CAPITAL (ENTRADAS) POR TIPO.....	77
FIGURA 2. MISSÃO, VISÃO E VALORES DO CNMP DE 2018 A 2023.....	7	FIGURA 37. INVESTIMENTOS DE CAPITAL (ENTRADAS) POR TIPO.....	78
FIGURA 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CNMP.....	8	FIGURA 38. BAIXAS EXECUTADAS POR TIPO, 2020.....	79
FIGURA 4. COMPOSIÇÃO DO CNMP.....	9	FIGURA 39. LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS POR TIPO, 2020.....	79
FIGURA 5. COMPOSIÇÃO ATUAL DO CNMP.....	10	FIGURA 40. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE TI.....	81
FIGURA 6. MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO INTEGRADA DA ESTRATÉGIA.....	11	FIGURA 41. COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	86
FIGURA 7. SISTEMA DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL DO CNMP.....	12	FIGURA 42. EXECUÇÃO DA DESPESA (EM REAIS).....	91
FIGURA 8. SISTEMA E SUBSISTEMAS TEMÁTICOS DE GOVERNANÇA DO CNMP.....	13	FIGURA 43. DESPESAS PAGAS (EM REAIS).....	91
FIGURA 9. NÍVEIS DE PLANEJAMENTO DO CNMP, INSTRUMENTOS E MONITORAMENTO.....	14	FIGURA 44. COMPARATIVO ANUAL POR NATUREZA DE DESPESA.....	92
FIGURA 10. SISTEMA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DO CNMP.....	15	FIGURA 45. COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	94
FIGURA 11. INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA.....	16	FIGURA 46. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (EM REAIS).....	97
FIGURA 12. MODELO DE NEGÓCIO DO CNMP.....	17		
FIGURA 13. PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	19		
FIGURA 14. PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES DE 2020.....	22		
FIGURA 15. ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA OUVIDORIA NACIONAL EM 2020 POR CANAL UTILIZADO.....	26		
FIGURA 16. MAPA ESTRATÉGICO DO CNMP 2018-2023.....	30		
FIGURA 17. PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO CNMP.....	32		
FIGURA 18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CNMP EM 2020.....	55		
FIGURA 19. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO CNMP.....	56		
FIGURA 20. VALORES AUTORIZADOS E EXECUTADOS POR TIPO DE DESPESA.....	56		
FIGURA 21. VALORES AUTORIZADOS E PAGOS POR GRUPO DE DESPESAS.....	57		
FIGURA 22. EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (EM REAIS – R\$).....	58		
FIGURA 23. EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (EM REAIS – R\$).....	60		
FIGURA 24. EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR TIPO DE DESPESA.....	60		
FIGURA 25. COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR TIPOLOGIA DOS CARGOS.....	63		
FIGURA 26. DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS POR ÁREA.....	63		
FIGURA 27. DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS POR GÊNERO.....	63		
FIGURA 28. DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS POR FAIXA ETÁRIA.....	64		
FIGURA 29. DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS POR ETNIA.....	64		
FIGURA 30. DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES DEFICIENTES ATIVOS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA.....	64		
FIGURA 31. DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS POR FAIXA SALARIAL.....	65		
FIGURA 32. EXECUÇÃO DE CUSTO COM PESSOAL POR VÍNCULO 2018-2020.....	67		
FIGURA 33. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DO CNMP EM 2020.....	71		
FIGURA 34. AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA DO CNMP EM 2020.....	72		
FIGURA 35. PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES E SEUS VALORES TOTAIS.....	74		



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO